



**FACULDADE DE ARQUITECTURA**

Universidade Técnica de Lisboa

## **ALDEIAS EM PAISAGEM PATRIMONIAL – O CASO DA ALDEIA DE CIDADELHE – TURISMO DE NATUREZA**

**Eduarda Filipa Fernandes Paulo**

(Licenciada)

**Projeto para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura**

**Orientadora Científica:** Professora Doutora Isabel Maria Augusto de Sousa Rosa

**Coorientador Científico:** Professor Doutor Paulo Pereira Almeida

**Júri:**

Presidente: Professora Doutora Maria Dulce Loução

Vogal: Professor Doutor Miguel Baptista Bastos

Lisboa, FAUTL, Março, 2013



**FACULDADE DE ARQUITECTURA**

Universidade Técnica de Lisboa

**Título:** Aldeias em Paisagem Patrimonial – O Caso da Aldeia de Cidadelhe – Turismo de Natureza

**Nome da aluna:** Eduarda Filipa Fernandes Paulo

**Orientação:** Professora Doutora Isabel Maria Augusto de Sousa Rosa

**Coorientação:** Professor Doutor Paulo Pereira Almeida

**Mestrado Integrado em Arquitetura**

**Março 2013**

## **RESUMO**

Integrado no projeto de investigação “Aldeias em Paisagem Patrimonial”, do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD) da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL), o presente documento procura dissertar um conjunto de estratégias para o desenvolvimento sustentável da aldeia de Cidadelhe, situada no concelho de Pinhel, distrito da Guarda.

Cidadelhe, aldeia granítica assente em extensos barrocais, perto da entrada sul do Parque Arqueológico do Vale Côa (classificado em 1998 pela UNESCO como Património da Humanidade), expressa de modo singular como a Paisagem integra o Lugar e o Lugar reutiliza a Paisagem. Mas também é testemunha do que tem vindo a acontecer nas aldeias portuguesas após a revolução industrial, com o êxodo rural a determinar o seu despovoamento e consequente desertificação.

Apoiando-se nos princípios da Carta de Turismo Sustentável (EUROPARC, 2009), estabeleceu-se um conjunto de medidas de intervenção arquitetónica tendo em conta o carácter ambiental, social e paisagístico do Lugar, através da prática de Turismo de Natureza em Espaço Rural – Turismo de Aldeia. O resultado projetual passa pela reabilitação de um conjunto de ruínas, reconvertidas em unidades hoteleiras, alojamento turístico e respetivos serviços de apoio.

Palavras-chave: aldeia, despovoamento, reabilitação, granito, turismo



**FACULDADE DE ARQUITECTURA**

Universidade Técnica de Lisboa

**Title:** Villages at Heritage Landscape - The Case of Cidadelhe Village - Nature Tourism

**Student's name:** Eduarda Filipa Fernandes Paulo

**Orientator:** Professora Doutora Isabel Maria Augusto de Sousa Rosa

**Coorientator:** Professor Doutor Paulo Pereira Almeida

**Master's Degree in Architecture**

**March 2013**

#### **ABSTRACT**

Integrated in the research project “Villages at Heritage Landscape”, by Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD) at the Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, this document intend to descant a set of strategies to the Cidadelhe village sustainable development, located in the municipality of Pinhel, district of Guarda.

Cidadelhe, village based on extensive granite massifs, near the south entrance of the Côa Valley Archaeological Park (World Heritage since 1998 by UNESCO), expressed in a unique way how Landscape integrates the Place and Place reuses the Landscape. But it is also witness to what has been happening in small villages after the industrial revolution, with the rural exodus to determine its depopulation and consequent desertification.

Relying on the principles of the Charter for Sustainable Tourism (EUROPARC, 2009), established a set of architectural intervention measures taking into account the environmental, social and landscape character of the Place, through the practice of Nature Tourism in Rural Areas - Village Tourism. The projectual result is the rehabilitation of a set of ruins, converted in hotel units, tourist accommodation and respective support services.

**Keywords:** village, depopulation, rehabilitation, granite, tourism

## **ABREVIATURAS**

**CIAUD** – Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design

**UNESCO** – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

**PAVC** – Parque Arqueológico do Vale do Côa

**TER** – Turismo em Espaço Rural

**TN** – Turismo de Natureza

**TH** – Turismo de Habitação

**AP** – Área Protegida

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**PROVERE** – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos

**OMT** – Organização Mundial do Turismo

**LEADER** – Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

**CETSAP** - Carta Europeia de Turismo Sustentável para Áreas Protegidas

**PNAB** – Parque Natural Adamello Brenta

**PNPG** – Parque Nacional Peneda-Gerês

**PNXL** - Parque Natural do Xurê e Baixo Limia

**CEAV** - Centro de Interpretação Ambiental do Vidoeiro



## Índice

1. INTRODUÇÃO .....	1
2. ESTADO DA ARTE.....	3
3. PATRIMÓNIO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO.....	6
3.1. GÉNESE DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL.....	6
3.2. TURISMO E PATRIMÓNIO.....	9
3.3. O TER E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - TURISMO DE NATUREZA.....	10
3.4. CASOS DE ESTUDO .....	12
3.4.1 Parque Natural Adamello Brenta .....	12
3.4.2. Aldeia do Soajo – Parque Nacional Peneda-Gerês.....	15
4. CIDADELHE .....	20
4.1. CARACTERIZAÇÃO .....	20
4.2. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO – SÍNTESE DO ESTUDO CIAUD.....	21
4.3. TURISMO EM CIDADELHE.....	24
4.4. ESTRATÉGIA TERRITORIAL.....	26
4.5. PLANO URBANO .....	28
5. PROJETO – TURISMO EM ESPAÇO RURAL.....	30
5.1. ZONA DE INTERVENÇÃO.....	30
5.2. ALOJAMENTO .....	30
6. CONCLUSÕES.....	35
7. BIBLIOGRAFIA .....	36
8. ANEXOS .....	40

## Índice de Figuras

3.1. Plano do Parque Natural Adamello Brenta .....	13
3.2. Parque Transfronteiriço (PNPG + PNXL).....	15
3.3. Espigueiros .....	16
4.1. Transportes Flexíveis – Impacto Territorial.....	27
5.1. Turismo em Espaço Rural - Programa .....	30
5.2. Tipologias – Conjunto (A) .....	31
5.3. Exemplo de porta de abertura horizontal .....	32
5.4. Corte esquemático – Conjunto (B).....	33
8.1. Expressão do TER e do TH em Portugal .....	41
8.2. Taxa de Ocupação TER (Tabela) .....	42
8.3. Taxa de Ocupação TER (Gráfico) .....	43
8.4. Capacidade (nº de camas) em TER.....	43
8.5. Dormidas em TER .....	44
8.6. Distribuição do TER e TN em 2007 em Portugal .....	45
8.7. Localização do PNAB em Itália .....	47
8.8. Vista do PNAB.....	47
8.9. Vista do PNAB.....	47
8.10. Vista do PNAB.....	48
8.11. Vista do PNAB.....	48
8.12. Localização do PNPG .....	49
8.13 Município Arcos de Valdevez .....	49
8.14. Aldeia do Soajo em 1882.....	49
8.15. Serra do Soajo .....	50
8.16. Aldeia do Soajo.....	50
8.17. Aldeia do Soajo.....	51
8.18. Aldeia do Soajo.....	51

8.19. Trabalho na terra em socacos .....	52
8.20. Aldeia do Soajo.....	52
8.21. Espigueiros .....	53
8.22. Branda .....	53
8.23. Nº de Habitantes em Cidadelhe .....	54
8.24. Usos e Funções.....	54
8.25. Estado de Conservação .....	55
8.26. Número de Pisos .....	55
8.27. Sistema Construtivo .....	56
8.28. Imóveis Inventariados .....	56
8.29. Caracterização dos Pavimentos .....	57
8.30. Infraestruturas .....	57
8.31. Situação Atual .....	58
8.32. Situação Atual .....	58
8.33. Situação Atual .....	59
8.34. Situação Atual .....	59
8.35. Situação Atual .....	60
8.36. Situação Atual .....	60
8.37. Situação Atual .....	61
8.38. Tipologias .....	61
8.39. Tipologias .....	61
8.40. Cidadelhe de Cima.....	62
8.41. Cidadelhe de Baixo .....	62
8.42. Cidadelhe de Baixo .....	63
8.43. Cidadelhe de Baixo .....	63
8.44. Cidadelhe de Baixo .....	64
8.45. Antigo Lagar de Azeite .....	64

8.46. Parque Arqueológico do Vale do Côa.....	65
8.47. Vista para o PAVC.....	65
8.48. Gravura Rupestre - Penascosa .....	66
8.49. Vista para a aldeia de Castelo Melhor a partir do Miradouro de S. Gabriel .....	66
8.50. Percurso Pedestre – Grande Rota do Côa.....	67
8.51. Redes de Aldeias .....	68
8.52. Cidadelhe – Área de Intervenção .....	70
8.53. Alojamento - Vista Este .....	70
8.54. Alojamento - Vista Oeste .....	71
8.55. Alojamento - Vista Este .....	71
8.56. Alojamento - Vista Este .....	71
8.57. Piscina – Vista Norte.....	72
8.58. Piscina – Vista Norte.....	73
8.59. Piscina – Vista Sul .....	73
8.60. Centro de Atividades – Vista Este .....	74
8.61. Centro de Atividades – Vista Oeste.....	74
8.62. Encarnados e Amarelos.....	75

## 1. INTRODUÇÃO

Portugal, tal como em outros países da Europa, tem vindo a assistir ao despovoamento do seu espaço rural e à sobreocupação das cidades, sobretudo no litoral, fenómeno que atingiu não só Portugal mas também quase todas as aldeias e vilas lusófonas e hispânicas, sobretudo entre os anos 60 e 70, com o advento da Revolução Industrial.

O crescente desenvolvimento, assente em novas tecnologias, permitiu a melhoria das vias de comunicação e a criação de novos modos de acesso. Consequentemente, a gente do campo procurava encontrar na cidade uma vida mais confortável. Tudo o que se apresentava fascinante nas cidades, particularmente os modos de comunicar com o exterior (a rádio, a televisão e o automóvel), cada vez mais se descurava daquilo que nos fazia pertencer ao território: a terra. Na terra sobreviveram os mais velhos, incapazes de se adequar aos novos modos de estar e viver da urbe. Desconhecedores do conhecimento, sobreviveram em lugares por vezes bastante inóspitos aos novos desafios, na esperança de que os seus, agora mais informados, voltassem à terra e apostassem nas inúmeras sinergias adquiridas. Mas nada disso aconteceu, estas vilas e aldeias, quase que desapareceram do mapa.

As consequências são visíveis na atualidade: o riquíssimo património resultante de uma arquitetura integrada e adaptada às circunstâncias locais, que associada ao enquadramento paisagístico, teve um efeito de Lugar, está entregue ao abandono.

Exemplo deste fenómeno é a aldeia granítica de Cidadelhe, no concelho de Pinhel (Guarda), assente em extensos barrocais e localizada entre os rios Côa e Massueime, está integrada no Parque Arqueológico do Vale do Côa, classificado pela UNESCO em 1998 como Património da Humanidade, Sítio de Arte Rupestre do Vale do Côa e do Núcleo de Arte Rupestre da Faia (UNESCO, 1998).

Se bem que reduzido, o património arquitetónico desta aldeia é invulgar, com construções em pedra granítica, férrea, que afirma uma paisagem com gente única. As barrocas sustentam silhares em pedra que ondulam, configurando e adaptando-se à orografia do terreno. Casas de piso térreo, algumas das quais albergam antigas funções: habitação, estábulos, arrecadação de alfaías agrícolas, cortelhos, etc.. Estas construções revelam um saber, só possível de compreender, por uma ocupação humana milenar, com uma enorme sensibilidade estética e de enquadramento paisagístico, apresentando-se por isso como património cultural.

Hoje, Cidadelhe (composta por Cidadelhe de Cima e Cidadelhe de Baixo) apresenta-se despovoada e ao abandono. Segundo os CENSOS de 2011, Cidadelhe tem 23 famílias com igual número de homens

(20) e mulheres (20), na maioria (60%) com idade igual ou superior a 65 anos, onde a maioria das casas encontram-se vazias e em franco estado de degradação (INE, 2011).

Neste sentido, a presente dissertação procura estabelecer um conjunto de medidas de intervenção arquitetónica tendo em conta o carácter ambiental, social e paisagístico de Cidadelhe, através da prática de Turismo de Natureza em Espaço Rural – Turismo de Aldeia. Decidiu-se introduzir os princípios adotados pela Carta de Turismo Sustentável (EUROPARC, 2009), conservando os recursos locais numa estratégia de usufruto autossustentável.

A nível arquitetónico, a reutilização dos recursos endógenos para reabilitação dos edifícios existentes, adaptados às novas necessidades, deverão atrair novos habitantes. O projeto visa reabilitar vários conjuntos arquitetónicos, incluindo o espaço público envolvente, que se encontra em atual estado de degradação. O programa é composto por uma zona destinada ao Turismo de Aldeia composta por 12 unidades (sete T0, quatro T1 e um T2) e respetivos serviços de apoio, que serão distribuídos por quatro edifícios. Desenha-se assim um possível plano integrado de Turismo Sustentável para Cidadelhe.

## 2. ESTADO DA ARTE

Em Portugal, até agora alguns programas de apoio e incentivo ao repovoamento foram criados conforme as potencialidades de cada região. Citando alguns instrumentos mais abrangentes de apoio ao desenvolvimento rural temos: o Plano de Desenvolvimento Regional (1994-1999); o Plano Nacional de Política do Ambiente (1995) e mais recentemente o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006). Como exemplo do resultado destes programas temos o Programa de “Aldeias Vinhateiras” e o “Programa de Aldeias Históricas”.

O “Programa das Aldeias Históricas de Portugal”, (primeira fase de 1994 a 1995 e segunda fase de 1995 a 2002), constitui a intervenção âncora da Ação Integrada de Base Territorial “Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias” e teve por finalidade o desenvolvimento e dinamização de doze aldeias apostando nas suas potencialidades históricas, culturais e patrimoniais. Os objetivos foram a valorização do património histórico-cultural, o incentivo de atividades complementares da agricultura, a reativação de profissões em declínio, a fixação de pessoas e a atração do turismo. Além das intervenções a nível de infraestruturas e da reabilitação urbana, foram ainda recuperados e restaurados monumentos de modo a devolver a história e a memória às populações e a reafirmar e valorizar esta rede com elevado potencial turístico. A nível económico foram criadas microempresas na área do turismo rural.

O investimento neste programa conseguiu não só dar resposta às melhorias de condições de vida das populações e à regeneração urbana, mas também dinamizou as economias locais apoiando empreendedores, resultando numa diversificação de atividades e consequentemente o aumento de postos de trabalho e do número de visitantes. Tem sido um programa continuado com a apresentação de um novo plano por parte da Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas ao Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE).

Aqui as estratégias foram sendo implementadas através de uma estreita relação entre a administração central e as entidades locais e entre estas de modo a criar compromissos que possibilitassem a sustentabilidade do Programa e da Rede. Uma das suas mais-valias foi a intervenção numa perspetiva de criação de lugares “habitáveis” e não apenas “visitáveis”. Foi um projeto que não parou no tempo e onde se continua a investir.

A “Rede de Aldeias Vinhateiras” surgiu em 2001 integrado na Ação Integrada de Base Territorial - Douro e que teve como objetivos *(a) fortalecer a coesão territorial e institucional do Douro e (b) dinamizar valorizar os recursos endógenos e a estruturação do sistema económico regional*

(Cristóvão, 2010). As aldeias contempladas (Barcos, Favaio, Provesende, Salzedas, Ucanha e Trevões) tiveram como critério a sua identidade cultural e a sua ligação com a vinha e o vinho e, mais especificamente, a sua densidade populacional, as acessibilidades e os valores históricos, patrimoniais e paisagísticos. Os investimentos foram divididos por três componentes. Na componente material visou-se a requalificação dos espaços públicos, a colocação e remodelação da pavimentação, a instalação e/ou modificação das infraestruturas básicas, a colocação de mobiliário urbano, a melhoria das acessibilidades, a recuperação de fachadas e coberturas de edifícios e a reabilitação de edifícios públicos. Na componente imaterial foram realizados dois projetos, o primeiro na área da “Empregabilidade” visou a promoção da iniciativa local, desenvolvimento de novas competências profissionais e sociais e incentivo às articulações interinstitucionais; o segundo, “Promoção e Comunicação”, criou a marca “Aldeias Vinhateiras” que culminou na criação de um *Website* e de uma *Newsletter*.

Com este programa foram conseguidas a reabilitação das fachadas e melhoria das condições de vida. Contudo o balanço geral podia ter sido melhor, a promoção não foi suficiente, apesar de o número de visitantes ter aumentado: algumas obras ficaram por fazer, houve falta de fiscalização das mesmas, o número de restaurantes e alojamentos não foram suficientes, falta de postos de turismo, falta de pontos de venda dos produtos tradicionais, foram poucos os locais de trabalho criados, falhou o funcionamento “em rede” e não foi um processo continuado, foi descorado investimento local.

As medidas foram implementadas numa prestativa imediata e não de continuidade e vieram “de fora para dentro” (CRISTÓVÃO, 2010) não envolvendo a comunidade, criando por vezes desentendimentos entre esta e os órgãos de gestão, transformando-se assim em medidas “estranhas” cujos moradores não tiveram tempo de assimilar ou de as continuar, não permitindo a sustentabilidade do processo. Foi contemplado apenas o investimento turístico em detrimento do no acesso das comunidades locais a serviços de qualidade e ao trabalho.

Existem ainda exemplos como os da Aldeia de Pedralva, em Vila do Bispo, Algarve, onde quase toda a aldeia, que contava com apenas sete habitantes, foi reabilitada para fins turísticos, tendo em conta, contudo, a qualidade de vida dos seus residentes, e da aldeia de Quintandona, freguesia de Lagares, concelho de Penafiel, uma aldeia de xisto onde praticamente todas as casas e espaço público foram reabilitados graças a uma estreita relação e empenho entre os seus habitantes, junta de Freguesia e Câmara Municipal ao abrigo do programa AGRIS.



Relativamente ao resto do mundo, mais concretamente na Suíça, existe uma aldeia situada nos Alpes, Vrin que nos anos 50 a aldeia não resistiu às pressões económicas e urbanas e entrou em processo de despovoamento. Localizando-se longe das rotas turísticas e das estâncias de Ski, a própria população viu-se obrigada a pensar numa proposta alternativa para salvar a aldeia. Juntamente com o arquiteto Gion Caminada e com o economista Peter Reider, tentou-se perceber como é que se tinha chegado àquela situação e percebeu-se que a população tinha virado costas ao território, o mesmo que lhes dera o sustento ao longo dos anos. Começou por se identificar o modelo social e produtivo que funcionara até ao início da sua decadência, mas atualizando-o à modernidade. A estratégia manteve-se: valorizar a produção de produtos locais e preservar a cultura que os mantinha e produzia. A terra foi parcelada de modo a que todos tivessem as mesmas oportunidades de autossustento e pudessem também contribuir para o sustento da comunidade. Foram propostos novos equipamentos, entre eles uma casa municipal, uma sala polivalente, uma morgue, um matadouro, uma paragem de autocarro, várias casas geminadas e uma cabine de telefone. Em Vrin, em vez de leite, exporta-se queijo, em vez de carne, exportam-se enchidos, todos com marca registada.

Provou-se que só é possível atingir a sustentabilidade económica, social e ambiental com a valorização do território e com todo o empenho e envolvimento da população residente. Foi também aqui importante a implantação de um modelo que previu lucros, não a curto mas a médio e longo prazo que, permitindo uma economia duradoura. Cada lugar é único e por isso deve ser tratado de forma diferente. A arquitetura de Vrin não se impôs, foi sim imposta em função do modelo produtivo de forma a ter-se o máximo proveito dos recursos. O planeamento urbano deve ser feito à medida de cada lugar, com as suas potencialidades próprias, as tradições, produtos, população, enfim, um conjunto de características que determinam o seu modo de funcionamento.

### **3. PATRIMÓNIO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO**

#### **3.1. GÉNESE DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL**

O turismo teve a sua maior evolução com o fim da Segunda Guerra Mundial onde o avanço tecnológico, o desenvolvimento dos transportes e as melhores condições de trabalho e de vida, trouxeram os tempos livres, a procura do lazer e do bem-estar, que se traduziu no desejo de conhecer outros lugares e culturas.

Começou assim um fluxo de turismo em massa que veio do norte da Europa para os países do sul (Grécia, Itália, sul de França, Espanha e Portugal) gente que procurava essencialmente o sol, a praia e novas formas de estar e lazer.

Surgiu, em consequência, então a necessidade de se construir um grande número de infraestruturas (hotéis, restaurantes, etc.) que pudessem dar resposta ao grande fluxo de turistas que se concentraram sobretudo nas zonas litorais e em períodos limitados de tempo. As consequências desta grande procura, na ausência de um Plano de Ordenamento, foram a descaracterização das paisagens, a destruição dos ecossistemas e a perda de autenticidade por parte das populações acolhedoras que passaram a desejar também elas uma vida de abundância. Os efeitos positivos traduziram-se num desenvolvimento económico que veio melhorar a vida das populações dos países recetores.

Em 1980, a Conferência Mundial de Turismo, em Manila, Filipinas, promovida pela OMT (Organização Mundial do Turismo), foi prova da tomada de consciência de que a saturação de muitas das zonas turísticas estava a trazer problemas não só ambientais, mas também sociais e culturais. Porém, foi também aqui referida a importância do turismo no desenvolvimento económico das regiões, do seu contributo para a criação de emprego e para o combate ao despovoamento, valores que levaram ao estabelecimento de objetivos relacionados com a proteção e conservação do ambiente, do património natural, histórico e cultural, bem como a gestão dos recursos disponíveis em cada região. Começou-se a assistir a uma nova atitude perante o turismo, consciente da importância da preservação das potencialidades regionais para o seu desenvolvimento. Deu-se, assim início a um novo turismo, alternativo ao convencional.

Este novo turismo caracterizou-se por ser em pequena escala, em meio natural, muito disperso e gerido por pequenos negócios familiares. Mas esta nova procura não teve só a ver com as novas preocupações ambientais. Este novo turismo, em zonas rurais e procurado sobretudo pela população urbana, foi, segundo alguns autores, reflexo de um desgaste de valores de uma vida agitada no ar

poluído da cidade e da procura de uma identidade nacional ameaçada pelo desenvolvimento económico e tecnológico. O campo deixou de ser visto como território marginalizado e transformou-se num mundo idealizado, sinónimo de valorização daquilo que é verdadeiro e genuíno, um depósito de valores morais que se pensou terem-se perdido com a chegada da modernidade.

O termo *Turismo em Espaço Rural* (TER) foi usado pela primeira vez em França, em 1971 com a criação da primeira associação “Tourisme en Espace Rural” seguida do “Manifeste de Tourisme en Espace Rural”. Em Portugal, assistimos, em primeiro lugar, ao aparecimento do chamado Turismo de Habitação, em 1978 (Decreto Regulamentar nº 14/78) que veio reabilitar antigos solares privados que ofereciam alojamento de grande qualidade, ambiente familiar e atendimento personalizado. A primeira legislação que veio regulamentar o TER surgiu em 1986 (DL 256/86), ano da adesão de Portugal à União Europeia, com duas novas modalidades de hospedagem: o Turismo Rural e o Agroturismo. O Decreto-Lei 54/2002 veio definir o TER como “*o conjunto de atividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados (...) em zonas rurais*”. Este diploma definiu as seguintes modalidades:

Turismo de Habitação: “*Serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas antigas particulares que, pelo seu valor arquitetónico, histórico ou artístico, sejam representativas de uma determinada época, nomeadamente os solares e as casas apalaçadas, devendo ser habitadas por quem faz a sua exploração durante o período da mesma*” (Artigo 4º).

Turismo Rural: “*Serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas rústicas particulares que, pela sua traça, materiais construtivos e demais características, se integrem na arquitetura típica regional, devendo ser habitadas por quem faz a sua exploração durante o período da mesma*” (Artigo 5º)

Agroturismo: “*Serviço de hospedagem de natureza familiar prestado em casas particulares integradas em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável, devendo ser habitadas por quem faz a sua exploração durante o período da mesma*” (Artigo 6º).

Turismo de Aldeia: “*Serviço de hospedagem prestado num conjunto de, no mínimo, cinco casas particulares situadas numa aldeia e exploradas de uma forma integrada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores*”, devendo, pela “*sua traça, materiais de construção e demais características, integrar-se na arquitetura típica local*”(Artigo 7º).

Casas de Campo: “*Casas particulares situadas em zonas rurais que prestem serviço de hospedagem, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores*”,

*devendo, pela “sua traça, materiais de construção e demais características, integrar-se na arquitetura e ambiente rústico próprio da zona e local onde se situem” (Artigo 8º).*

O TER foi visto como uma forma de inverter o despovoamento nas zonas rurais do interior do país, servindo de diversificação das economias locais através do aproveitamento das potencialidades de cada região e valorização do seu património natural, cultural e arquitetónico, tendo em conta as necessidades das populações locais e a disponibilidades dos recursos endógenos. A exploração destes territórios pelo turismo trouxe a oportunidade de dinamizar a economia, trazer emprego (direto e indireto), desenvolver o comércio e serviços e aumentar os rendimentos das famílias rurais.

Programas comunitários possibilitaram a colocação de infraestruturas básicas, repavimentação, arranjos de fachadas, reabilitação de edifícios e monumentos permitindo o desenvolvimento de unidades de alojamento TER. Um dos principais programas para o desenvolvimento rural foi o LEADER que veio financiar a criação e desenvolvimento de unidades de alojamento TER e cujos objetivos do financiamento para Portugal foram os de *mobilizar, reforçar e aperfeiçoar a iniciativa, a organização e as competências locais; incentivar e melhorar a cooperação entre os territórios rurais; promover a valorização e a qualificação dos espaços rurais, transformando estes em espaços de oportunidades; garantir novas abordagens de desenvolvimento, integradas e sustentáveis; dinamizar e assegurar a divulgação de saberes e conhecimentos e a transferência de experiências ao nível europeu* ([www.qca.pt](http://www.qca.pt)).

A partir da análise dos dados entre 2001 e 2010, tem-se verificado um crescimento gradual da oferta de alojamento em TER e também da sua expressão no turismo português. Relativamente à taxa de ocupação, tendo em conta o aumento gradual da oferta, tem apresentado valores instáveis, apresentando no entanto um crescimento a partir de 2008. Distribui-se a nível territorial de modo pouco homogéneo, concentrando-se mais no Norte, principalmente no Minho. A procura concentra-se na faixa etária entre os 31 e 45 anos, oriundos dos principais centro urbanos de Portugal e outros países, com profissões privilegiadas e cujas razões da visita são essencialmente duas: fugir do quotidiano e procurar uma experiência revigorante no campo (SILVA, 2007).

### 3.2. TURISMO E PATRIMÓNIO

*Os instrumentos de reconhecimento do real chamam-se História, a arte de construir a sua transformação chama-se Arquitetura, Álvaro Siza Vieira*

Um dos impactos mais positivos que o TER pode ter é o seu papel na conservação do património (natural, cultural e arquitetónico) dos lugares e na consciência de que como este é fundamental para o sucesso deste tipo de turismo no futuro. Aqui interessa-nos falar no património arquitetónico e da sua transformação e uso pelo turismo.

Como já referido, este retorno ao campo esteve também relacionado com uma identidade com a qual nos reconhecemos enquanto cidadão de um país. Esta identidade tem a ver com a História da qual fazemos parte e que se mantém viva graças aos monumentos e todos os outros edifícios que foram testemunhos de tempos passados: *A noção de monumento histórico engloba a criação arquitetónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural.* (Art.º 1, Carta de Veneza)

Para que estes monumentos possam continuar a contar a sua história, é preciso proteger, conservar e reabilitar o património. Este tipo de reabilitação tem de ter em conta isso mesmo, que irá servir as gerações futuras, e para isso qualquer intervenção deve de ser vista a longo prazo, deve ser flexível: os hábitos mudam, os programas variam e o património não é de consumo imediato. Reabilitar património deve ser sinónimo de produzir património (RAPAGÃO 2002).

Reabilitar o património para turismo traz consigo exigências que muitas vezes põem em causa o carácter dos edifícios. O fraco desenvolvimento tecnológico e o consequente uso das mesmas técnicas e materiais tradicionais ao longo dos tempos, contribuiu para que muito do património prolongasse até aos dias de hoje a sua própria identidade. Um dos principais adversários da reabilitação é a má utilização dos novos materiais e tecnologias pelo elevado grau de invasividade e de irreversibilidade.

### 3.3. O TER E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - TURISMO DE NATUREZA

As Áreas Protegidas (AP) têm sido cada vez mais procuradas pelos turistas, fruto de uma maior consciencialização ambiental e de critérios mais exigentes na procura. Tendo sido estas áreas, principalmente as situadas no interior, vítimas do despovoamento que se tem vindo a observar, o turismo é aqui visto como uma oportunidade de valorizar o património natural e cultural invertendo esta tendência, permitindo a fixação de residentes.

As AP caracterizam-se por serem áreas ecologicamente muito sensíveis, com uma grande biodiversidade. Aqui os novos desafios prendem-se com a necessidade de uma gestão eficaz entre a atividade turística e a proteção dos valores naturais e culturais. Preservar os seus recursos significa permitir o usufruto destes valores pelas gerações futuras, garantindo assim as possibilidades não só de turismo mas também de desenvolvimento destas regiões.

A prática de turismo nas AP sem um Plano de Ordenamento traz problemas de sobrecarga com consequências a dois níveis: natural e social. A nível natural, a falta de monitorização ou mesmo a falta de interdição da ocupação humana em zonas mais sensíveis, pode destruir ecossistemas através da poluição ou da caça. A nível social, o excesso de visitantes pode interferir com a rotina da população residente, criando conflitos e perda de autenticidade.

As populações residentes devem fazer parte do processo de gestão, sendo as principais beneficiárias. É também essencial uma forte comunicação entre as entidades responsáveis pelas AP e pelas instituições do turismo de modo a que estas estejam preparadas para desenvolver um turismo amigo do ambiente e que contribuam para a formação de cidadãos responsáveis. É importante que todas as entidades envolvidas trabalhem com um único propósito: promover turismo de desenvolvimento sustentável.

Em Portugal, a Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98 de 25 de Agosto veio considerar que o turismo nas Áreas Protegidas deve:

- *Ser ecologicamente sustentável a longo prazo, de forma a assegurar a manutenção dos processos ecológicos essenciais à biodiversidade;*
- *Ser cultural e socialmente sustentável, de forma a assegurar que o desenvolvimento desejável seja compatível com a manutenção dos valores culturais e sociais, podendo, deste modo, manter-se a identidade da comunidade;*

*- Contribuir de maneira positiva para o desenvolvimento económico local, nomeadamente através da promoção de emprego, utilização dos produtos e valorização dos saberes locais, visando revitalizar as atividades ligadas às economias tradicionais, como a agricultura e pesca, e favorecer a criação do plurirrendimento e da pluriatividade;*

O mesmo Conselho de Ministros resolveu então:

*1 - Criar o Programa Nacional de Turismo de Natureza, adiante designado por PNTN, aplicável na Rede Nacional de Áreas Protegidas, visando a promoção e afirmação dos valores e potencialidades que estes espaços encerram, especializando uma atividade turística, sob a denominação “turismo de natureza”, e propiciando a criação de produtos turísticos adequados;*

Em 1999 foi definido o Turismo de Natureza como:

Artigo 1.º

*“1 – (...) o produto turístico composto por estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na rede nacional de áreas protegidas, adiante designadas por áreas protegidas.*

*2 - O turismo de natureza desenvolve-se segundo diversas modalidades de hospedagem, de atividades e serviços complementares de animação ambiental, que permitam contemplar e desfrutar o património natural, arquitetónico, paisagístico e cultural, tendo em vista a oferta de um produto turístico integrado e diversificado. “ (Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro)*

O Turismo de Natureza inclui os serviços de hospedagem em casas e empreendimentos turísticos de TER, Casas de Natureza (Casas-Abrigo, Centros de Acolhimento e Casas Retiro) e atividades de animação ambiental (Animação, Interpretação Ambiental, Desportos de Natureza)

A partir de um estudo do turismo em Áreas Protegidas levado a cabo pela federação dos Parques Naturais e Nacionais da Europa (EUROPARC), foi elaborada a Carta Europeia de Turismo Sustentável para Áreas Protegidas (CETSAP), em França, em 1999, que tem como objetivo o desenvolvimento sustentável nas regiões pertencentes às Áreas Protegidas assinantes, de modo a preservar os recursos para usufruto das gerações futuras e a parceria entre as Áreas Protegidas e todas as instituições ligadas ao turismo para trabalharem juntas numa mesma estratégia guiada pelos princípios do desenvolvimento sustentável;

### 3.4. CASOS DE ESTUDO

Foram escolhidos dois casos de estudo, o Parque Natural Adamello Brenta, no norte de Itália, e a aldeia do Soajo, no Parque Nacional Peneda-Gerês. Em ambos os casos foram postas em prática estratégias que visaram o equilíbrio entre a pressão turística e a conservação do ambiente, baseadas em princípios sustentáveis.

No caso italiano, caracteriza-se a gestão de um território que, sendo economicamente dependente do turismo, vê-se confrontado com a responsabilidade de proteger e conservar a frágil natureza que o caracteriza, tendo em conta as necessidades dos visitantes e das próprias populações que participam ativamente no processo de gestão.

No caso português, é apresentada a aldeia do Soajo, situada no Minho. As suas características idênticas às de Cidadelhe permitem-nos perceber como uma pequena aldeia isolada nas montanhas pode sobreviver ao despovoamento através das suas potencialidades turísticas. A intervenção aqui levada a cabo pelo Plano de Ordenamento do Parque Nacional Peneda-Gerês, teve como objetivo valorizar e conservar o património arquitetónico, natural e cultural do Soajo.

#### 3.4.1 Parque Natural Adamello Brenta

O Parque Natural Adamello Brenta situa-se no norte de Itália, na província de Trento, e é uma das maiores Áreas Protegidas dos Alpes. Com uma área de 62.052 ha, é constituído por duas grandes montanhas, Adamello e Brenta, esta última considerada Património Mundial pela UNESCO, em 2009, pela sua “importância e beleza” (UNESCO).

A região tem como principal base económica o turismo. Inclui três dos mais importantes pontos de turismo de inverno de Trento (Madonna di Campiglio-Pinzolo, Andalo-Molveno, Folgarida-Marilleva) que juntos atraem um quarto do total de fluxo de turistas a cada ano. É um turismo em massa com picos sazonais de elevado número.

Os desafios que o Parque enfrenta prendem-se então com o binómio Turismo/Ambiente. Há a procura constante do equilíbrio entre proteger esta frágil zona montanhosa, com uma biodiversidade muito rica, e ao mesmo mantê-la como ponto de referência do turismo.



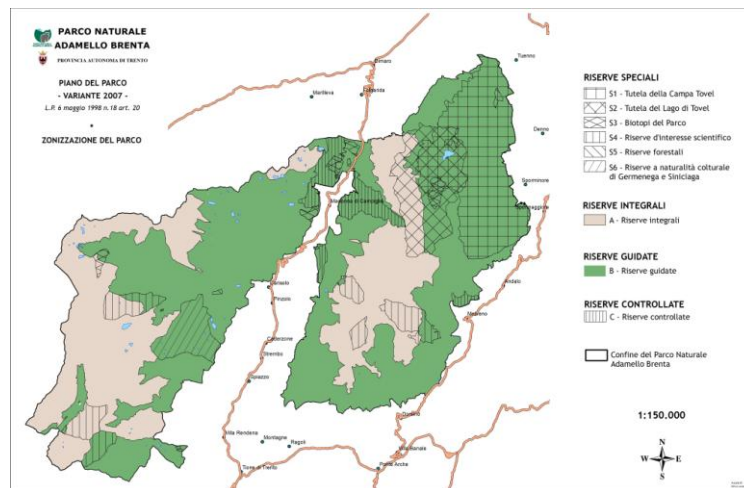


Figura 3.1 – Plano do PNAB - - (www.pnab.it)

O Parque tem por isso como principal responsabilidade promover um turismo não só ambientalmente sustentável mas que não deixe de responder à procura. É baseado em 3 princípios:

*“1. Participação e envolvimento ativo de todas as partes interessadas no turismo na região.*

*2. Proteção da diversidade e portanto a salvaguarda dos motivos para fazer turismo.*

*3. Promoção da diversidade, nomeadamente a descoberta e invenção de novas oportunidades de turismo” (www.pnab.it tradução livre)*

O parque entendeu que a melhor forma de atingir o seu propósito seria a implementação de uma gestão integrada. A comunicação das atividades do Parque era feita diretamente com os consumidores finais, um sistema que obrigava a um grande esforço. Com a assinatura da Carta Europeia de Turismo Sustentável, em 2006, começou a ser obrigatório o diálogo com os operadores turísticos locais para que estes (que comunicam diretamente com os visitantes) passassem a promover atividades e práticas sustentáveis. Consolidou-se ainda o diálogo com as comunidades locais com as quais se tem identificado uma estratégia conjunta para o desenvolvimento sustentável.

O Parque decidiu juntar-se à Carta Europeia de Turismo Sustentável por três razões:

- As áreas mais expostas à pressão turística apresentavam um risco elevado e foi necessária a intervenção das entidades responsáveis.
- Nas áreas onde a pressão turística era menor, o Parque foi visto como possível promotor de novas atividades turísticas. Esta ideia foi aceite pelos promotores, que aqui puderam

encontrar novas oportunidades de negócio, e foi também aceite pelas comunidades, pois contribui para o seu desenvolvimento económico.

- c) A falta de comunicação entre o Parque e os operadores turísticos. O Parque decidiu consolidar um sistema de comunicação indireta com os visitantes (feita agora através dos promotores turísticos) que lhe permitiu promover uma maior consciencialização, tanto aos promotores como aos visitantes.

Relativamente aos objetivos do Parque:

- *Identificar as partes envolvidas no turismo e fazer um levantamento do local de acordo com as necessidades do mesmo.*
- *Definir tipos de turistas de acordo com o seu comportamento, tipo de vida e disponibilidade financeira.*
- *Verificar se a oferta turística está de acordo com os pressupostos da Carta.*
- *Promover formas de coo-planeamento e parceria entre as várias partes ativas socioeconomicamente, em harmonia com os princípios da Carta.*
- *Identificar diretrizes de desenvolvimento de turismo sustentável num espaço de tempo de cinco anos, juntamente com um programa de ação e o processo a seguir.*
- *Indicar potenciais fontes de financiamento local, regional, nacional e a nível Europeu.*
- *Preparar as ferramentas de comunicação para tornar a política adotada pelo Parque acessível e suportada pelas partes envolvidas e para tomar posição no mercado interno e externo. (www.pnab.it tradução livre)*

Deste modo, o Parque, por um lado, foi ao encontro das necessidades do Ambiente e dos residentes ao mesmo tempo que está atento às pressões da economia local e dos visitantes.

O papel ativo do parque no turismo local e no desenvolvimento de formas de cooperação e coo-planeamento entre todas as partes envolvidas, fez com que se pusessem a trabalhar numa mesma direção: o turismo de desenvolvimento sustentável, tendo em conta os impactos ambientais, sociais e económicos e as necessidades dos visitantes, dos negócios locais e dos residentes.

Em vez de travar a pressão turística de modo a proteger a natureza, a estratégia passou por promover diversidade de atividades turísticas, mas encorajando sempre práticas sustentáveis através da educação ambiental.

### 3.4.2. Aldeia do Soajo – Parque Nacional Peneda-Gerês

A aldeia do Soajo, com uma área de 58,6 Km<sup>2</sup>, situa-se na serra com o mesmo nome, a 1416 metros de altitude num afloramento granítico no concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo. Localiza-se ainda na Área Protegida transfronteiriça constituída pelo Parque Nacional Peneda Gerês (PNPG) e pelo Parque Natural do Xurê e Baixo Limia. É delimitada pelo rio Lima, a sul, a este pela Galiza, a oeste e a norte por outras freguesias do concelho.

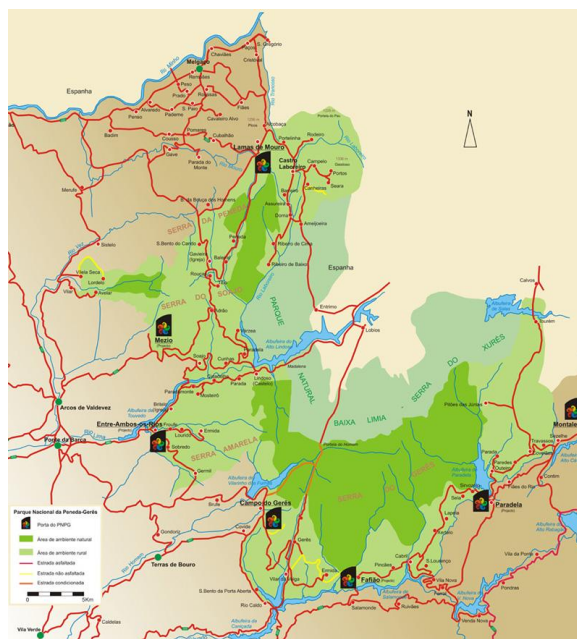


Figura 3.2 - Parque Transfronteiriço (PNPG + PNXL)

(<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1505260>)

Sendo uma zona com bons recursos hídricos, devido ao grande nível de pluviosidade, juntando ao facto de haver poucas zonas de baixo declive (próprias para a agricultura) assistiu-se a um grande esforço de adaptação do homem ao território que se traduziu no aparecimento das chamadas

“Brandas” e “Inverneiras” que são pequenos povoados temporários. Estes povoados estão diretamente relacionados com a principal atividade económica aqui praticada, a transumância. As Brandas, construídas a grandes altitudes, perto dos pastos, era onde a família passava a primavera e o verão. A partir do outono regressavam aos vales onde estavam as Inverneiras, e aí permaneciam até ao final do inverno. Os soajeiros criaram ainda sistemas de regadio, socalcos e praticavam o uso comunitário da eira. Esta situava-se num ponto alto, na periferia do aglomerado, ladeada por 24 espigueiros, oitocentistas, de estilo galaico-minhoto, de corpo baixo e alongado, em pedra. Estes espigueiros serviam para guardar o milho, protegendo-o das intempéries e dos animais roedores.



Figura 3.3 - Espigueiros

([http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f2/Soajo\\_-\\_Espigueiros.JPG](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f2/Soajo_-_Espigueiros.JPG))

As casas são constituídas por rés-do-chão, que servia como arrecadação e onde se guardavam os animais. Este é ligado ao primeiro andar, onde vivia a família, através de uma escada exterior que termina num alpendre. Não têm divisões interiores. As casas organizam-se em ruas estreitas que por vezes formam largos, como o do Eiró, onde existe o Pelourinho.

Tal como na maioria das aldeias portuguesas, a principal fonte de sustento encontrava-se na agricultura que com o tempo deixou de ter expressão económica e fez com que a aldeia, que foi sede de concelho até 1852, começasse a perder população a partir de 1960, por força da emigração.

Para criar desenvolvimento e combater o despovoamento, a aldeia foi alvo de uma intervenção em 1991, levada a cabo pelo Plano de Ordenamento do PNPG. Esta intervenção teve por base os objetivos definidos pelo Parque.

O PNPG foi criado em 1971 pela necessidade de um planeamento que protegesse e valorizasse a atividade humana e os recursos naturais aí existentes, conservando solos, água, flora e fauna, protegendo as paisagens e tendo ainda em vista *finalidades científicas, educativas e turísticas* ([www.icnf.pt](http://www.icnf.pt)).

Neste sentido, o PNPG foi dividido em duas áreas (ver fig. 3.2):

- Área de Ambiental Natural, onde, pela sua qualidade ambiental é interdita a ocupação humana, salvo exceções de ordem científica ou de segurança. Isto porque são áreas onde se quer que a natureza evolua com o mínimo de intervenção humana possível.

- Área de Ambiente Rural, onde se localizam os aglomerados habitacionais e onde se tenta compatibilizar a atividade humana com a conservação da biodiversidade aí existentes. Estas áreas estão classificadas em:

- a) Áreas de proteção complementar tipo I: são zonas onde se desenvolve um uso mais intensivo do solo pelo homem e onde se tenta compatibilizar o desenvolvimento económico e social com os valores naturais de preservação da paisagem e dos recursos naturais. Os objetivos deste tipo de área são manter as atividades agrícolas tradicionais de forma a manter os recursos para o futuro.

- b) Áreas de proteção complementar tipo II: fazem a transição das zonas de maior proteção ambiental para as zonas de ocupação humana. É onde se concentram as construções. Aqui os objetivos são, além de promover práticas que sejam compatíveis com a proteção da natureza e da paisagem, os de criar melhores condições de vida para as populações residentes, contribuindo para a sua fixação. São também objetivos a educação ambiental, através de ações turísticas, desportivas ou recreativas, a proteção e conservação do património construído e a contenção da nova construção, evitando a sua dispersão na paisagem.

Assim, começou-se por dotar a aldeia do Soajo do nível básico de infraestruturação, financiado pelo POA. Passou-se a ter saneamento básico, abastecimento de água ao domicílio e recolha dos resíduos sólidos.

Fazendo parte da riqueza que é o PNPG, o Soajo, além de poder absorver o efeito do turismo que se pratica no Parque, é por si só testemunho da História, da sobrevivência do homem e da sua

adaptação ao meio ambiente, e constitui portanto património histórico, arquitetónico e social que deverá ser protegido e valorizado.

Assim, atendendo aos objetivos do PNPG para o desenvolvimento económico através dos recursos existentes, nomeadamente através da valorização do património, foram recuperadas 11 casas para turismo de aldeia, mais uma casa para a instalação da ADERE-SOAJO (Associação Local de Desenvolvimento), realizada a compra de material informático para uma central de reservas que pudesse gerir todas as casas, e a formação dos proprietários das casas recuperadas.

A nível arquitetónico, a recuperação das casas foi feita tendo em conta as suas características originais: a existência do forno do pão, a lareira assente em maciço de pedra e as mesmas dimensões de pés direitos. Foram equipadas de *kitchenette*, com 1 a 3 quartos, e casa de banho. Não se tendo enquadrado na legislação TER da altura, esta recuperação deu origem a um novo tipo de turismo: o Turismo de Aldeia.

Além da arquitetura típica e de uma gente acolhedora, o Turismo de Natureza aqui revela-se por uma recuperação ecológica das casas (materiais amigos do ambiente, baixo desperdício) e pelas oportunidades de aprendizagem acerca da natureza que o visitante aqui encontra.

Relativamente à forma de gestão entre a pressão turística e a proteção do ambiente, o PNPG trabalha em três pontos fundamentais: a Conservação; a Educação ambiental e o Apoio ao Desenvolvimento.

Quanto à Educação Ambiental, foi criado o Centro de Interpretação Ambiental do Vidoeiro (CEAV) que por um lado tem o papel de tornar o turista consciente da fragilidade do ambiente que o rodeia e a importância da sua conservação, e por outro lado serve escolas da região. Além deste centro existem cinco portas para o Parque (Lamas de Mouro, Lindoso, Mezio, Campo do Gerês e Montalegre) onde é feito o acolhimento e onde cada uma apresenta um tema distinto relacionados com a natureza e o território. Os temas são trabalhados sob a forma de palestras, *workshops*, percursos interpretativos, jogos tradicionais e *ecopapers*.

Este exemplo é uma prova daquilo que é ainda possível fazer-se em prol da afirmação nossa identidade enquanto país e no combate ao desaparecimento dos testemunhos da nossa história.

O facto de a aldeia do Soajo se encontrar inserida numa área protegida, é um primeiro passo para a sua conservação, pois é automaticamente inserida num sistema de gestão integrada essencial para se atingirem os resultados esperados.

Ainda que modesto, o impacto económico foi visível, não só pelo alojamento, mas pelo aparecimento do pequeno comércio, venda de produtos tradicionais, e pelo funcionamento em pleno do centro hípico e de dois restaurantes.

Como turismo de pequena escala tem também pouco impacto no ambiente, mantendo o equilíbrio entre o desenvolvimento turístico e os objetivos de conservação definidos pelo PNPG. Cumpre assim, do mesmo modo, os limites de mudança (ecológica, social e cultural), mantendo a identidade e carácter das populações. Sendo pequeno e por isso personalizado, torna-se um turismo de grande qualidade.

Este é um exemplo de desenvolvimento económico numa área atingida pelo despovoamento através das suas potencialidades turísticas onde ao mesmo tempo se preserva o património (natural, arquitetónico e cultural) de uma forma sustentável.

## 4. CIDADELHE

### 4.1. CARACTERIZAÇÃO

A aldeia de Cidadelhe situa-se na Beira interior, no concelho de Pinhel, distrito da Guarda, num planalto com cerca de 500 metros de altitude, entre os rios Massueime e Côa. Está inserido numa unidade geomorfológica designada de Maciço Antigo numa zona de solo granítico e pouco fértil.

A escolha do local pode ter influências da ocupação romana, pois eram escolhidos locais altos, nas proximidades de rios e florestas e de difícil acesso, o que permitiu a resistência à ocupação árabe. A morfologia deste tipo de povoados dependia de dois fatores essenciais: a orografia e o tipo de agricultura que os terrenos permitiam.

Por se situar no interior do território português, tem um clima que se caracteriza por invernos muito frios e verões muito quentes. Os índices de precipitação são negativos em metade dos meses do ano. Este tipo de clima influenciou o tipo de vegetação, destacando-se a vinha, o sobreiro, a azinheira, a oliveira e a amendoeira. Os arbustos são constituídos por Alecrim, Urzes e Estevas. Nas áreas mais altas e húmidas encontra-se o carvalho negral e alvarinho, o castanheiro e as giestas. Ao longo das margens dos rios principais surgem o salgueiro, o freixo e o ameeiro.

A população vive da agricultura: cultivo da oliveira, da amendoeira, da vinha e da transumância. Foi sempre uma vida difícil pois a terra rochosa e a falta de água não possibilita colheitas abundantes. As gentes caracterizam-se por serem pobres, trabalham pela sobrevivência.

Neste tipo de aldeias, as populações, apesar de por vezes se odiarem, auxiliam-se e trabalham para um propósito de vida comum: sobreviver. Esta característica é visível na forma como as casas se organizam entre si numa morfologia orgânica: *paredes-meias, as casas encostam-se e amparam-se, complementam-se, interpenetram-se e cobrem-se frequentemente, com grandes telhados comuns – mantos de telha vã que se adaptam ao informalismo das plantas e dos alçados*” (TÁVORA, 2004).

A aldeia é constituída por dois núcleos. O primeiro, “Cidadelhe de Cima”, que nos recebe através de um grande largo que distribui os vários arruamentos, dando acesso a um segundo aglomerado, “Cidadelhe de Baixo”. Aqui encontramos a Igreja que estrutura os restantes arruamentos. Esta divisão pode estar relacionada com separação entre ricos e pobres: estes viviam em “baixo”, junto da Igreja, e os mais ricos em “cima”, onde hoje ainda se observa a casa senhorial.



Todo o contexto climático, geológico e socioeconómico teve um forte impacto na caracterização arquitetónica. O tipo de povo determinou a maneira de construir as casas. Ainda se verifica, também aqui, influências romanas. A arquitetura da zona das beiras caracteriza-se por ser simples, rude, humilde e de pequenas dimensões, por ser *disciplinada e sem arrogância* (TÁVORA, 2004), não deixa espaço à imaginação. Em Cidadelhe, a maioria das casas são pobres, a maioria rés-do-chão, compostas por uma só divisão onde existe a lareira (na maioria dos casos sem chaminé para não haverem perdas de calor) que tinha a dupla função de aquecer e cozinhar, e onde a família dormia em alcovas. Um anexo agregado à casa servia para guardar as colheitas e os animais. Nas restantes casas de dois pisos, o armazenamento era feito no rés-do-chão, que também servia para proteger o resto da casa do frio. Aqui existe ainda uma escada no exterior que dá acesso ao primeiro andar, este também constituído por uma só divisão. São ainda características as varandas alpendradas que nas casas de rés-do-chão são substituídas por bancos em pedra no exterior junto à entrada. Ainda sobre as varandas, estas são viradas a Sul, Sul-Poente, de modo a tirar o máximo proveito da energia solar, já que as casas possuem poucas aberturas de modo a preservar o calor e a impedir a entrada do frio, o que torna o seu interior muito escuro. As coberturas são sustentadas por uma estrutura de madeira em pinho que suporta a telha vã de canudo. Por vezes sob esta existia palha para minimizar a entrada do frio. As portas em madeira eram divididas horizontalmente tomando assim a função de janelas: permitiam o contacto com o exterior, não comprometendo a privacidade. O pouco mobiliário existente era tosco. As paredes são todas construídas em granito. As técnicas de construção são simples e respondem às necessidades essenciais, devido à escassez de recursos. A delimitar os quintais existem muros construídos em pedra solta, cuja forma de ser aparelhada mostram influências também romanas.

#### 4.2. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO – SÍNTESE DO ESTUDO CIAUD

A propósito do fenómeno de despovoamento das aldeias portuguesas, em Fevereiro de 2009, o CIAUD iniciou um estudo (ainda em curso) em quatro aldeias pertencentes ao Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC), Património Mundial da Humanidade, pela UNESCO (1998). As aldeias foram Marialva, Muxagata, Longróvia e Cidadelhe. O estudo aborda *as questões relacionadas com degradação ambiental e desvitalização social, com o objectivo de perceber as carências ao nível habitacional, as causas do desordenamento espacial, os fenómenos dos desequilíbrios no tecido físico e social, os fatores que provocaram amorfia cultural e económica e as razões da inexistência de recurso à exploração agrícola endógena* (ROSA, 2009).

O estudo definiu uma zona específica de intervenção de 200 000 m<sup>2</sup> que corresponde a Cidadelhe de Baixo. Incluiu 168 edifícios: 101 Encontram-se desocupados (60.1%) e grande parte está em mau estado de conservação ou mesmo em ruína (88.7%).

Foram observados ainda os seguintes aspetos:

- Elevado número de candeeiros de rua, sendo elementos dissonantes na paisagem.
- Infraestruturas embutidas exteriormente dissonantes na arquitetura das habitações.
- Não existem transportes públicos num raio de 20 Km.

Síntese da Análise (SWOT):

#### **Pontos fortes**

- Porta sul do Parque Arqueológico do Vale do Côa, Património Mundial da Humanidade;
- Possui importante património arqueológico, arquitetónico e paisagístico;
- Cultivo da oliveira, amendoeira e vinha e a transumância;

#### **Pontos fracos**

- Difícil acessibilidade;
- Ausência de sector secundário e terciário;
- Ausência de transportes públicos próximos;
- Ausência de equipamentos de ensino e de saúde;
- Crescimento natural negativo;
- Recursos naturais limitados;

#### **Oportunidades**

- A população triplica nos meses de Verão devido aos emigrantes;
- Potencialidade para Turismo em Espaço Rural;
- Proximidade da rede de Aldeias Históricas e Aldeias Vinhateiras;

- Capacidade de produção de produtos de alta qualidade vindos das culturas locais e da transumância;
- Capacidade para produção de energias renováveis, principalmente solar e eólica devido à posição geográfica;

### **Ameaças**

- Despovoamento;
- Concorrência a nível turístico pelas aldeias vizinhas;
- Degradação do património existente;
- Risco elevando de se transformar numa aldeia despovoada e degradada, caída no esquecimento.

Cidadelhe é uma aldeia pequena, chamada muitas vezes de “calcanhar do mundo”, tem como principal entrave ao seu desenvolvimento os difíceis acessos, pois isolada bem no interior do concelho, as estradas são em parte estreitas e tortuosas. O clima é seco, a água escassa e o terreno é pedregoso, tornando a agricultura pouco produtiva. A falta de oportunidades e de qualidade de vida tem impedido a fixação de gente. A aldeia está a ficar vazia e degradada, a população está a desaparecer. Porém, verifica-se que quase todas as casas mantêm os mesmos materiais tradicionais, sistemas construtivos originais e o mesmo carácter. A Igreja matriz está em vias de classificação e duas casas estão inventariadas juntamente com a fonte.

A finalidade do estudo é encontrar uma estratégia que permita ao território recuperar a capacidade de subsistência através da procura de soluções integradas.

Os pressupostos da investigação foram ao encontro das expectativas da Câmara Municipal de Pinhel para o sucesso da elaboração do “Projeto de Valorização e Salvaguarda para Cidadelhe” que descreve as opções estratégicas no que diz respeito à reabilitação, recuperação e reconstrução de habitações, acessibilidades, equipamentos, infraestruturas, espaço público e mobiliário urbano. Aproveitando as potencialidades agrícolas, arquitetónicas e arqueológicas através de um modelo de gestão integrada, aliando as técnicas tradicionais adaptadas às novas tecnologias, criando acessibilidades, dotando o território de equipamento comunitário, tentam-se encontrar soluções que possibilitem atingir objetivos.

Das estratégias definidas no estudo em matéria de requalificação, são usadas neste “Projeto Final de Mestrado” as seguintes:

- *Qualificar, reconstruindo, os edifícios em ruínas, em muito mau estado e em mau estado, preservando o seu valor arquitectónico pré-existente, adaptando-os às novas condições de habitabilidade, salubridade, segurança e conforto, com a finalidade de fixar não só a população residente, mas atrair nova população;*
- *Incrementar a utilização de materiais tradicionais adaptados às novas exigências energéticas;*
- *Salvaguardar a imagem tradicional da aldeia ao nível dos espaços públicos e do edificado nomeadamente no que concerne a técnicas construtivas, materiais e acabamentos;*
- *Promover a requalificação ou eliminação dos elementos dissonantes;*

Ao nível do espaço público:

- *Valorizar o espaço público através da sua requalificação e preservação das características morfológicas e ambiental pré existentes;*
- *Propor novo mobiliário urbano adequado às características da aldeia tradicional onde se insere não descurando o recurso a equipamento/mobiliário urbano recuperador de energia;*
- *Propor lugares de estacionamento formal, destinados aos futuros visitantes e moradores da Aldeia, na porta de entrada do PAVC;*

Estas estratégias estão assentes nos seguintes princípios de sustentabilidade:

*Desempenho térmico dos edifícios; Redução de consumo energético; reutilização do terreno para agricultura; biodiversidade através de um plano paisagístico; integração das comunidades existentes; redução das distâncias entre habitação e local de trabalho; fomentar o uso de bicicleta ou de transportes públicos; consumo controlado de água; sistema de ventilação natural; adoção de biomassa; recolha e triagem de lixo (ROSA, 2009)*

#### 4.3. TURISMO EM CIDADELHE

##### ***Parque Arqueológico do Vale do Côa***

Cidadelhe representa a Porta Sul do Parque Arqueológico do Vale do Côa, criado em Agosto de 1996 graças à arte rupestre encontrada ao longo do vale do rio Côa nos anos 80. Em 1997 esta arte foi classificada como Monumento Nacional e em 1998 como Património Mundial da Humanidade pela

UNESCO: *A arte rupestre do paleolítico superior do Vale do Côa é uma ilustração excecional do desenvolvimento repentino do génio criador, na alvorada do desenvolvimento cultural humano; A arte rupestre do Vale do Côa demonstra, de forma excecional, a vida social, económica e espiritual do primeiro antepassado da humanidade* ([www.igespar.pt](http://www.igespar.pt)). Ao longo de 17 Km do rio Côa foram encontrados vestígios de ocupação Humana desde à cerca de 25 000 anos até ao século XX.

O Parque é gerido pela “Fundação Côa Parque” que tem como finalidade *a proteção, conservação, investigação, e divulgação da arte rupestre (...) e demais património arqueológico, paisagístico, cultural e natural, na área do Parque Arqueológico do Vale do Côa* ([www.arte-coa.pt](http://www.arte-coa.pt)). Tem como objetivo principal promover o desenvolvimento integrado da região através da gestão, proteção e museificação da Arte Rupestre e respetivas visitas públicas. O parque gere uma área de cerca de 200 Km<sup>2</sup> e de momento, dos 62 apenas tem três núcleos de visita abertos ao público: Canada do Inferno (acesso a partir do Museu do Côa), Penascosa (a partir de Castelo Melhor) e Ribeira de Piscos (a partir de Muxagata). Estas visitas, por razões de conservação ambiental, são limitadas e apenas se realizam com guia. Junto a Cidadelhe existe o núcleo da Faia por onde se distribuem 18 rochas historiadas onde predomina a técnica de pintura sobre a gravura.

Atualmente, apesar de constituir a entrada sul, Cidadelhe não tem um papel ativo no Parque pela falta de condições de permanência dos visitantes, nomeadamente alojamento e atividades.

Esta é então uma oportunidade de desenvolvimento para Cidadelhe ao poder transformar-se num ponto mais ativo no contexto do Parque ao consolidar o seu sistema de acolhimento de visitantes, prestar serviços de informação, alojamento em Turismo de Aldeia e promover atividades de educação ambiental.

### ***Reserva da Faia Brava - Grande Rota do Côa***

Um dos sítios de Arte Rupestre (Penascosa) parte da Aldeia de Castelo Melhor, a mesma aldeia de onde parte a Grande Rota do Côa, um percurso pedestre cujo destino é Cidadelhe. Estende-se em 30 Km ao longo do vale do rio Côa, está devidamente sinalizado e dividido em quatro etapas, sendo uma oportunidade de interação com a natureza e biodiversidade locais.

Parte do percurso é feita por uma Área Protegida: a Reserva da Faia Brava. É gerida pela Associação de Transumância e Natureza, concentrando um dos núcleos portugueses mais importantes de aves

rupícolas, conservando e protegendo ainda vários habitats e espécies ameaçadas. Tem também como finalidade a valorização do património natural através de uma gestão sustentável.

Este tipo de percursos constituem atividades que promovem os recursos naturais da região, são atrativas para os visitantes e constituem uma forma de consciencialização para a preservação do ambiente.

É proposta uma estratégia de desenvolvimento turístico para Cidadelhe que integre os princípios sustentáveis de Turismo de Natureza, nomeadamente pela existência de serviços de alojamento e atividades que permitam usufruir do património natural, arquitetónico e paisagístico de forma sustentável, assegurando um desenvolvimento que vá ao encontro das necessidades do ambiente e dos residentes. A contribuição para a economia local traduz-se pela criação de postos de trabalho, valorização dos produtos e saberes tradicionais, revitalizando assim as atividades locais.

Estas estratégias vão também de encontro aos princípios do estudo CIAUD referidos anteriormente, resultando então num turismo integrado, planeado de forma a revitalizar a aldeia tendo em conta não só os visitantes, mas também os residentes, pois estes deverão ser os principais favorecidos de todo o processo. Pretende-se assim, por via turística, dar condições para que num futuro próximo cada vez mais gente se fixe nesta região.

#### 4.4. ESTRATÉGIA TERRITORIAL

Um plano de desenvolvimento para Cidadelhe a partir das suas potencialidades turísticas só pode funcionar se a nível territorial estiveram reunidas as condições para que tal aconteça. É preciso em primeiro lugar que Cidadelhe se insira em redes turísticas locais e regionais consolidadas.

A nível local, o PAVC, sendo responsável pela deslocação da maioria dos visitantes a esta zona, torna-se importante que promova não só o seu espólio arqueológico, mas também pontos de interesse turístico que pertençam ao Parque (aldeias, miradouros, castelos, percursos). A nível regional, a proximidade das “Redes de Aldeias Históricas” e “Aldeias Vinhateiras” que trazem grande fluxo de turistas à região, é uma vantagem da qual Cidadelhe pode tomar partido se se destacar como ponto de interesse.

#### ***Transportes Flexíveis***

O transporte em veículo privado é a única opção para se chegar a Cidadelhe. As distâncias são muito longas, por estradas por vezes estreitas, tortuosas e com declives muito acentuados. Apresenta-se

então como um dos principais entraves ao desenvolvimento a falta da mobilidade territorial. Com uma população envelhecida, são poucos aqueles que possuem automóvel e a baixa densidade populacional torna inviável a existência de transportes públicos. Para os visitantes (provenientes das grandes cidades) torna-se dispendioso trazer o automóvel devido à grande distância. Apresenta-se aqui como possível solução uma rede de transportes públicos flexíveis.

Este tipo de transporte pode ser realizado por veículos de pequenas dimensões (ex. os minibus) que não estão condicionados a horários e percursos fixos, funcionam em função das solicitações.

Ao tornar possível uma maior mobilidade entre aldeias e povoados e destes com as sedes de concelho, facilitando a sua comunicação, permite-se a descentralização de pessoas, bens e serviços, distribuindo-se assim de forma mais homogênea no território, criando relações de complementaridade.

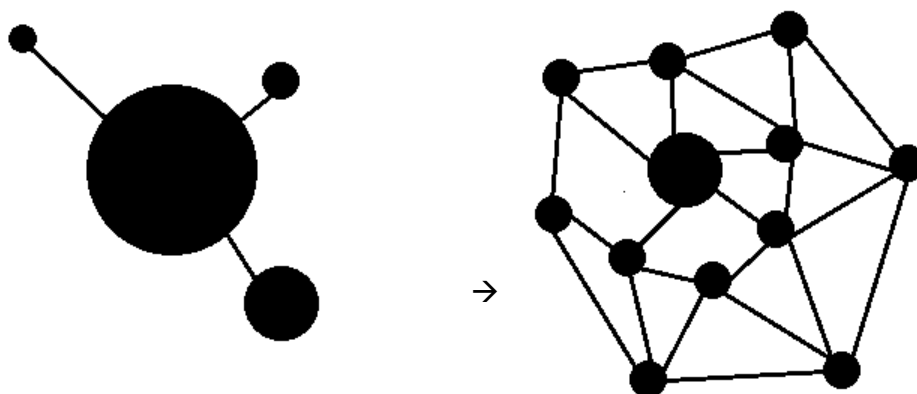


Figura 4.1 – A descentralização de pessoas, bens e serviços seria um dos possíveis impactos territoriais trazidos pelos transportes flexíveis (imagem produzida pelo autor)

É um sistema sustentável, reduzindo o número de viaturas individuais (menos poluição) e reduzindo os custos de transporte. Facilita a troca de bens e serviços, proporcionando mais autonomia para a população, principalmente para a mais envelhecida. Possibilita ainda o aumento de oportunidades de negócio, animando as economias locais.

A nível turístico este plano permite aos visitantes que não possuem veículo próprio ou que tenham menos disponibilidade financeira, tenham a possibilidade de visitar a região, alargando assim o número de visitantes e as possibilidades de desenvolvimento através do turismo.

Este tipo de sistema de transportes encontra-se ainda em fase de desenvolvimento a nível de sistemas de gestão e eficiência, o seu principal desafio.

#### 4.5. PLANO URBANO

Pretende-se então criar os equipamentos necessários para o desenvolvimento de TER - Turismo de Aldeia juntamente com os serviços básicos essenciais à população.

Atualmente Cidadelhe dispõe de:

- a) um café, que só abre em determinadas alturas da semana,
- b) um posto de correios,
- c) um centro difusor / pólo de receção que alberga uma exposição sobre Cidadelhe no contexto do PAVC

Não existe comércio, o abastecimento é feito através de empresas de venda ambulante que aqui se deslocam. Para venderem o azeite e o leite, os poucos produtores têm que se deslocar a grandes distâncias.

As infraestruturas básicas já existem (abastecimento de luz, água, esgotos e recolha de resíduos sólidos).

Tenta-se integrar aqui um plano de atividade turística com um plano de desenvolvimento rural, sob pena da aldeia se transformar numa aldeia fantasma sem sucesso a longo prazo. Trata-se de tirar partido da capacidade de produção da terra, não só retirando a matéria-prima que ela fornece, mas transformando essa matéria em produtos que por um lado possam ser comercializados e por outro sirvam para alimentar a população. Da produção, à transformação e venda de produtos, nos equipamentos turísticos e restantes serviços, são vários os postos de trabalho que se criam.

São introduzidos três tipos de equipamentos: os de apoio à re-operacionalização agrícola e transformação de produtos (fábrica de azeite, queijo e vinho); de serviços básicos (mercearia, enfermaria, etc.) de apoio a residentes e visitantes, e por fim equipamentos turísticos (posto de informações, acolhimento, alojamento, restaurante, balneários e piscina).

Cria-se então uma estratégia sustentável a nível económico com a produção e exportação dos próprios produtos; a nível ambiental, com o uso de materiais não poluentes, energias renováveis, reciclagem, atividades de educação ambiental; e a nível social devido ao turismo de baixa densidade que respeita a capacidade do território, preservando o carácter genuíno do local e ainda evitando impactos negativos no ambiente.





## 5. PROJETO – TURISMO EM ESPAÇO RURAL

### 5.1. ZONA DE INTERVENÇÃO

Do plano atrás descrito, o projeto consiste na recuperação dos cinco edifícios afetos ao alojamento em Turismo de Aldeia, dos respetivos serviços de apoio e espaço público adjacente, com uma área total de 2886,2 m<sup>2</sup>.



Figura 5.1 – Plano com o programa para Turismo em Espaço Rural – Turismo de Aldeia (imagem produzida pelo autor)

### 5.2. ALOJAMENTO

O alojamento, que ocupa o edifício (A), é composto por 13 casas de um só piso que formam um pátio entre si, com uma área total de 726,3 m<sup>2</sup>. A morfologia deste edifício permitiu uma boa adaptação do programa, pois cada casa deu lugar a uma unidade de alojamento e onde o pátio, outrora uma horta, se transforma num espaço de encontro importante, numa aldeia onde o convívio e a informalidade são as principais características da vida social.

O alojamento segue a legislação da modalidade de Turismo de Aldeia (Decreto Lei n.º 54/2002) cujo Artigo 7º define:

*1 — Designa-se por turismo de aldeia o serviço de hospedagem prestado num conjunto de, no mínimo, cinco casas particulares situadas numa aldeia e exploradas de forma integrada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores.*

*2 — As casas afectas ao turismo de aldeia devem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, integrar-se na arquitetura típica local.*

*3 — O turismo de aldeia pode ser explorado em aldeias históricas, em centros rurais ou em aldeias que mantenham, no seu conjunto, o ambiente urbano, estético e paisagístico tradicional da região onde se inserem.*

*4 — A exploração das casas de turismo de aldeia deve ser realizada por uma única entidade, sem prejuízo da propriedade das mesmas pertencer a mais de uma pessoa.*

Das 13 casas, sete transformam-se em T0, três em T1, duas em T2 e uma em receção (Figura 3.2).

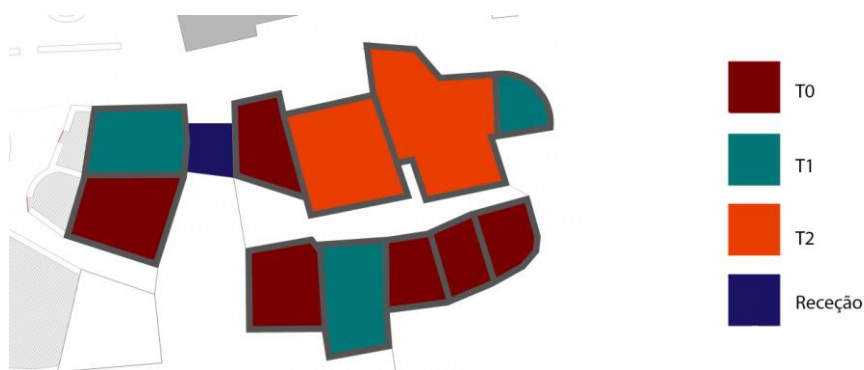


Figura 5.2 – Tipologias - Conjunto (A) (imagem produzida pelo autor)

Todas têm acesso a partir da rua e outro a partir do pátio (apenas nas casas cujo acesso ao pátio é possível). Relativamente à organização espacial, todas as casas são diferentes, pois possuem áreas diferentes. De um modo geral, cada tipologia apresenta um tipo de organização distinto: nos T0, a entrada, a partir da rua, faz-se pela sala de estar (cujo sofá reversível se transforma em cama) e as zonas húmidas encontram-se no lado oposto. Nos T1, as zonas húmidas estruturam o espaço:

situam-se a meio, fazendo a divisão entre a sala de estar e o quarto. O mesmo acontece num dos T2, enquanto o segundo se adapta aos espaços criados pela irregularidade da morfologia já existente.

A maior parte das paredes mantêm-se (como já foi referido, este tipo de casas dispõem de uma só divisão), procedendo-se apenas à colocação de divisórias interiores em *Pladur* de forma a reduzir o grau de intrusão e a manter o espaço flexível para futuras intervenções. O isolamento é colocado apenas nas paredes em contacto com o exterior e é revestido com *Pladur*. Nas paredes que fazem a divisão entre casas não se achou necessário o uso de isolamento, pelo que se apresentam com pedra à vista. A cobertura é suportada por uma estrutura de madeira que assenta nas paredes portantes.

Uma das principais condicionantes do trabalho foi a quase inexistência de vãos, característica da arquitetura das Beiras que torna os interiores escuros, indo contra às necessidades de conforto modernas. Nas paredes que se decidiu conservar, a introdução de novos vãos traria elevados custos e esforços, e, além disso, o grande número de vãos iria interferir com a linguagem deste tipo de arquitetura. Desta forma, no caso das casas de menor dimensão, optou-se por transformar as portas que dão acesso à rua, em portas que permitem a abertura pelo meio (Figura 3.3), uma tipologia que caiu em desuso e que aqui se apresenta como oportunidade de trazer luz como ventilação natural para o interior dos espaços, sem no entanto comprometer a privacidade. Já as portas de acesso ao pátio são em vidro, com moldura em madeira. No caso particular de um dos T2 com uma morfologia irregular, sendo impossível integrar a estratégia atrás descrita, foi desenhado um pátio interior que permitiu levar a luz natural ao quarto principal.



Figura 5.3 – Exemplo de porta que permite a abertura horizontalmente  
(<http://damiencarrollphotography.wordpress.com>)

### 5.3. SERVIÇOS DE APOIO

Os serviços de apoio distribuem-se pelos quatro edifícios restantes. O edifício (B), com uma área total 494,4 m<sup>2</sup>, encontra-se em ruínas, procedendo-se à sua reconstrução total, respeitando no entanto a respetiva morfologia.

Este divide-se em dois pisos para vencer a grande diferença de cotas do terreno: ao nível térreo, constituindo três espaços autónomos que ao mesmo tempo se ligam diretamente (são praticamente inexistentes as paredes divisórias neste piso), temos, pela mesma ordem, a mercearia, o quiosque e o café. Este espaço vai ao encontro das necessidades dos visitantes (fácil acesso a bens essenciais), no entanto ele também apresenta o sentido comunitário que se pretende: mais uma vez, através da existência de diferentes funções no mesmo espaço, incluindo zonas de estar, é promovido o encontro e o convívio entre população e visitantes.

No piso inferior (piso -1) encontra-se o restaurante composto por cozinha, instalações sanitárias e sala de refeições. O restaurante tem acesso principal a partir do exterior e um outro secundário pelo piso superior.

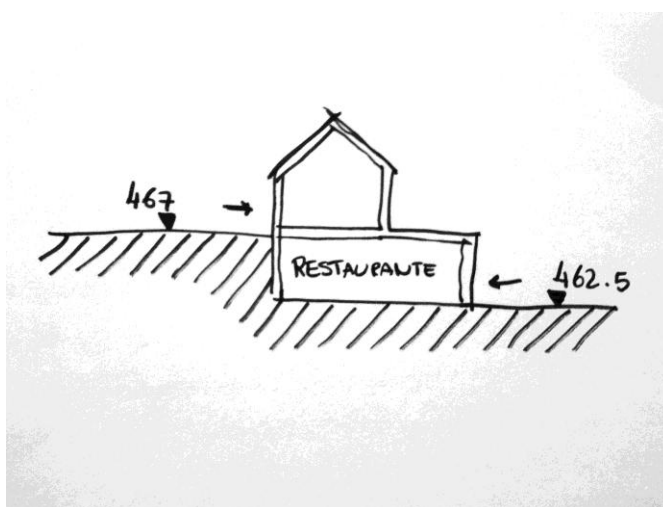


Figura 5.4 – Corte esquemático - Conjunto (B) (imagem produzida pelo autor)

Na fachada principal são utilizados os materiais tradicionais (pedra e madeira) e apenas dois vãos correspondentes aos acessos à mercearia e ao café. Já na fachada posterior, de modo a evitar a interferência com a imagem tradicional da aldeia, é usado um novo material, o aço *corten*, por um

lado para marcar a nova construção (não se trata de uma reabilitação), por outro pelas suas características que permitem uma boa adaptação no conjunto dos materiais tradicionais.

Estruturalmente o edifício funciona simultaneamente com um sistema de paredes portantes e um outro composto por uma estrutura de madeira, criando tensão entre “leve” e “pesado”.

No edifício (C), com uma área de 40 m<sup>2</sup>, encontram-se os balneários e arrumações de apoio à piscina que se situa no pátio adjacente, completamente ladeado com um muro de granito. Sendo este território alvo de verões quentes e secos, este programa vem responder às exigências de bem-estar associadas ao lazer, servindo assim de complemento às atividades existentes. O acesso principal faz-se pelo pátio. Aqui a construção encontra-se em razoável estado de conservação, procedendo-se apenas à substituição da cobertura. As técnicas e materiais utilizados são os mesmos já descritos para o alojamento.

O centro de atividades, edifícios (D) (Área = 39.9 m<sup>2</sup>) e (E) (Área = 28.9 m<sup>2</sup>) tem como objetivo albergar parte das atividades promovidas por grupos/associações, como é o caso da Associação de Transumância e Natureza (associação detentora da Reserva da Faia Brava) que realiza programas relacionados com a Grande Rota do Côa, cujo ponto de chegada é Cidadelhe de Baixo. O programa destina-se a pequenos grupos que aqui cheguem. É composto por uma pequena sala com capacidade para 18 pessoas (edifício D) a partir do qual se cria um novo volume, revestido a madeira, onde se encontram as instalações sanitárias e arrumos. Podem aqui ser realizados encontros, reuniões ou *workshops* e outras atividades de teor ambiental e educativo. O edifício (E) é composto por um escritório de apoio à gestão e uma cozinha para preparação de pequenas refeições. Ambos os edifícios encontram-se em mau estado de conservação, porém grande parte das paredes é aproveitada.

## **6. CONCLUSÕES**

Para se combater o despovoamento no interior português é necessário que se analisem estratégias caso a caso, pois cada região tem as suas próprias necessidades e potencialidades e o mesmo plano não deve ser usado para todas as situações, sob pena de consecutivos casos de insucesso e da continua migração para as cidades.

O turismo permitiu uma diversificação de atividades que veio complementar os rendimentos das famílias, criando mais oportunidades, promovendo a imagem destas regiões, tendo trazido cada vez mais gente ao interior, ainda que na maioria dos casos só por curtos períodos de tempo.

No caso de Cidadelhe, aliam-se princípios e estratégias que possibilitem o funcionamento em conjunto da atividade agrícola e da atividades turística, pois uma depende da outra: o turista visita o campo para se sentir parte do quotidiano.

Tem-se ainda em conta as questões de sustentabilidade para que não se cometam os erros do passado: o ambiente é protegido, as populações mantêm as suas tradições. Enquanto os recursos forem protegidos, o turismo de amanhã será garantido.

## 7. BIBLIOGRAFIA

**AGUIAR, José**, *Estudos Cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos*, Universidade de Évora, 1999, Dissertação de Doutoramento

**APPLETON, João**, *Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e Tecnologias de Intervenção*, Edições Orion, Setembro de 2003, ISBN: 9789728620035

**CAVACO, Carminda [et al.]**, *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*, Lisboa, Programa das Artes e Ofícios Tradicionais - DGDR, 1994.

**COSTA, Alexandre [et al.]**, *Património e Turismo e Desenvolvimento - Ciclo de Debates 1999 – Livro de Actas*, Lisboa, Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, Abril de 2002, ISBN: 972-95339-3-8

**FERNANDES, Albina**, *O Turismo de Aldeia no Soajo: Uma Nova Forma de Ecoturismo*, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2002, Tese de Mestrado

**GARCIA, Ana Luísa**, *O Turismo Sustentável Como Instrumento De Desenvolvimento Económico: O Caso Das Ilhas Do Triângulo Açorianas*, Instituto Superior de Economia e Gestão, Julho 2011  
Dissertação de Mestrado

**LAMAS, José**, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian J.N.F.C.T., 1992

**LÉON, Juan Hernández [et al.]**, *Santa Maria do Bouro – Construir uma Pousada com as Pedras de Um Mosteiro*, Lisboa, Ed. White and Blue, Janeiro, 2001, ISBN: 972-8650-01-9

**MARTINS, Nuno Miguel Fonseca**, *Reabilitação De Edifícios Para Turismo Rural – Estudo de Casos de Sucesso*, Universidade do Porto – Faculdade de Engenharia, Tese de Mestrado, Julho 2010

**PAULO, Luísa**, *A Reabilitação do Património como Fator de Desenvolvimento Local : O Modelo de Aldeia Sustentável*, Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, 2009, Tese  
Doutoramento em Arquitetura

**PESSANHA, Sebastião**, *Defesa das Paisagens e das Aldeias Portuguesas*, Lisboa, 1957.



**ROQUE, João**, *Reabilitação Estrutural de Paredes Antigas de Alvenaria*, Universidade do Minho, Departamento de Engenharia Civil, Setembro 2002. Tese de mestrado

**TÁVORA, Fernando [et al.]**, *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 2004, ISBN: 972-97668-7-8

#### CATÁLOGOS:

*Intervenção Aldeias Históricas de Portugal : Beira Interior : Planos das Aldeias*, Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, PPDR, Lisboa, 1995, ISBN: 972-8300-00-X

*Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal- Versão Resumida*, Direção Geral De Agricultura E Desenvolvimento Rural, Instituto De Estudos Sociais E Económicos (IESE), Dezembro 2008

#### DOCUMENTOS:

**FIGUEIREDO, Elisabete**, *Quantas mais 'Aldeias Típicas' Conseguimos Suportar? - Algumas Reflexões a Propósito do Turismo como Instrumento de Desenvolvimento Local em Meio Rural*, I Encontro de Turismo em Espaços Rurais e Naturais, Coimbra, 2003

**ROSA, Isabel [et al.]**, *Cidadelhe, Uma Aldeia Sustentável*, CIAUD, FA-UTL, 2009

#### PERIÓDICOS:

**BAPTISTA, Luís Revista [et al.]**, *Persistências Rurais*, in: *Arq/a*, Nº 38 , Julho-Agosto, 2006, ISSN 1647-077, pág 38-41

**COSTA, Alexandre [et al.]**, *Jornal dos Arquitectos*, 213/2003, Cacém, ISSN: 0870-1504

**CRISTÓVÃO, Artur [et al.]**, *Aldeias Vinhateiras: Requalificação Urbana, Turismo e Desenvolvimento Local no Douro*, in: *Pasos*, vol. 8, nº4, 2010, pp. 519-528

**PEREIRA, José**, *Portugal a Voo de Pássaro*, Jornal Público, (28 Abril de 2005)

**SILVA, Luís**, *Os Impactos do Turismo em Espaço Rural*, in: Antropologia Portuguesa, Vol. 22/23, 2005-2006, ISSN 0870-0990, pp. 295-317

**SILVA, Luís**, *A Procura do Turismo em Espaço Rural*, in: Etnográfica, 11(1), pp. 141-163

CENSOS 2011 – XIV Recenseamento da População in Recenseamento Demográfico (CENSOS), Instituto Nacional de Estatística (INE). Lisboa, 2011

UNESCO, 1998. *Convenção para a Proteção do Património Cultural e Natural*, Relatório da 22ª Sessão do VIII Comité de Património Mundial - Id. Nº 866, Kyoto. 131 pp. Disponível em:  
<http://whc.unesco.org/archive/1998/whc-98-conf203-18e.pdf>

#### FONTES DE CONSULTA ON-LINE:

<http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com>

<http://www.pnab.it>

<http://www.center.pt/PT/legislacao.php>

<http://www.igespar.pt>

<http://www.icnf.pt>

<http://aldeiasdeportugal.pt>

<http://www.unesco.org>

<http://portal.icn.pt>

<http://www.qca.pt>

<http://www.dgadr.pt>

<http://www.arte-coa.pt>

<http://fozcoafriends.blogspot.pt>

<http://www.atnatureza.org>

<http://atnatureza.blogspot.pt>

<http://www.adere-pg.pt>

#### LEGISLAÇÃO:

Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de Agosto

Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2011, de 04 de Fevereiro

Decreto-Lei n.º 256/86 de 27 de Agosto

Decreto-Lei n.º 169/97 de 4 de Julho

Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro

Decreto-Lei n.º 54/2002 de 11 de Março

Decreto Regulamentar nº 14/78 de 12 de Maio

Decreto Regulamentar nº 18/99 de 27 de Agosto

#### CARTAS:

Carta de Veneza – Carta Internacional Sobre A Conservação E O Restauro De Monumentos E Sítios (1964)

Federação dos Parques Naturais (EUROPARC), 1999. A Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas, 2007. França. Pp. 24

## 8. ANEXOS | Parte 1

## PATRIMÓNIO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO

Ano	Capacidade total de alojamento em Portugal	Turismo de habitação e turismo no espaço rural (TER) (percentagem da capacidade total de alojamento) - Portugal
2002	429.450	1,99
2003	432.070	2,17
2004	443.245	2,21
2005	457.262	2,36
2006	465.985	2,33
2007	469.916	2,41
2008	481.002	2,43
2009	478.428	2,77
2010	485.100	2,75

Figura 8.1 – Expressão do TER e do TH em Portugal - (Fonte: Turismo de Portugal (TP); INE)

Turismo de habitação e turismo no espaço rural - Portugal			
Ano	Dormidas (milhares)	Capacidade (n.º de camas)	Taxa de ocupação (%)
2001	424,6	6.476	18,0
2002	498,4	8.533	16,0
2003	458,3	9.337	13,4
2004	389,3	9.815	10,9
2005	452,5	10.792	11,5
2006	517,1	10.842	13,1
2007	664,5	11.327	16,1
2008	523,5	11.692	12,3
2009	767,8	13.241	15,9
2010	782,0	13.356	16,0

Figura 8.2 – Taxa de Ocupação TER (Fonte: Turismo de Portugal (TP); INE)

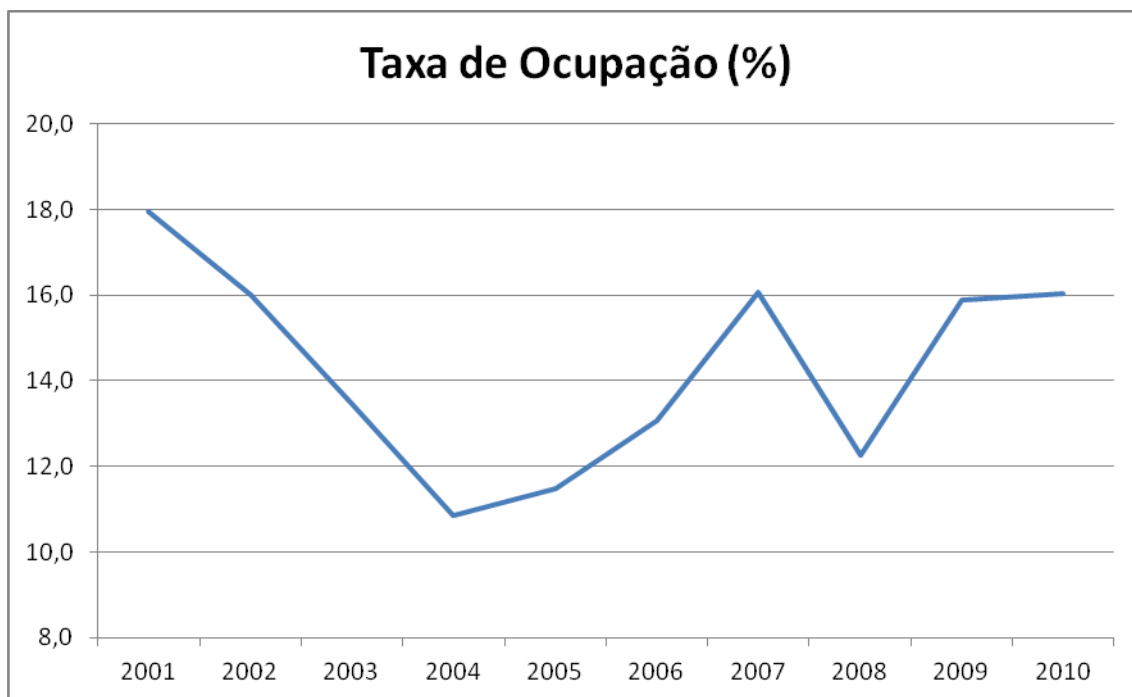


Figura 8.3 – Taxa de Ocupação em TER (Turismo de Portugal (TP); INE)

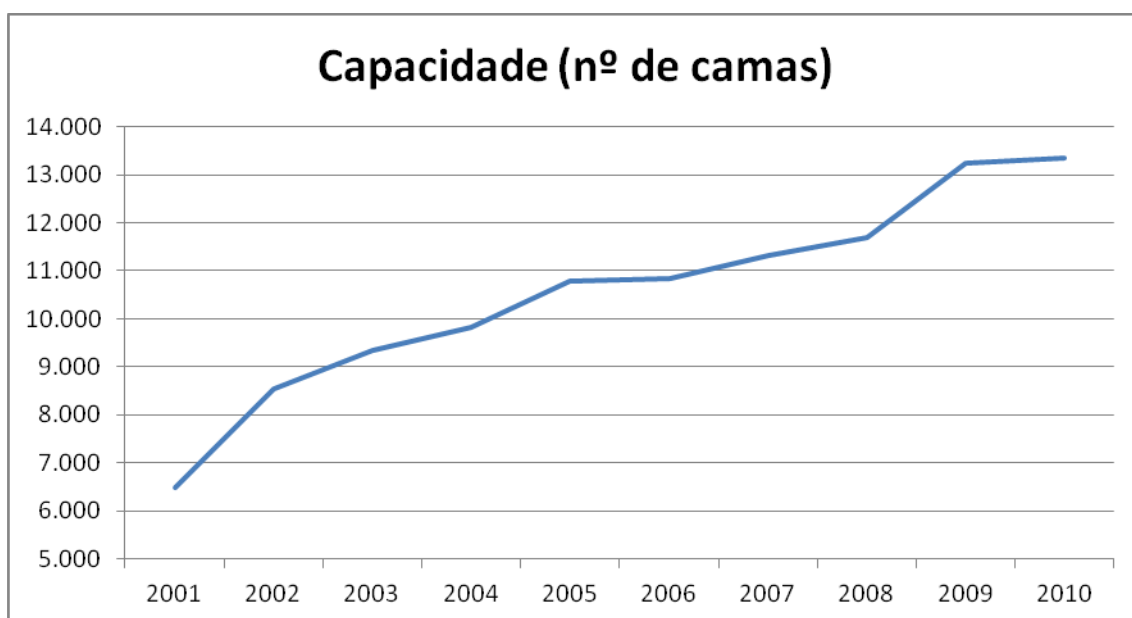


Figura 8.4 – Capacidade em TER (Turismo de Portugal (TP); INE)

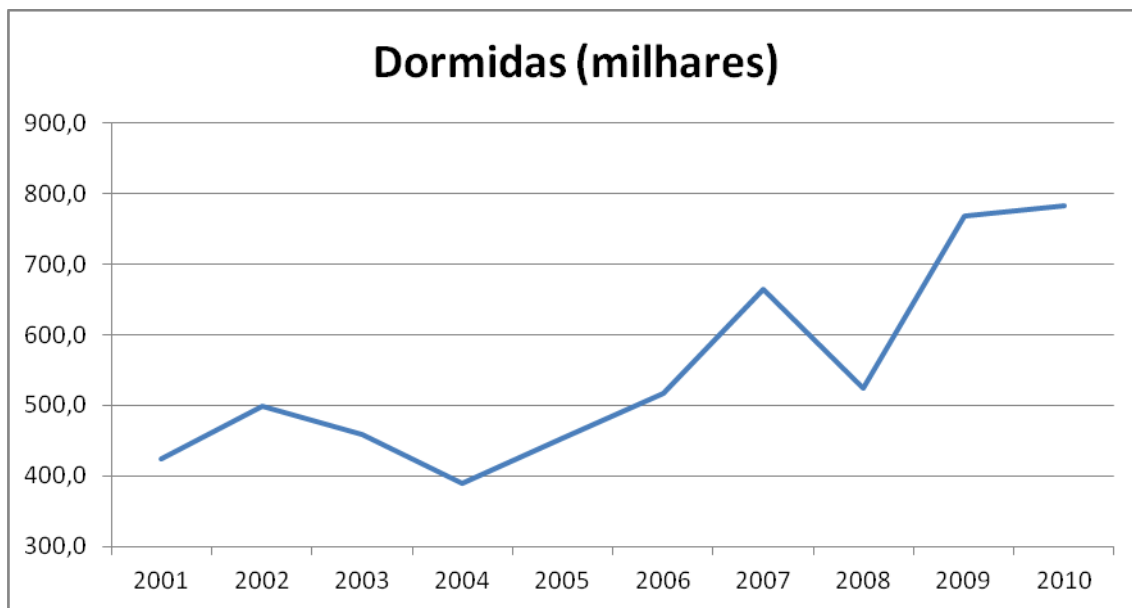


Figura 8.5 – Dormidas em TER (Turismo de Portugal (TP); INE)



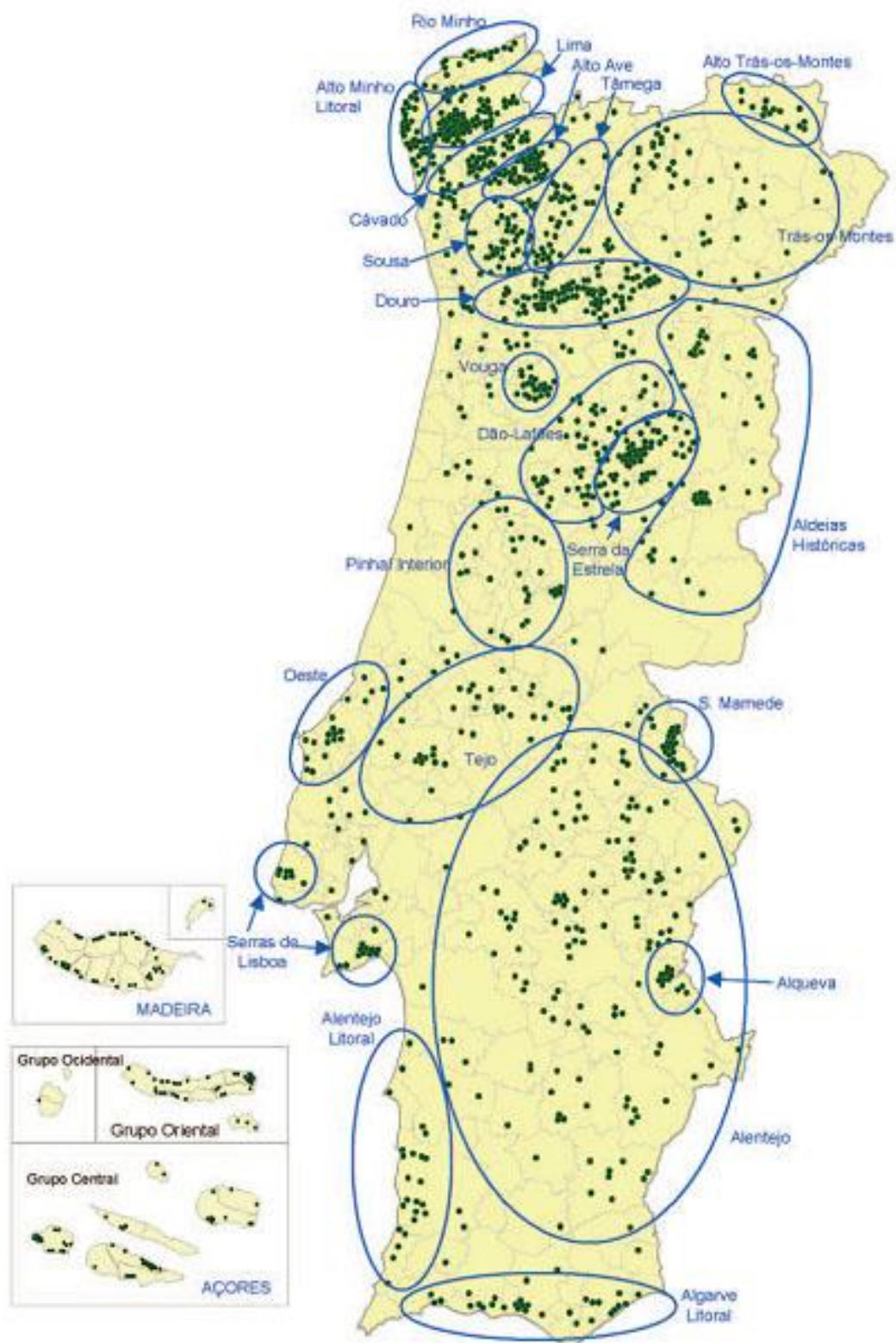


Figura 8.6 – Distribuição do TER e TN em 2007 (*Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal- Versão Resumida*, Direção Geral De Agricultura E Desenvolvimento Rural, Instituto De Estudos Sociais E Económicos (IESE), Dezembro 2008, p.14)



## CASOS DE ESTUDO

### - ADAMELLO BRENTA



Figura 8.7 – Localização do Parque em Itália



Figura 8.8 – Vista do PNAB  
([www.globalgeopark.org](http://www.globalgeopark.org))

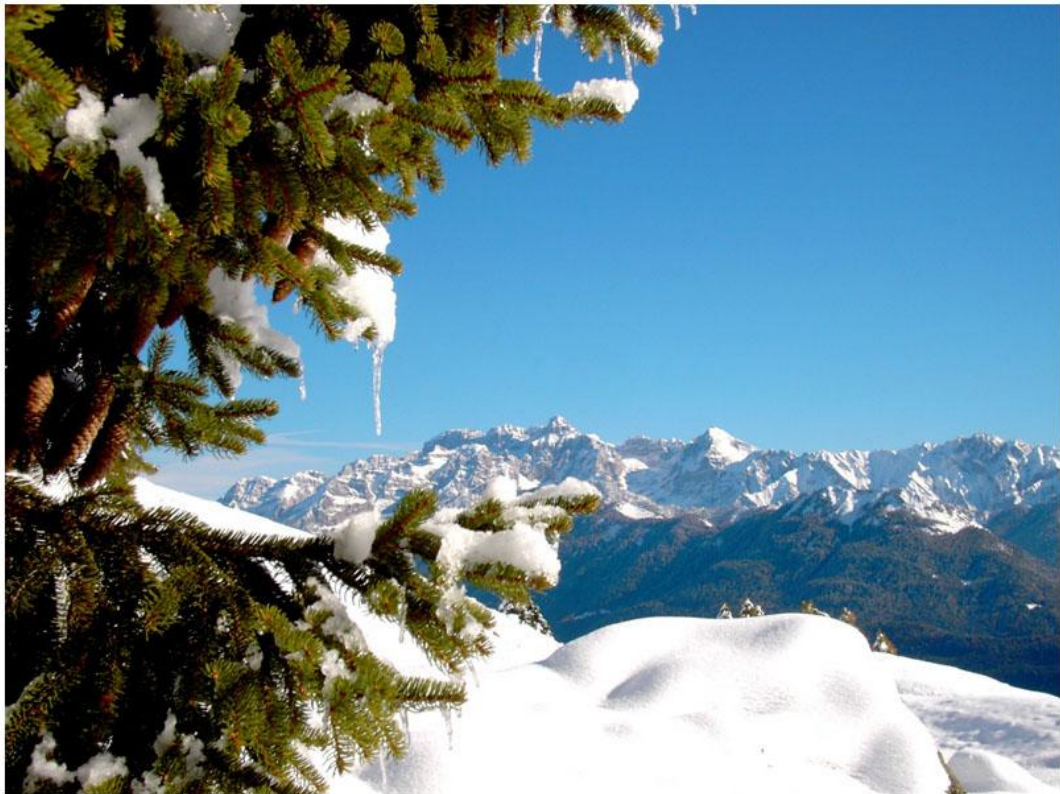


Figura 8.9 – Vista do PNAB ([www.parks.it](http://www.parks.it))





Figura 8.10 – Vista do PNAB ([www.raftingcenter.it](http://www.raftingcenter.it))



Figura 8.11 – Vista do PNAB ([www.dolomitiwalkinghotel.it](http://www.dolomitiwalkinghotel.it))

- SOAJO - PARQUE NACIONAL PENEDA-GERÊS

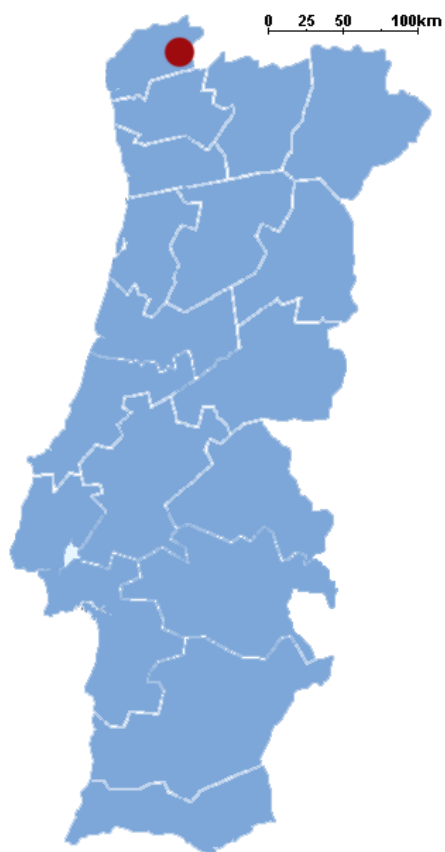


Figura 8.12 – Localização do PNPG



Figura 8.13 – Município Arcos de Valdevez  
(<http://www.freguesiasdeportugal.com>)



Figura 8.14 – Aldeia do Soajo em 1882 ( <http://ogalaico.blogspot.pt>)



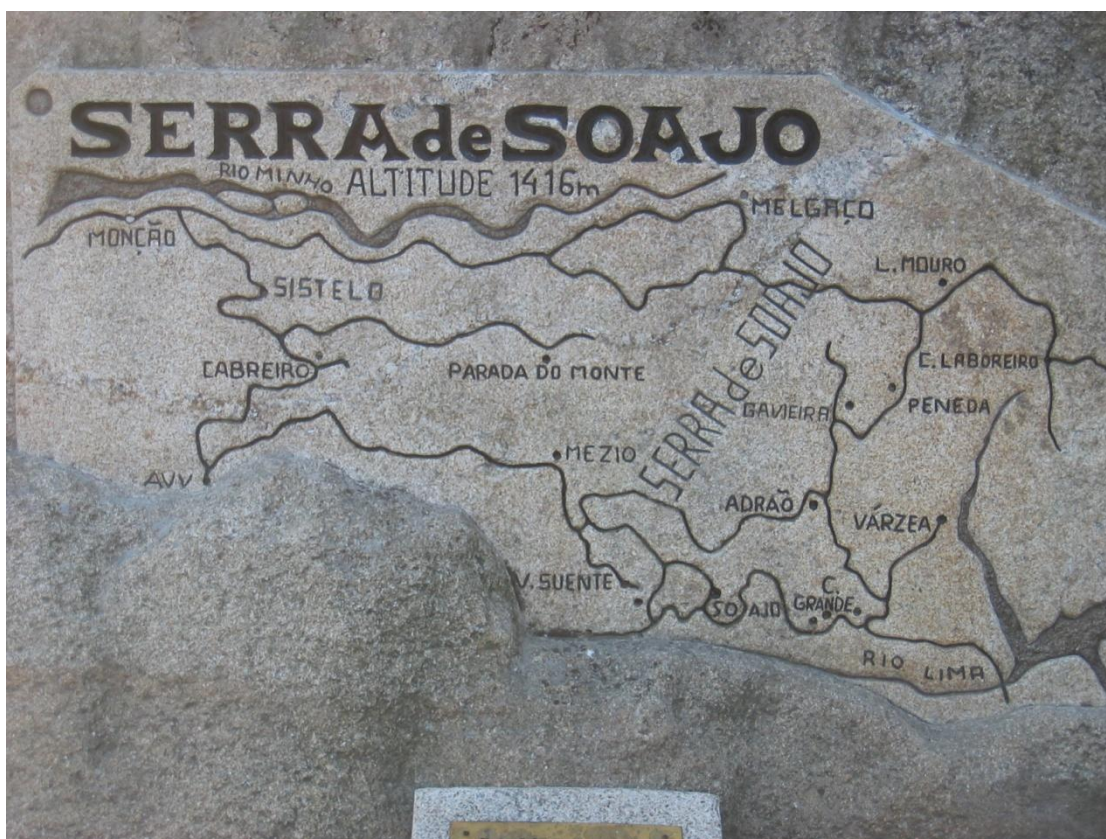


Figura 8.15 – Serra do Soajo (gravação em granito) (<http://www.sojheiro.com>)



Figura 8.16 – Aldeia do Soajo ( <http://devaneiosdevida.blogspot.pt>)





Figura 8.17 – Aldeia do Soajo – Transumância ( <http://www.jf-soajo.com>)



Figura 8.18 – Aldeia do Soajo – Rio Lima ( <http://www.jf-soajo.com>)





Figura 8.19 – Trabalho na terra em socalcos (<http://www.soajeiro.com>)



Figura 8.20 – Aldeia do Soajo (<http://www.jf-soajo.com>)





Figura 8.21 – Espigueiros (<http://www.soajeiro.com>)



Figura 8.22 – Branda ([branda\\_portugal-nature.blogspot.pt](http://branda_portugal-nature.blogspot.pt))

CIDADELHE

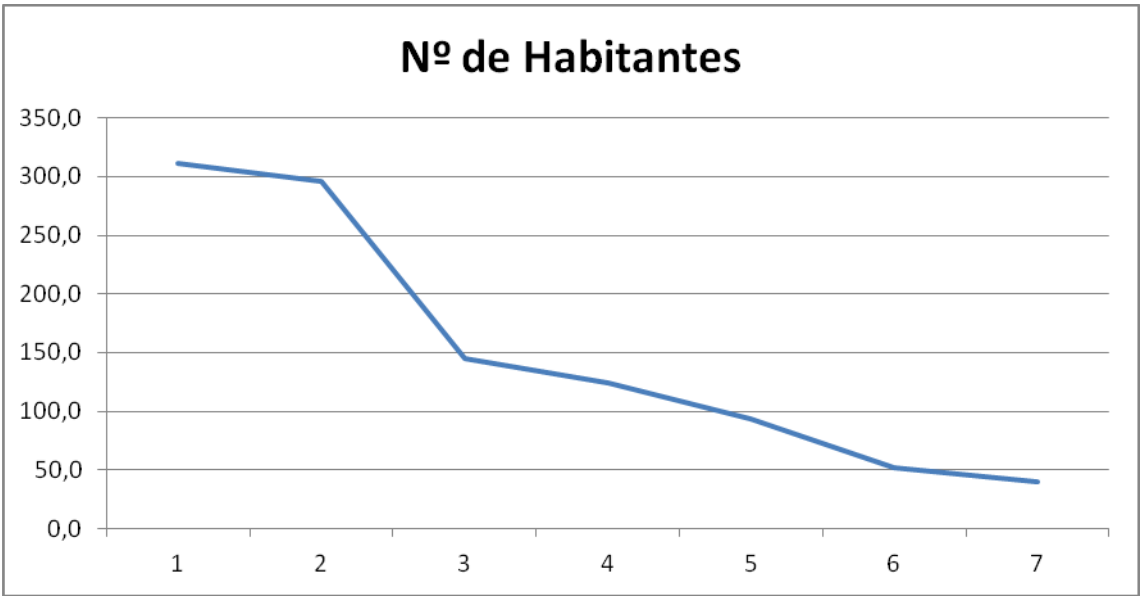


Figura 8.23 – Nº de Habitantes em Cidadelhe (INE)

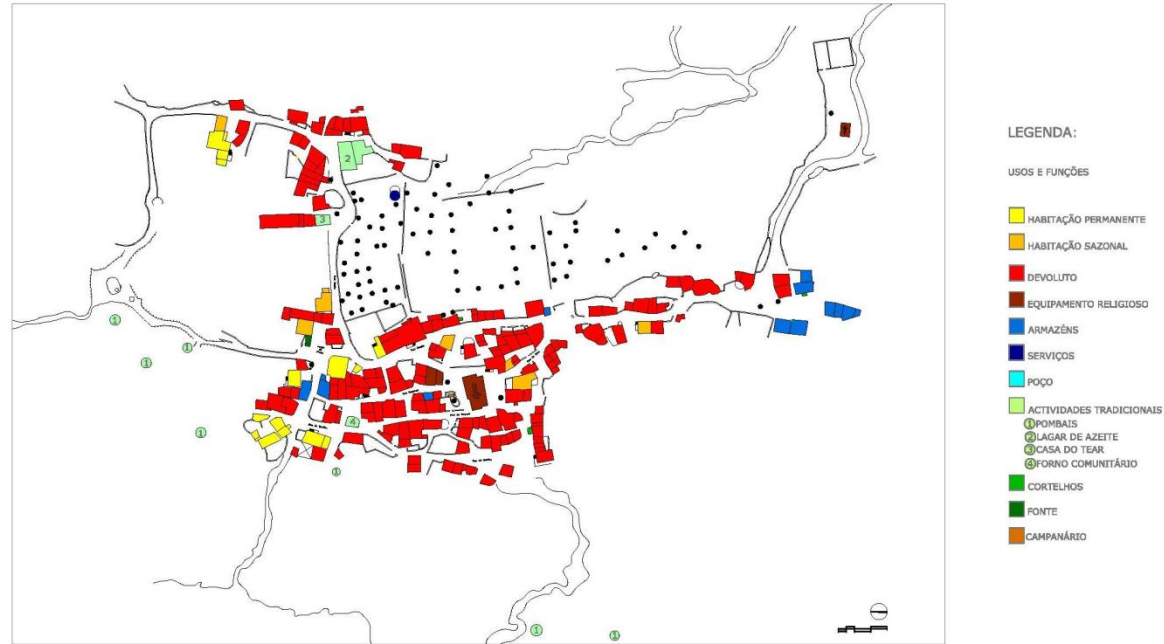


Figura 8.24 – Usos e Funções (CIAUD)

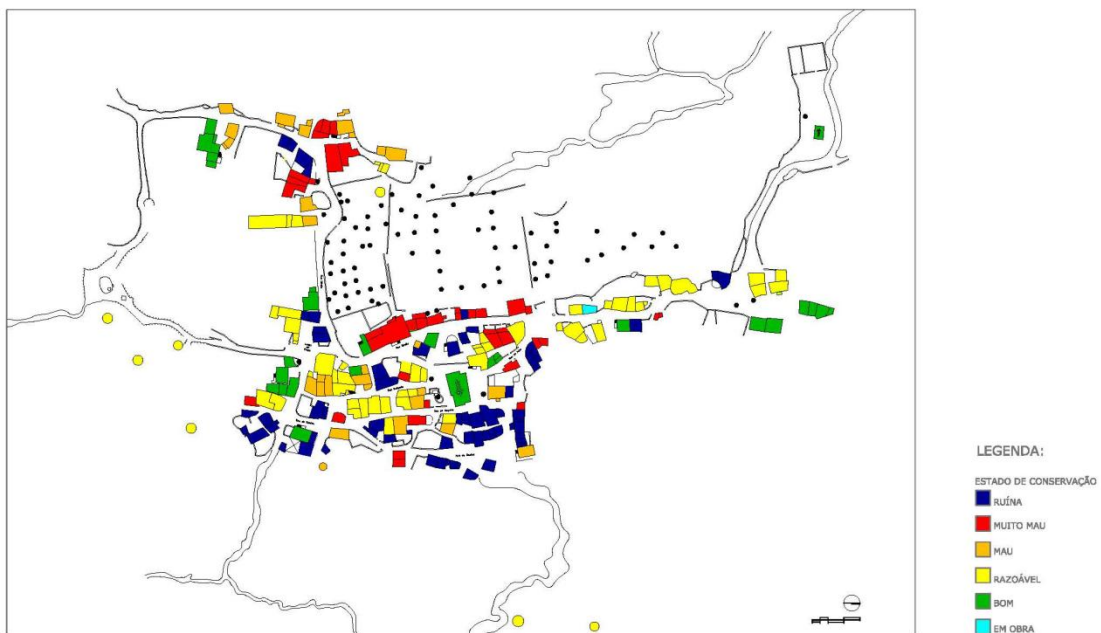


Figura 8.25 – Estado de Conservação (CIAUD)

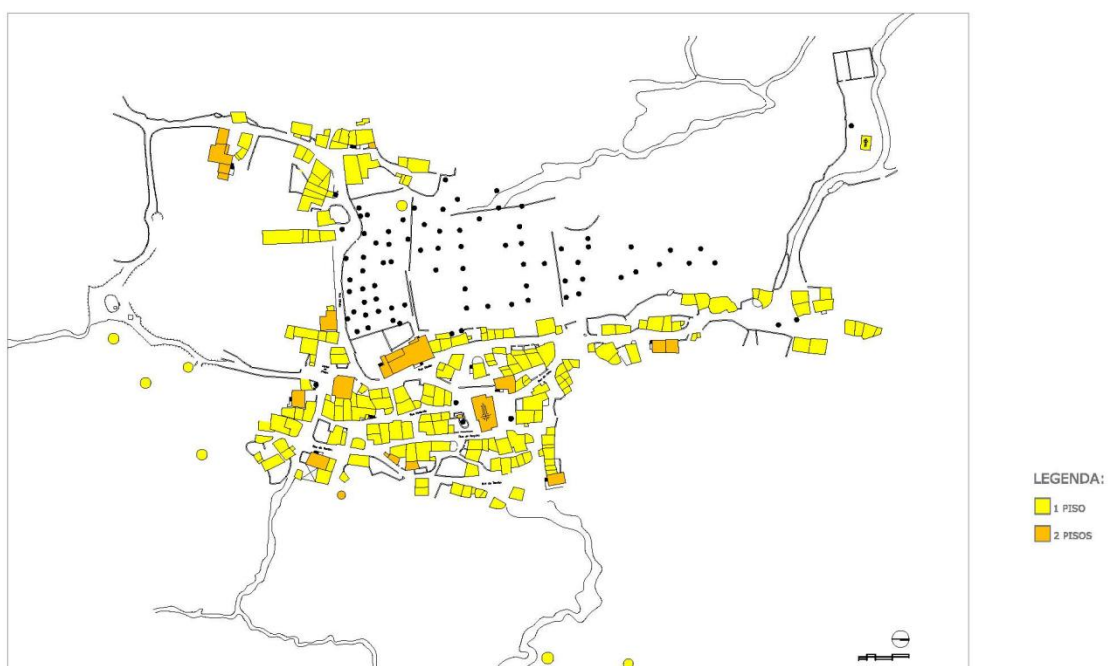


Figura 8.26 – Número de Pisos (CIAUD)



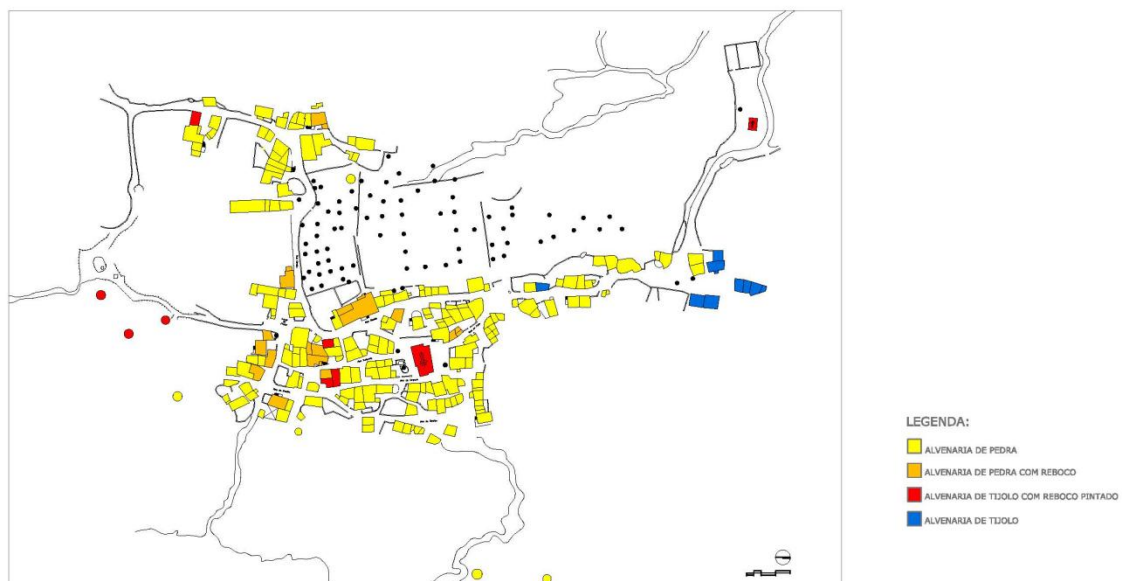


Figura 8.27 – Sistema Construtivo (CIAUD)

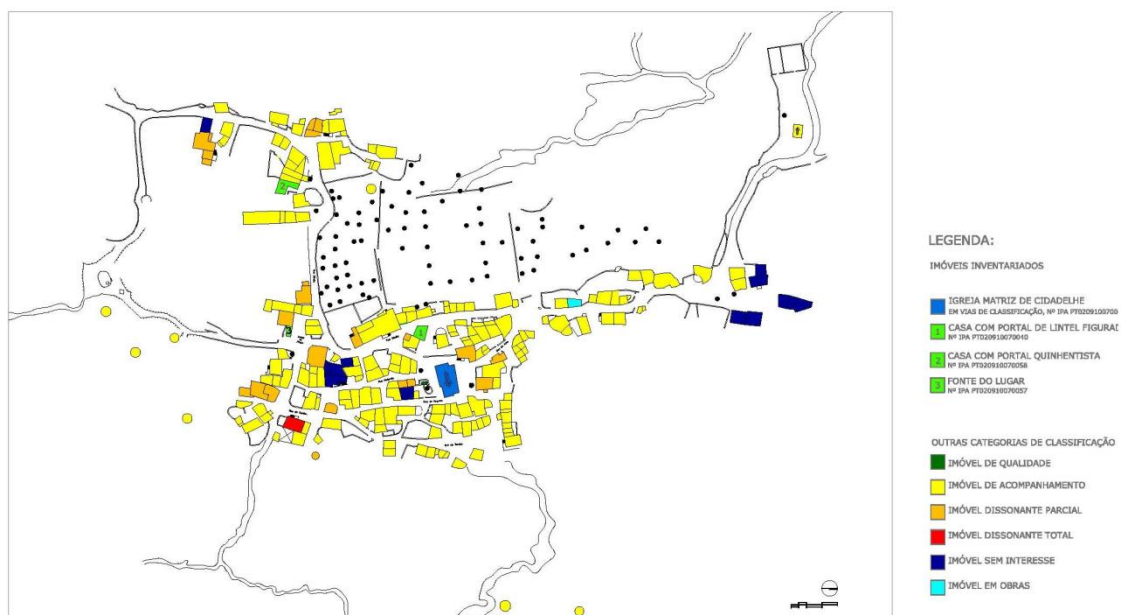


Figura 8.28 – Imóveis Inventariados (CIAUD)

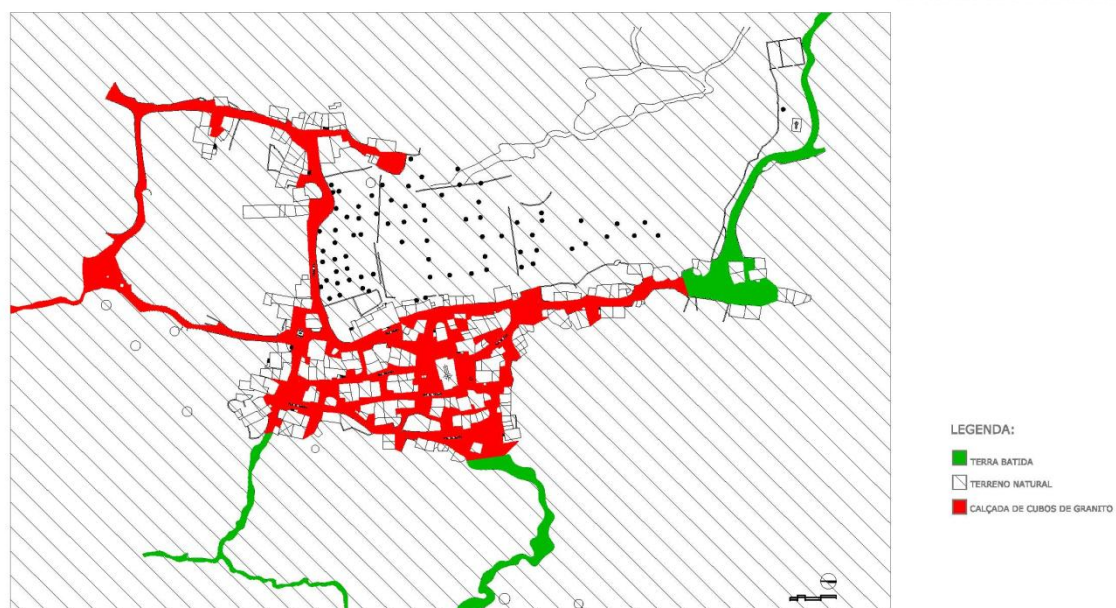


Figura 8.29 – Caracterização Pavimentos (CIAUD)

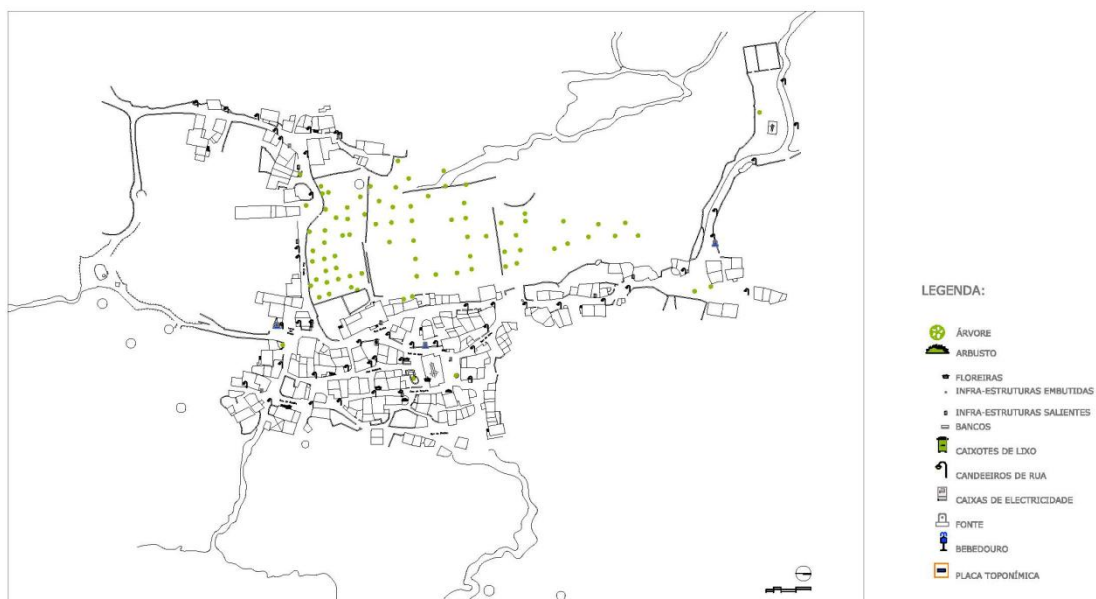


Figura 8.30 – Infraestruturas (CIAUD)



Figura 8.31 – Situação Atual (CIAUD)



Figura 8.32 – Situação Atual (CIAUD)



Figura 8.33 – Situação Atual (CIAUD)



Figura 8.34 – Situação Atual (CIAUD)





Figura 8.35 – Situação Atual (CIAUD)



Figura 8.36 – Situação Atual (CIAUD)





Figura 8.37 – Situação Atual (CIAUD)

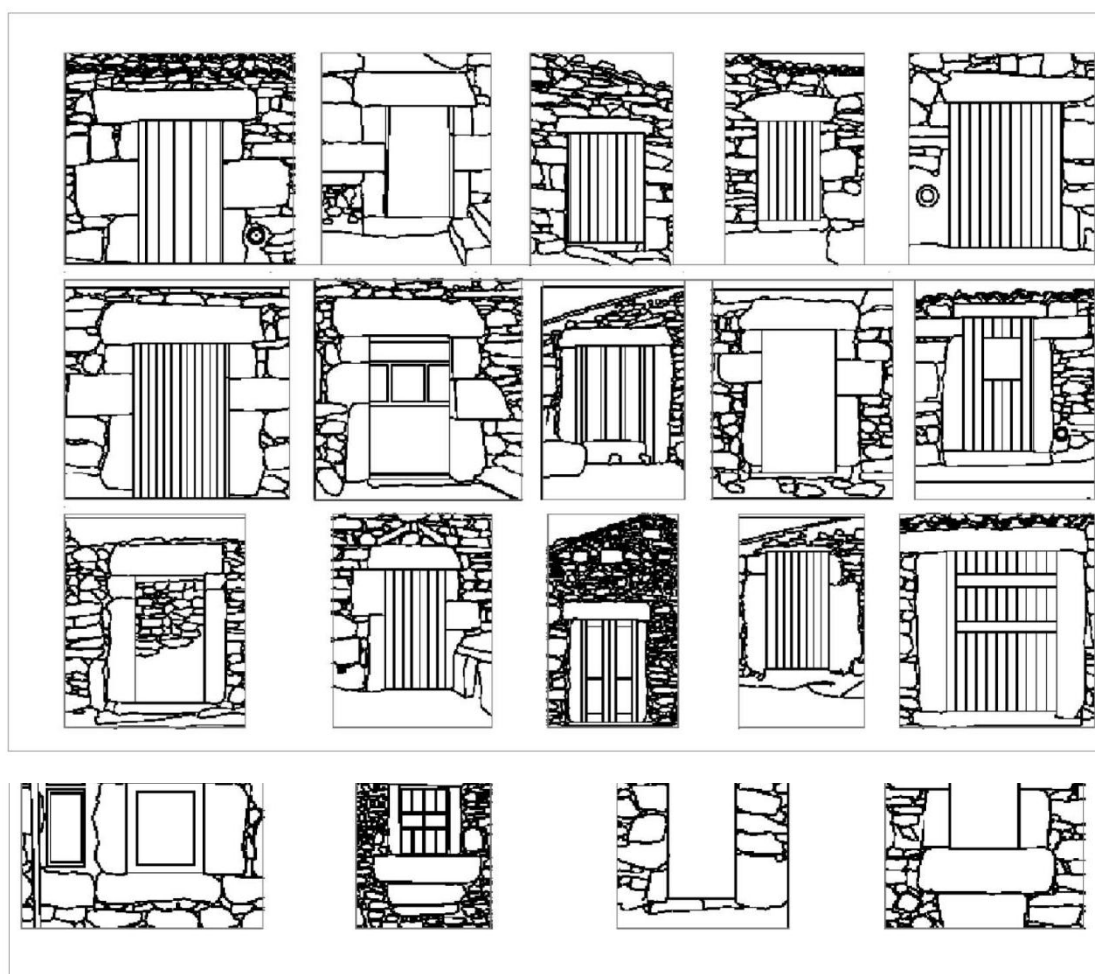


Figura 8.39 – Tipologias (CIAUD)

Figura  
5.38 –  
Tipolo  
gias  
(CIAU  
D)



Figura 8.40 – Cidadelhe de Cima – À esq. Capela de S. Sebastião ao lado do Centro Difusor (imagem produzida pelo autor)



Figura 8.41 – Cidadelhe de Baixo – Largo da Igreja Matriz (imagem produzida pelo autor)





Figura 8.42 – Cidadelhe de Baixo – Igreja Matriz (imagem produzida pelo autor)



Figura 8.43 – Cidadelhe de Baixo (imagem produzida pelo autor)





Figura 8.44 – Cidadelhe de Baixo (imagem produzida pelo autor)



Figura 8.45 – Antigo Lagar de Azeite (imagem produzida pelo autor)

- Parque Arqueológico do Vale do Côa



Figura 8.46 – Parque Arqueológico do Vale do Côa ([www.igespar.pt](http://www.igespar.pt))

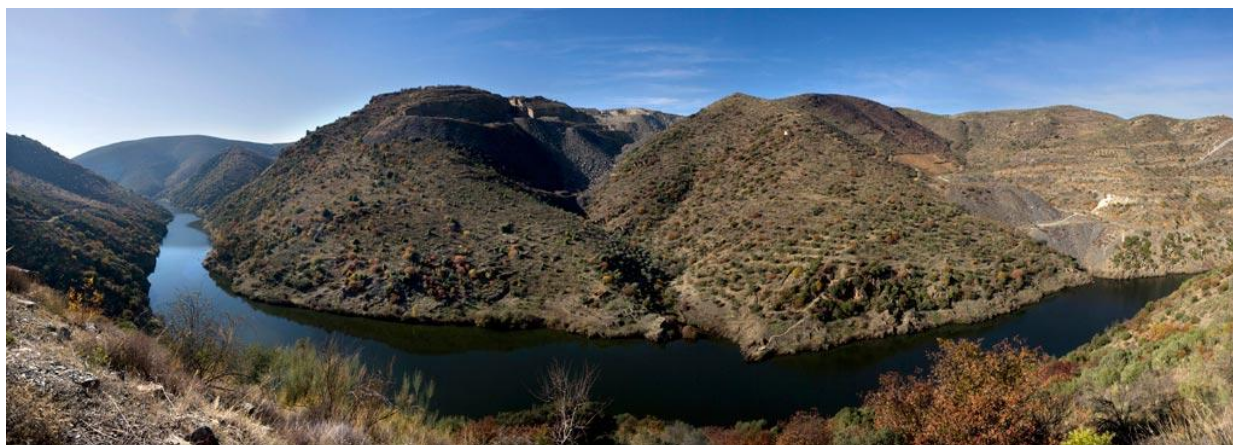


Figura 8.47 – Vista para o Parque Arqueológico de Foz Côa ([www.arte-coa.pt](http://www.arte-coa.pt))





Figura 8.48 – Gravura Rupestre – Penascosa (imagem produzida pelo autor)



Figura 8.49 – Vista para a aldeia de Castelo Melhor a partir do Miradouro de S. Gabriel (imagem produzida pelo autor)



Grande Rota do Côa

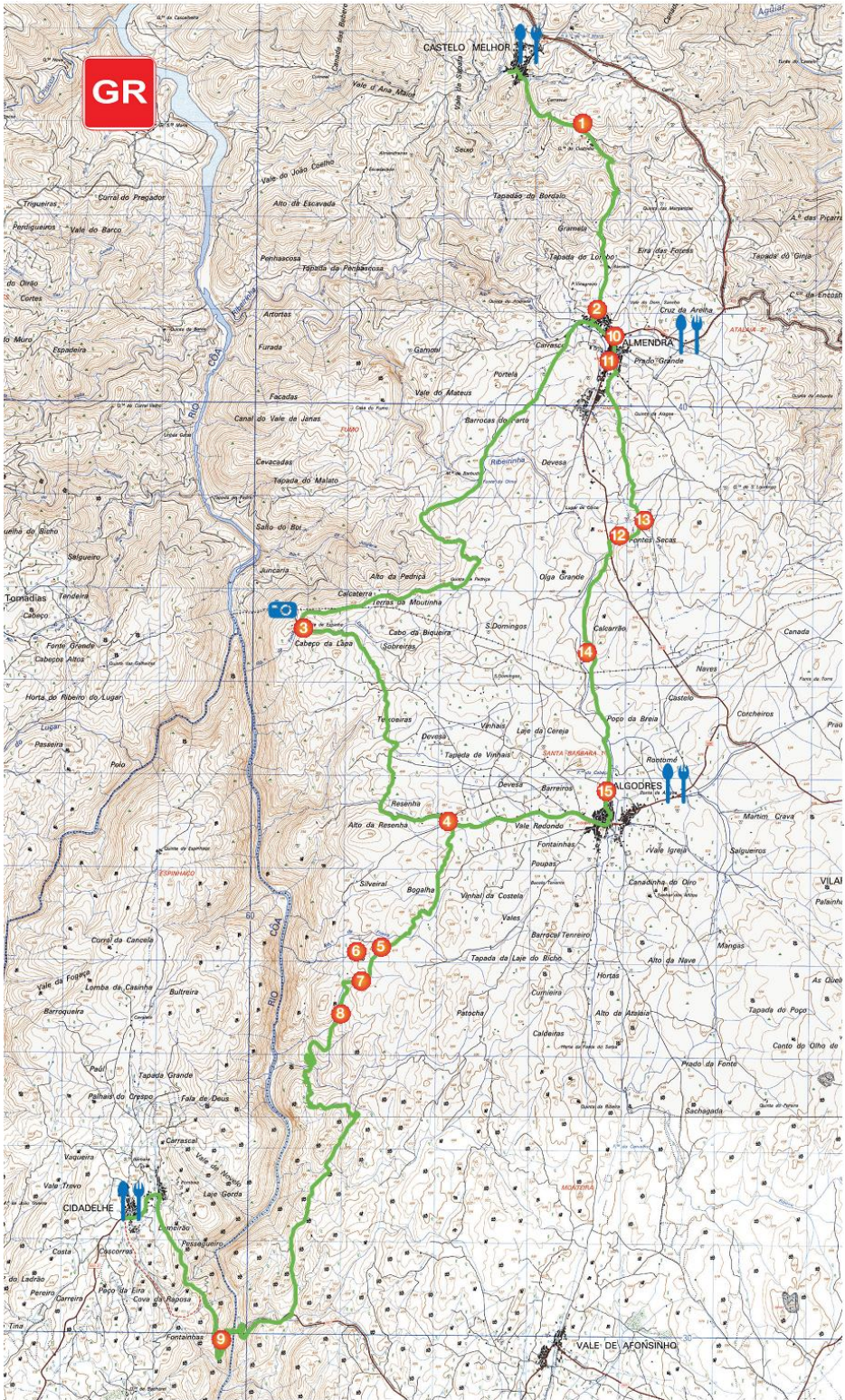
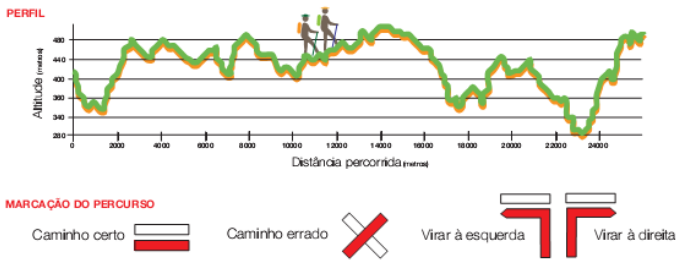


Figura 8.50 –  
Percurso Pedestre –  
Grande Rota do Côa

(ATNatureza)



- 1 Vinhedos Típicos do Douro
- 2 Igreja de Almendra
- 3 Vista para Salto do Boi
- 4 Campos de Cereais
- 5 Pastagem dos Garranos
- 6 Curral dos garranos
- 7 Hortas de Saboia
- 8 Projecto de reforestação
- 9 Ponte sobre o rio Côa
- 10 Solar de Almendra
- 11 Pomal duplo
- 12 Pomal tradicional
- 13 Moinho
- 14 Fonte Romana

## Redes de Aldeias



Figura 8.51 – Redes de Aldeias : Azul – Aldeias de Xisto; Vermelho: Aldeias Históricas; Verde – Aldeias Vinhateiras; Amarelo: - Cidadelhe





## DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO



Figura 8.52 – Cidadelhe – Área de Intervenção (imagem produzida pelo autor)

### (A)-Alojamento – Estado Atual

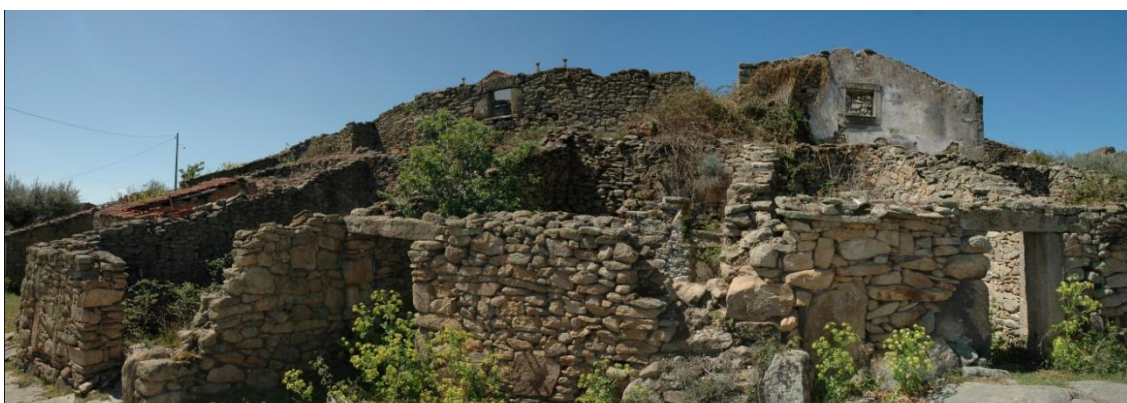


Figura 8.53 – Vista Este (imagem produzida pelo autor)

**(B)-Serviços – Estado Atual**



Figura 8.54 – Vista Oeste (imagem produzida pelo autor)



Figura 8.55 – Vista Este (imagem produzida pelo autor)



Figura 8.56 – Vista Este (imagem produzida pelo autor)



**(C)-Piscina – Estado Atual**



Figura 8.57 – Vista Norte (Carlos Morais)

**(D) -Centro de Atividades- Estado Atual**



Figura 8.58 – Vista Norte (Carlos Morais)



Figura 8.59 – Vista Sul (Carlos Morais)



**(D)-Centro de Atividades- Estado Atual**



Figura 8.60 – Vista Este (imagem produzida pelo autor)

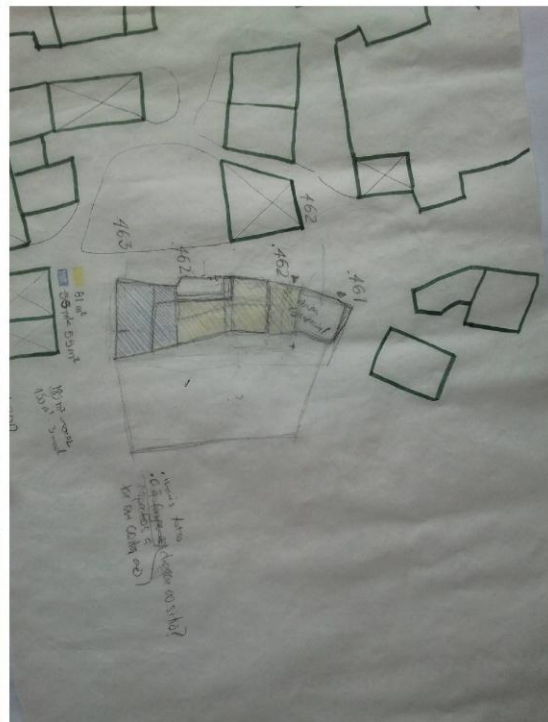


Figura 8.61 – Vista Oeste (imagem produzida pelo autor)

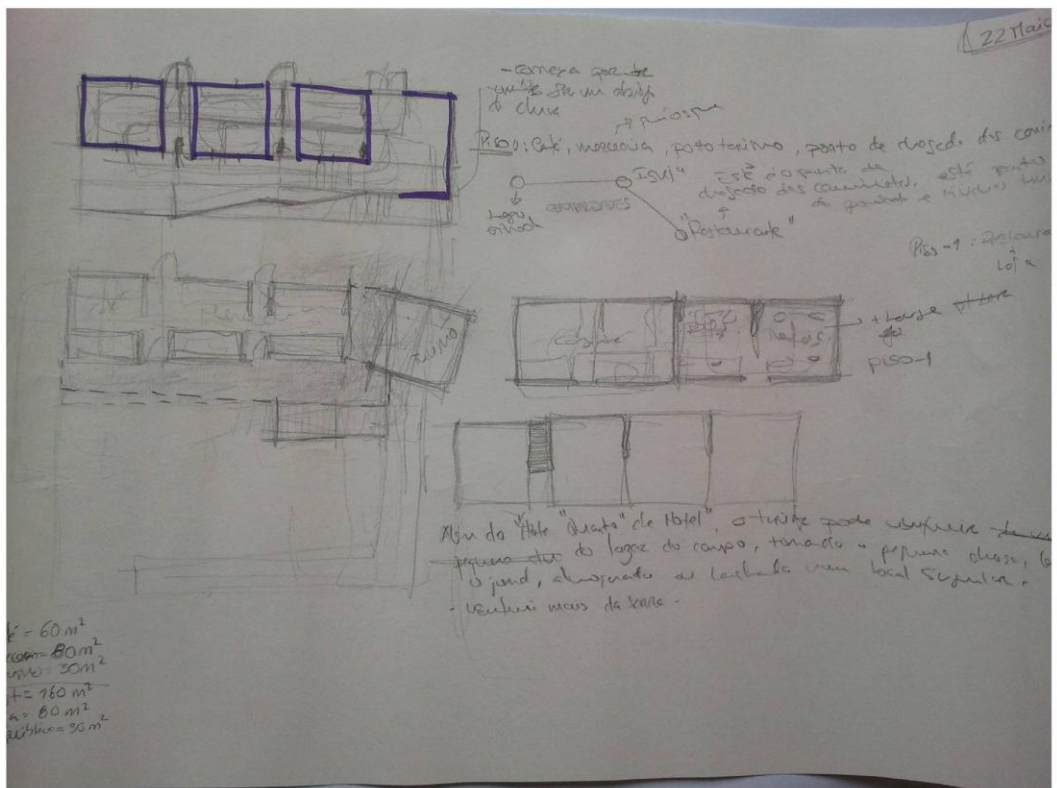
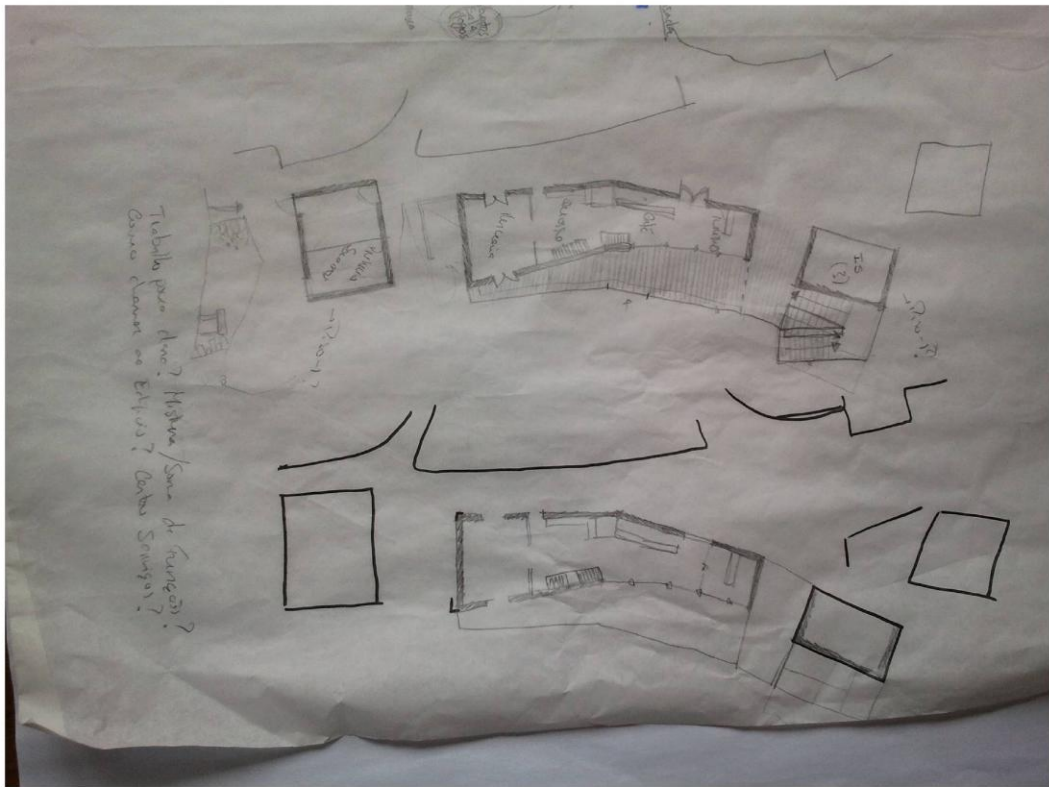


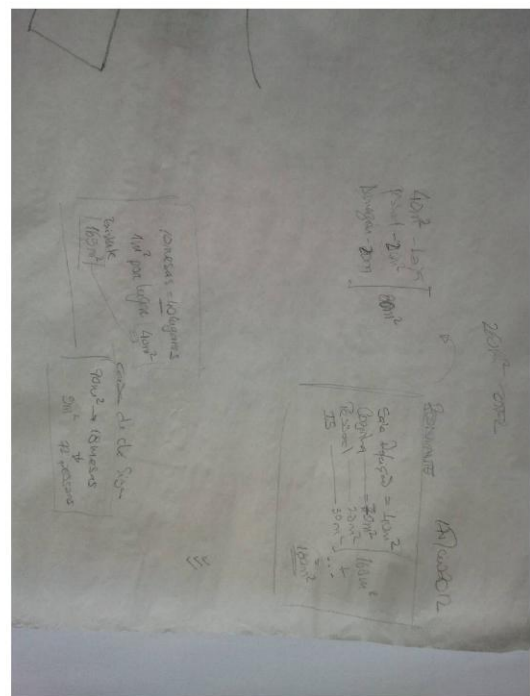
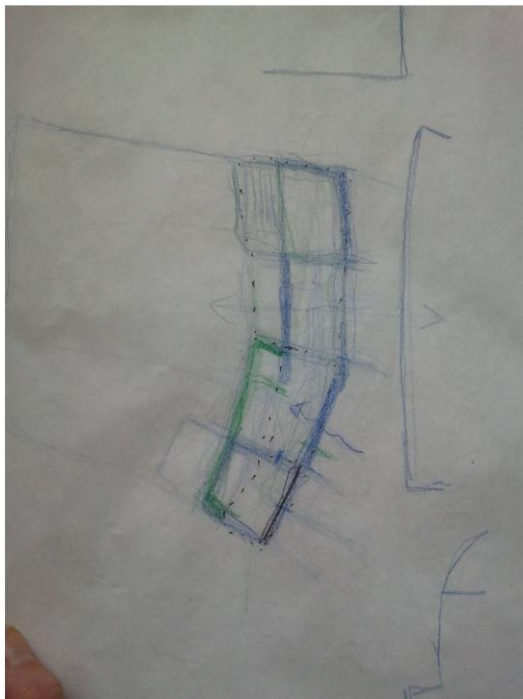
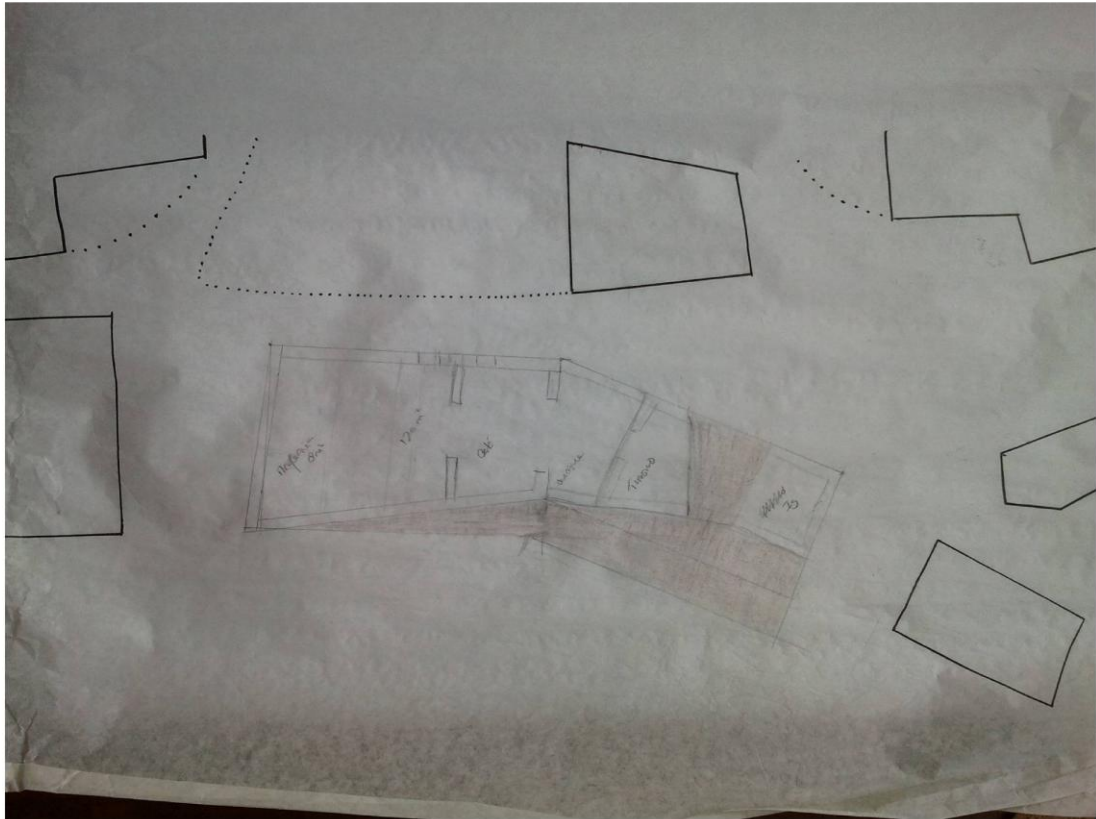
Figura 8.62 – Amarelos e Encarnados (imagem produzida pelo autor)

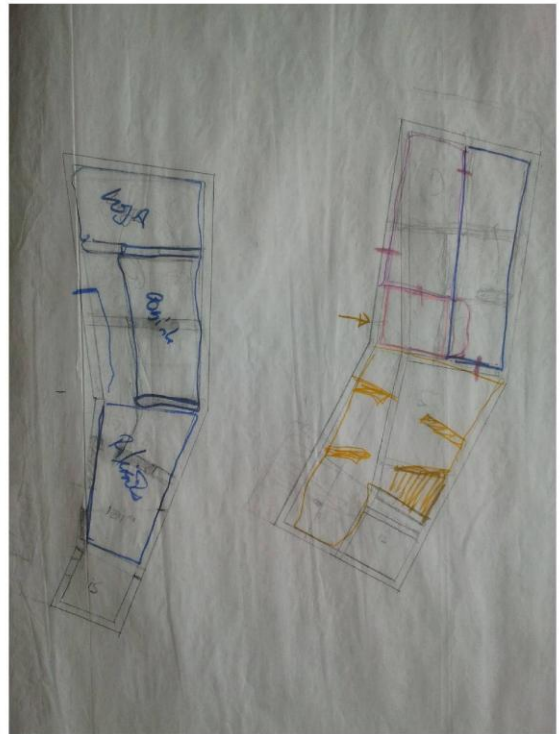
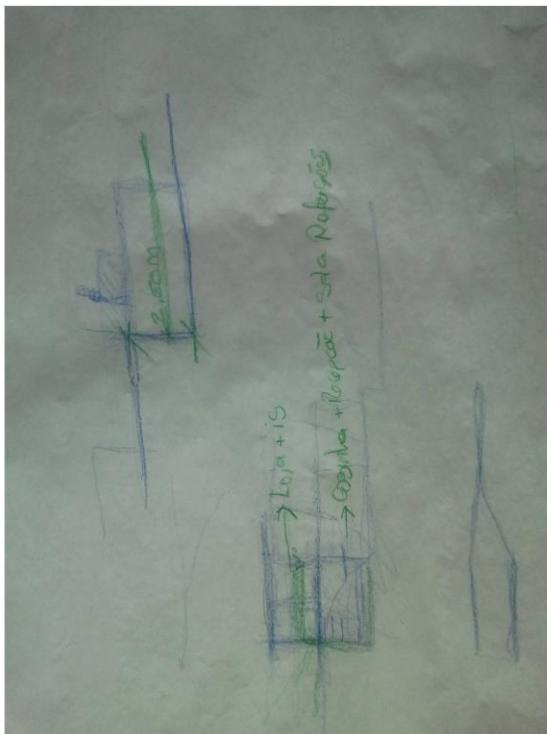
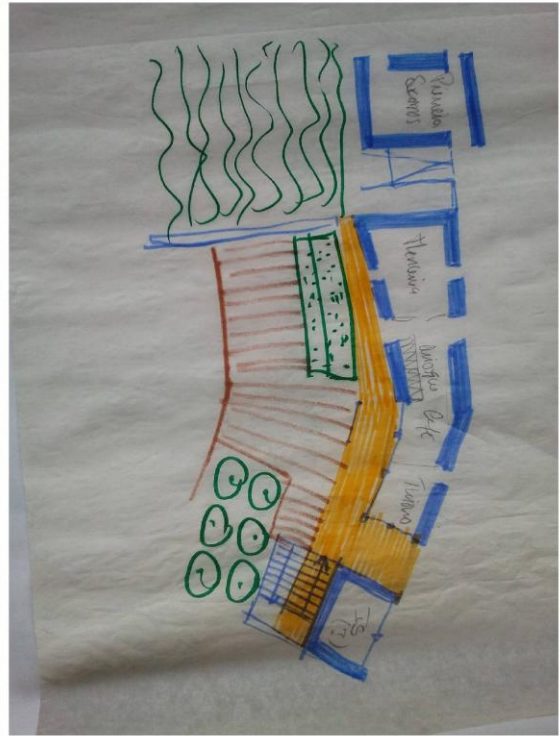
## PROCESSO DE TRABALHO



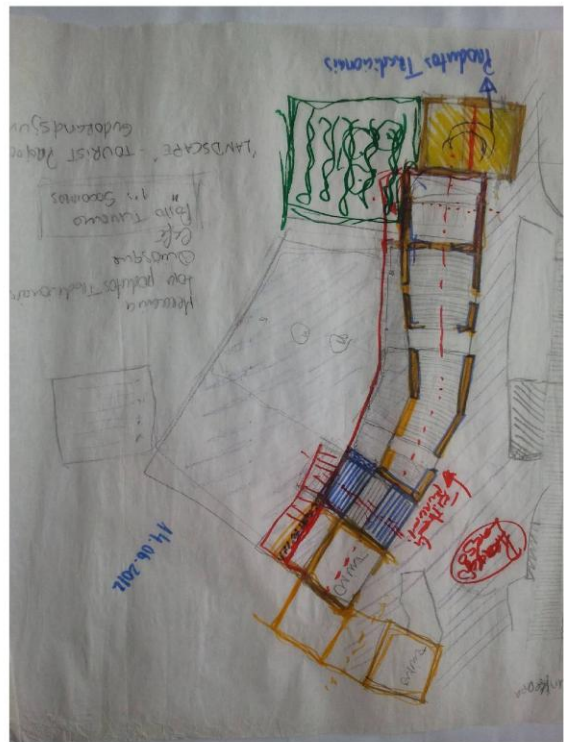




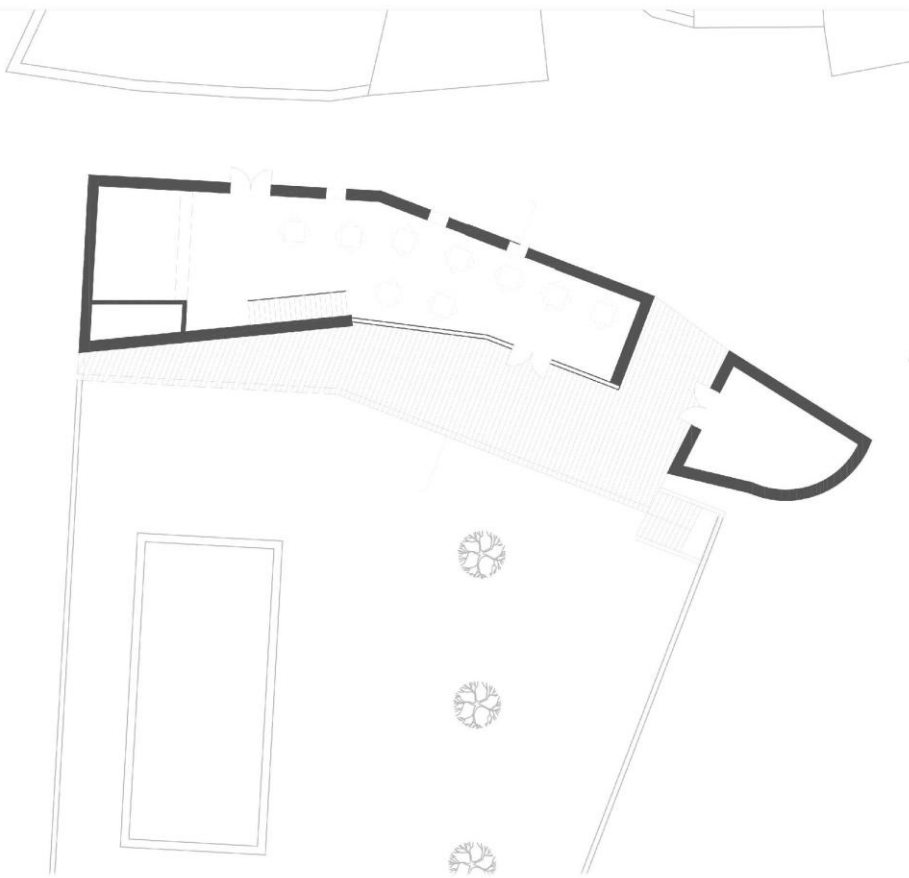




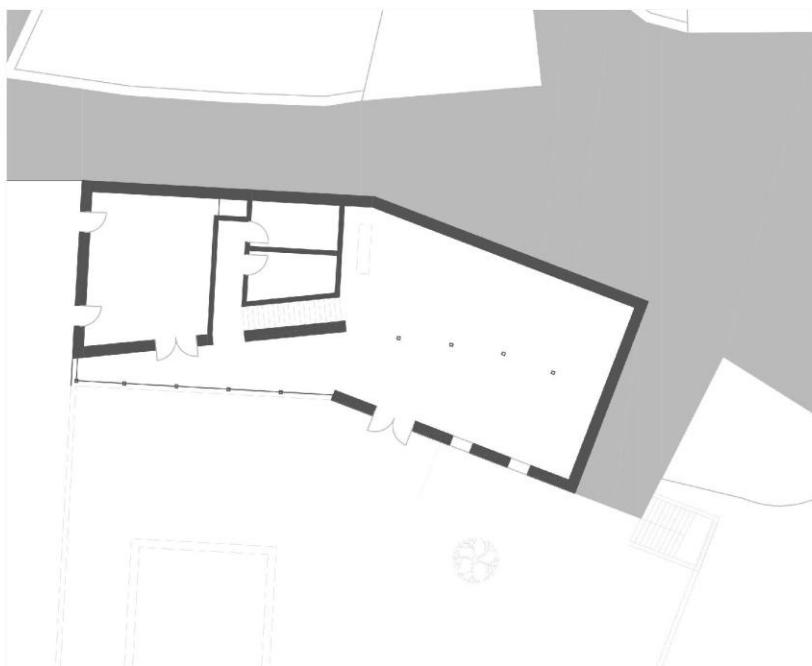


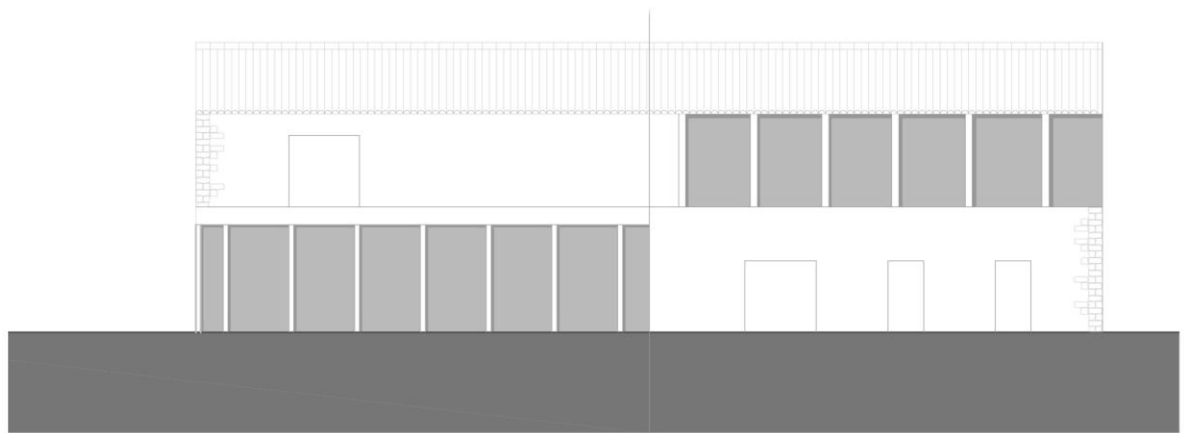


Piso 0 1:200

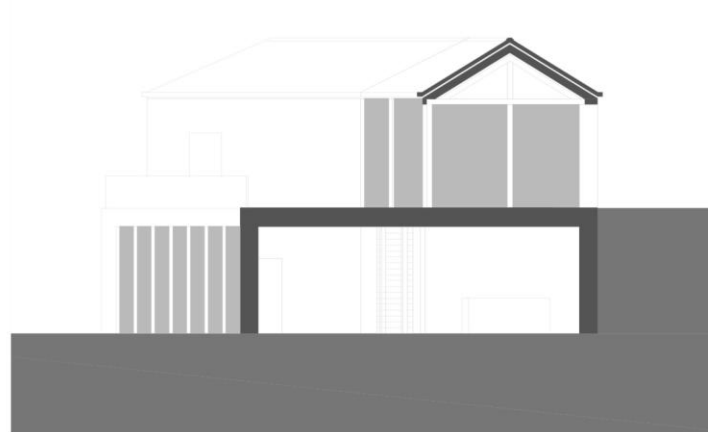


Piso -1 1:200

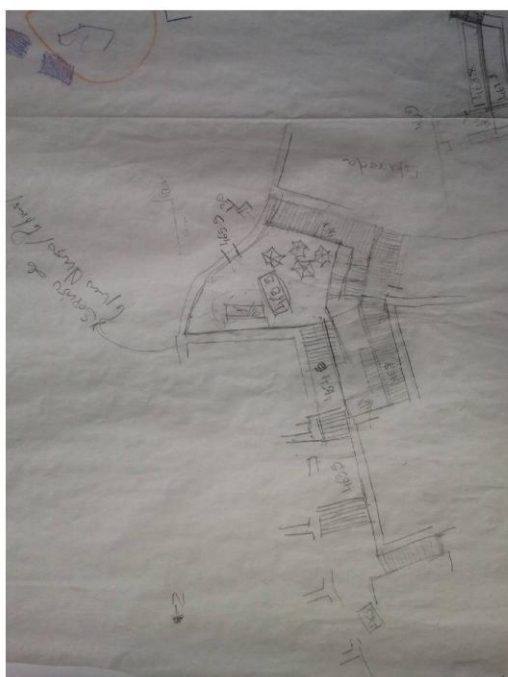




Alçado Este 1:200

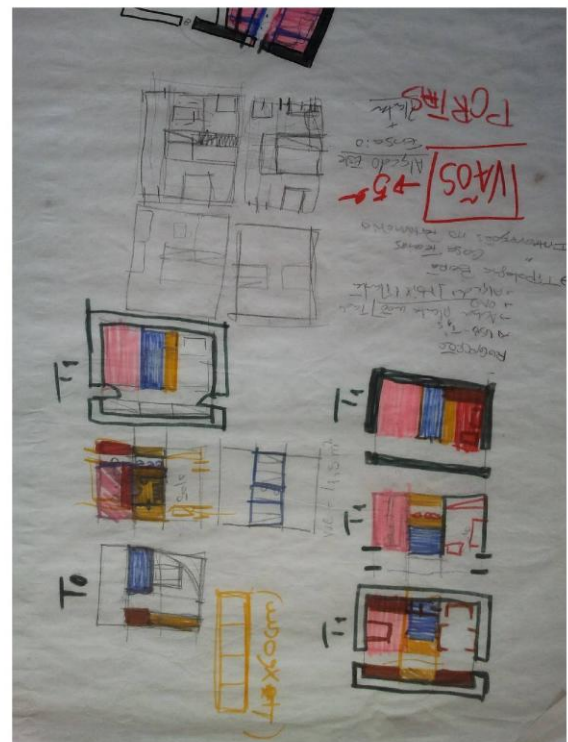
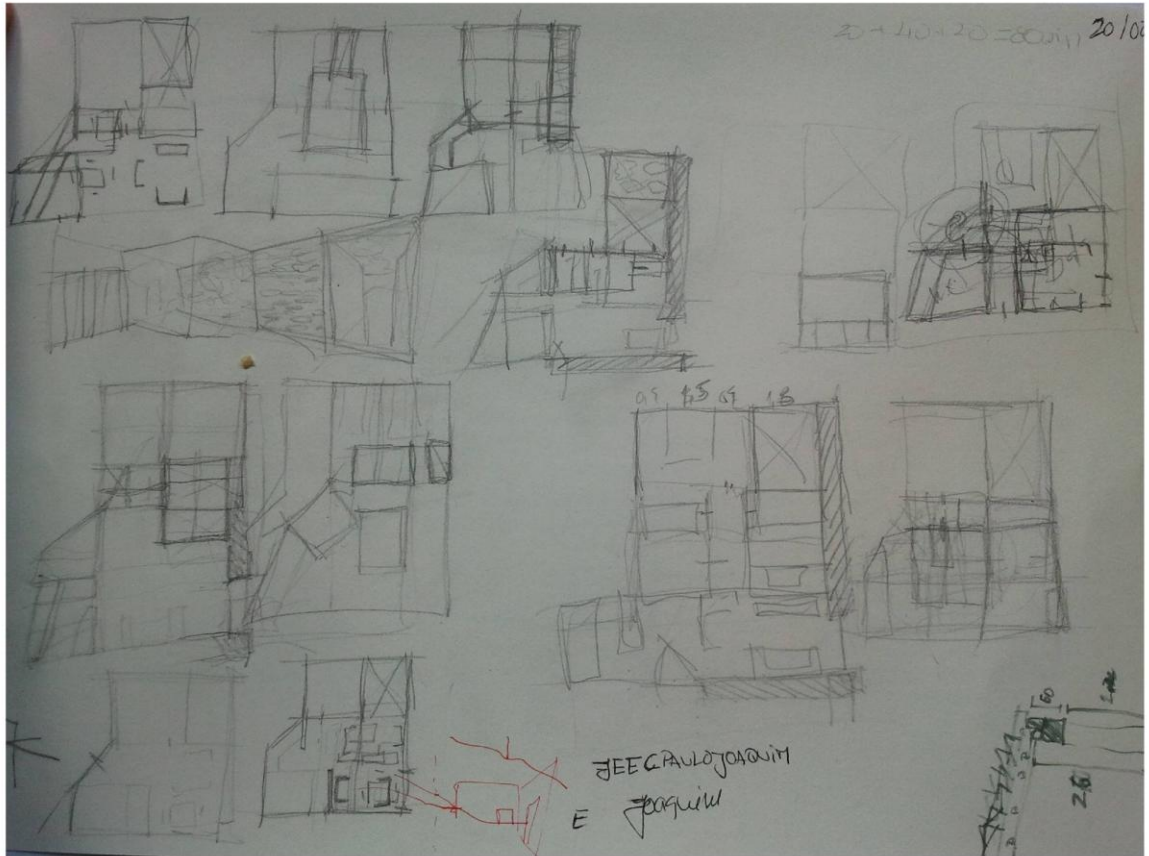


Corte AB 1:200

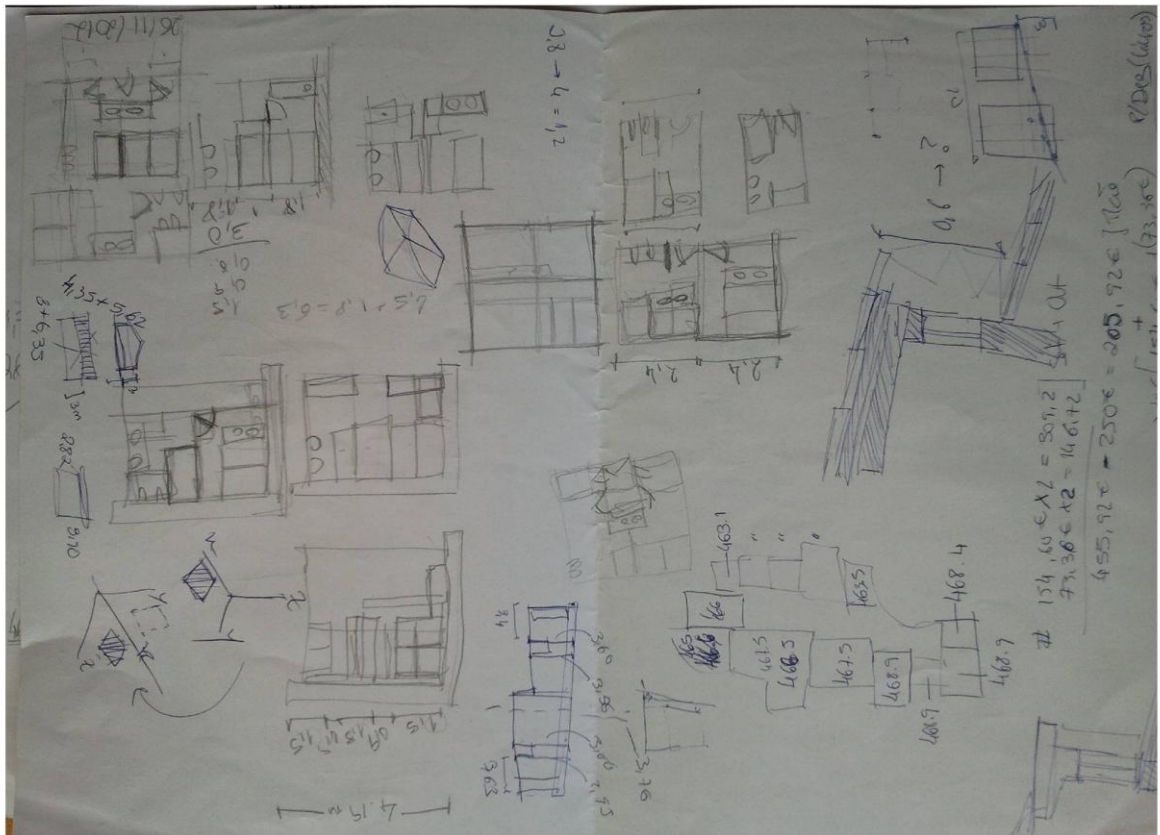
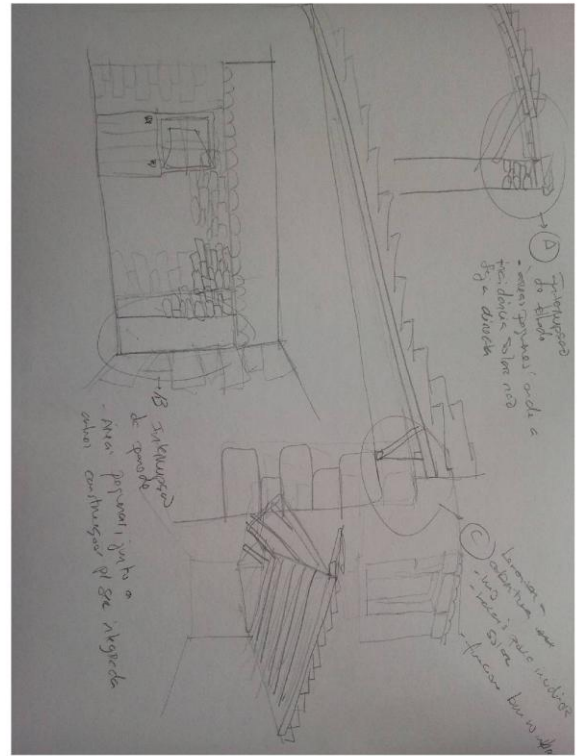
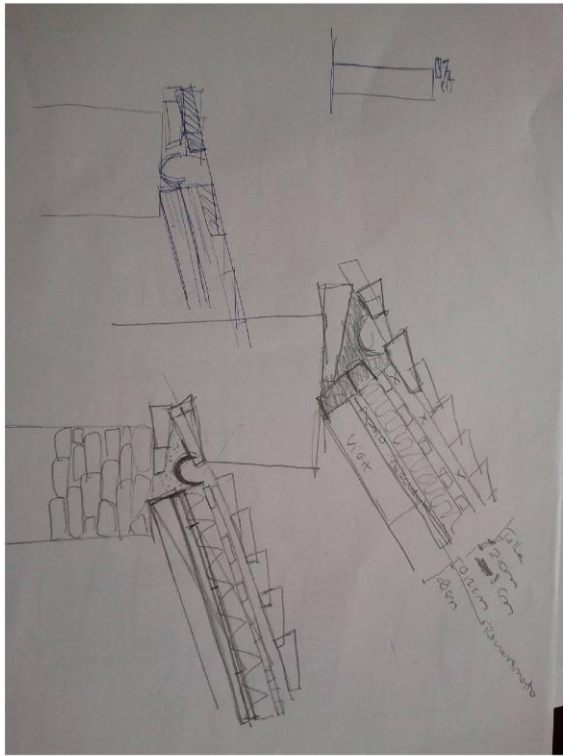


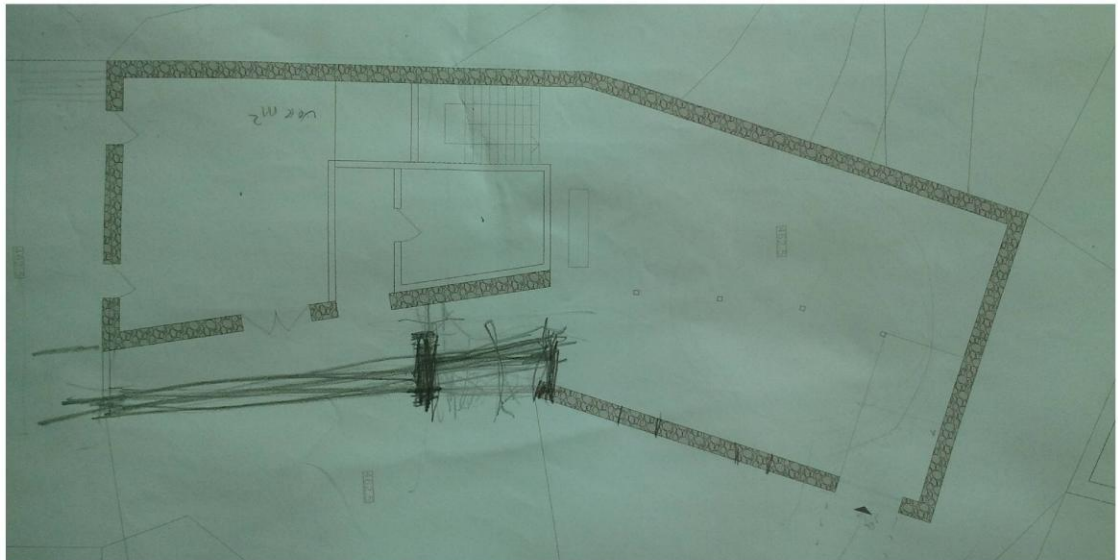
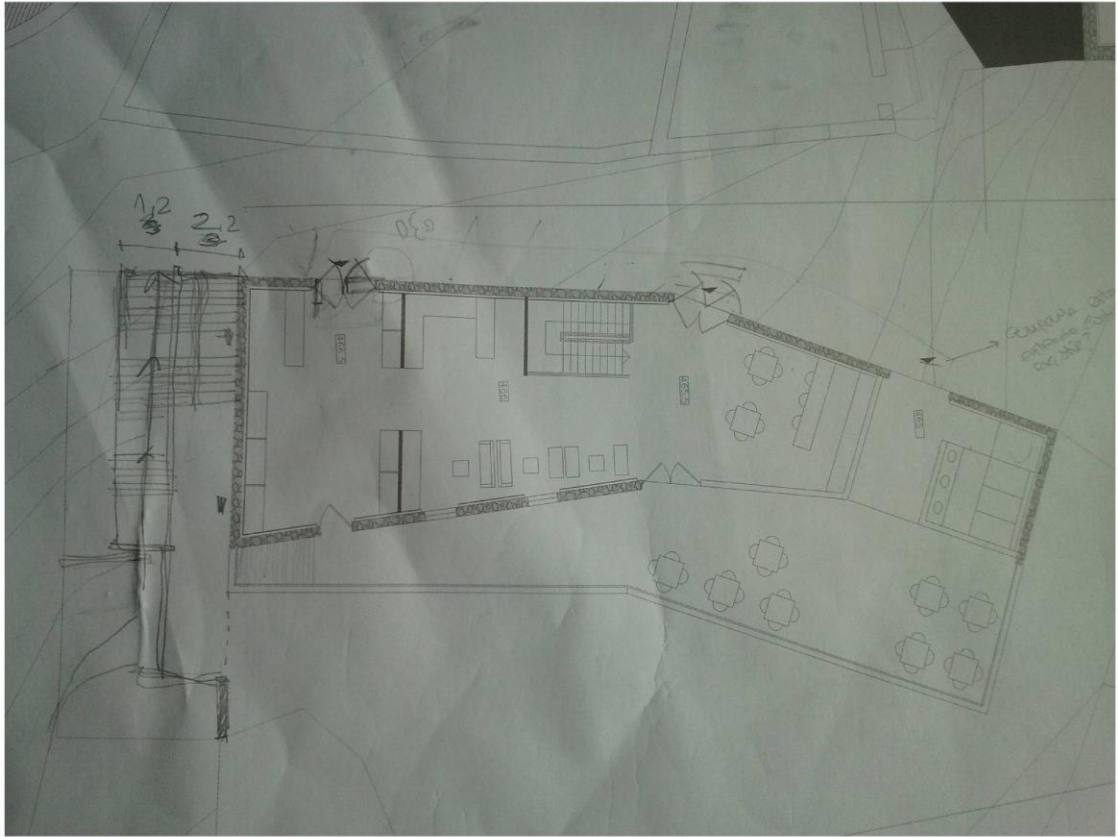


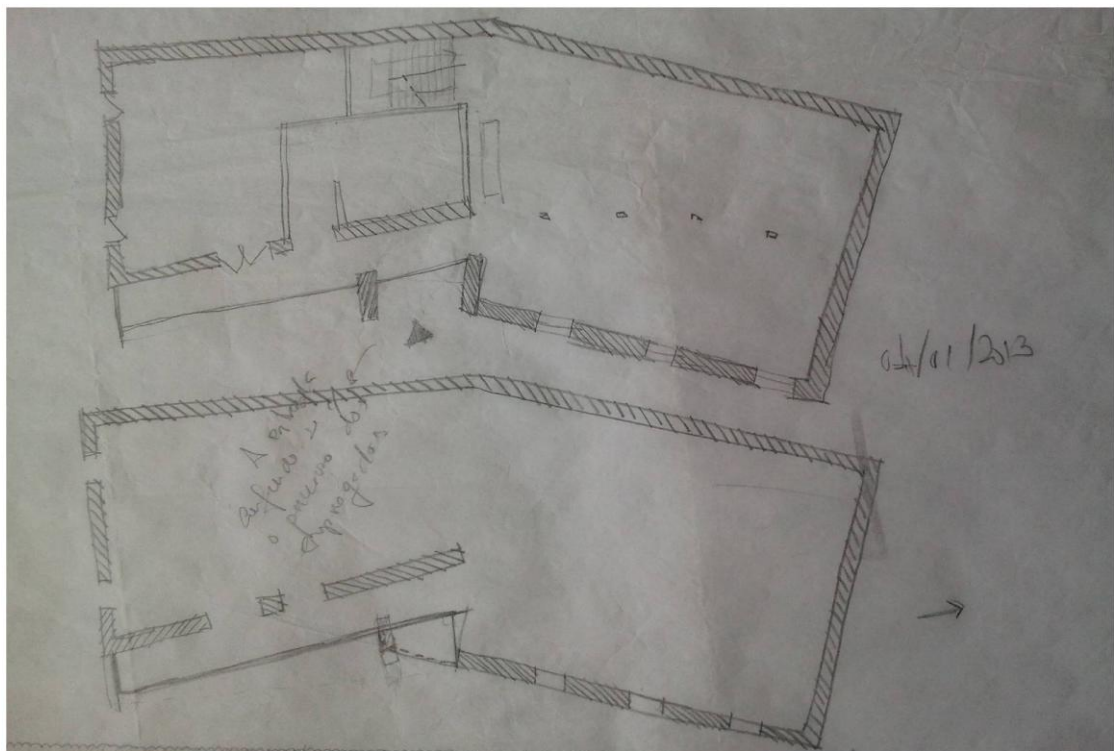
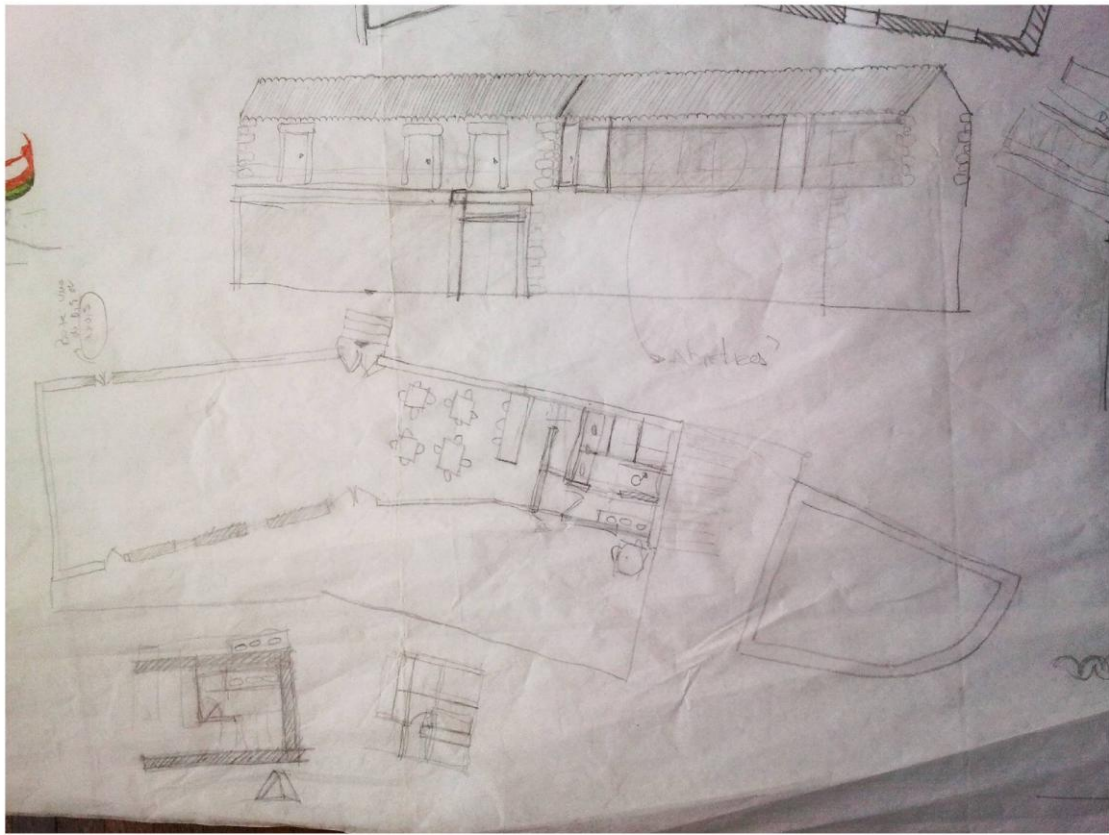










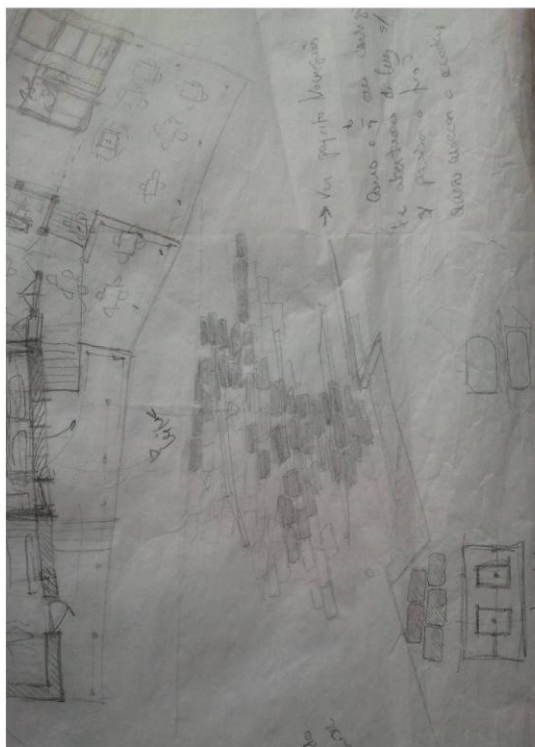
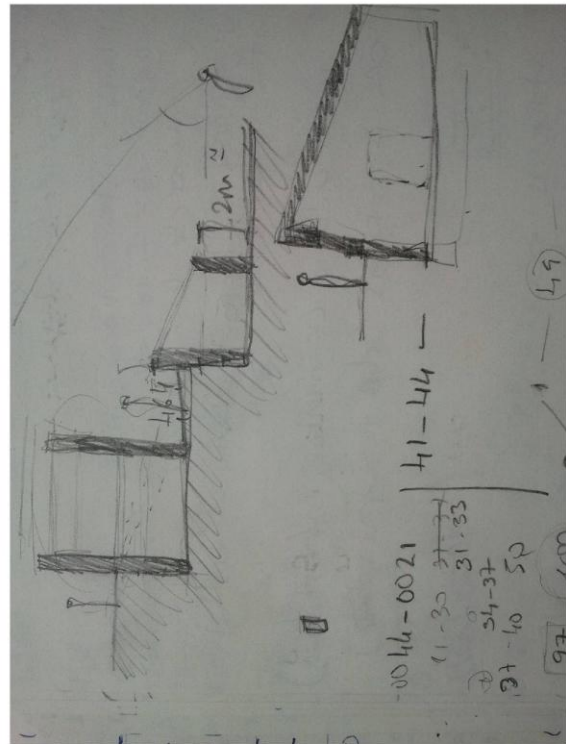
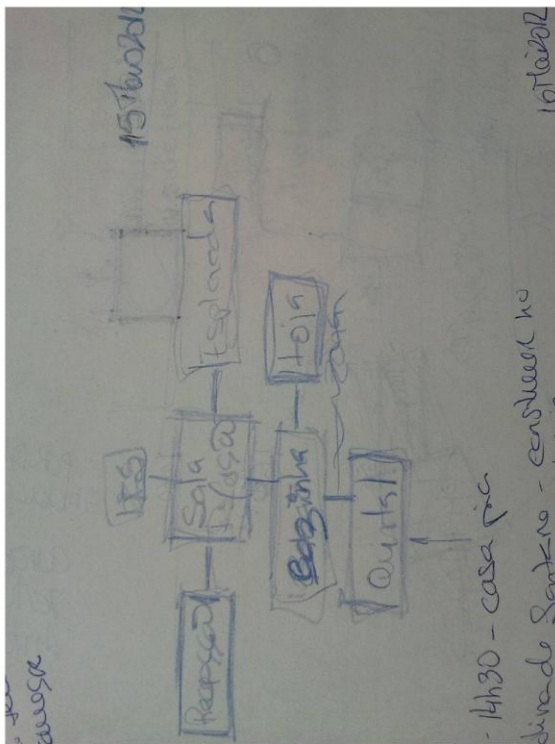








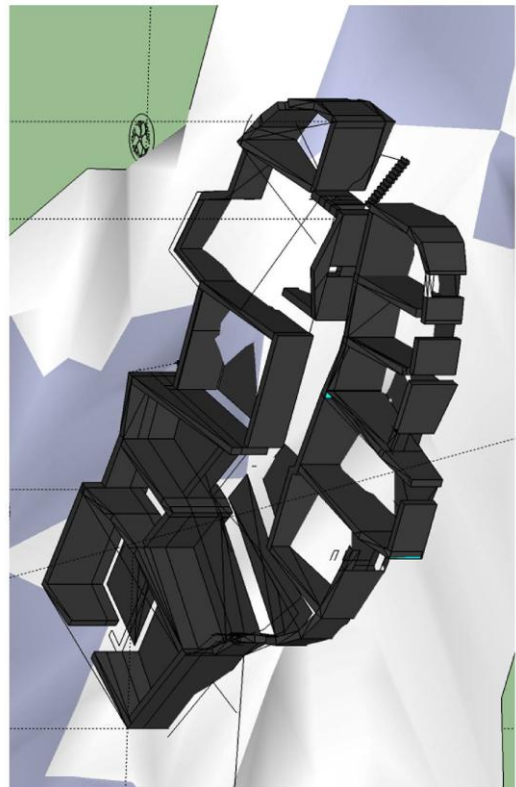








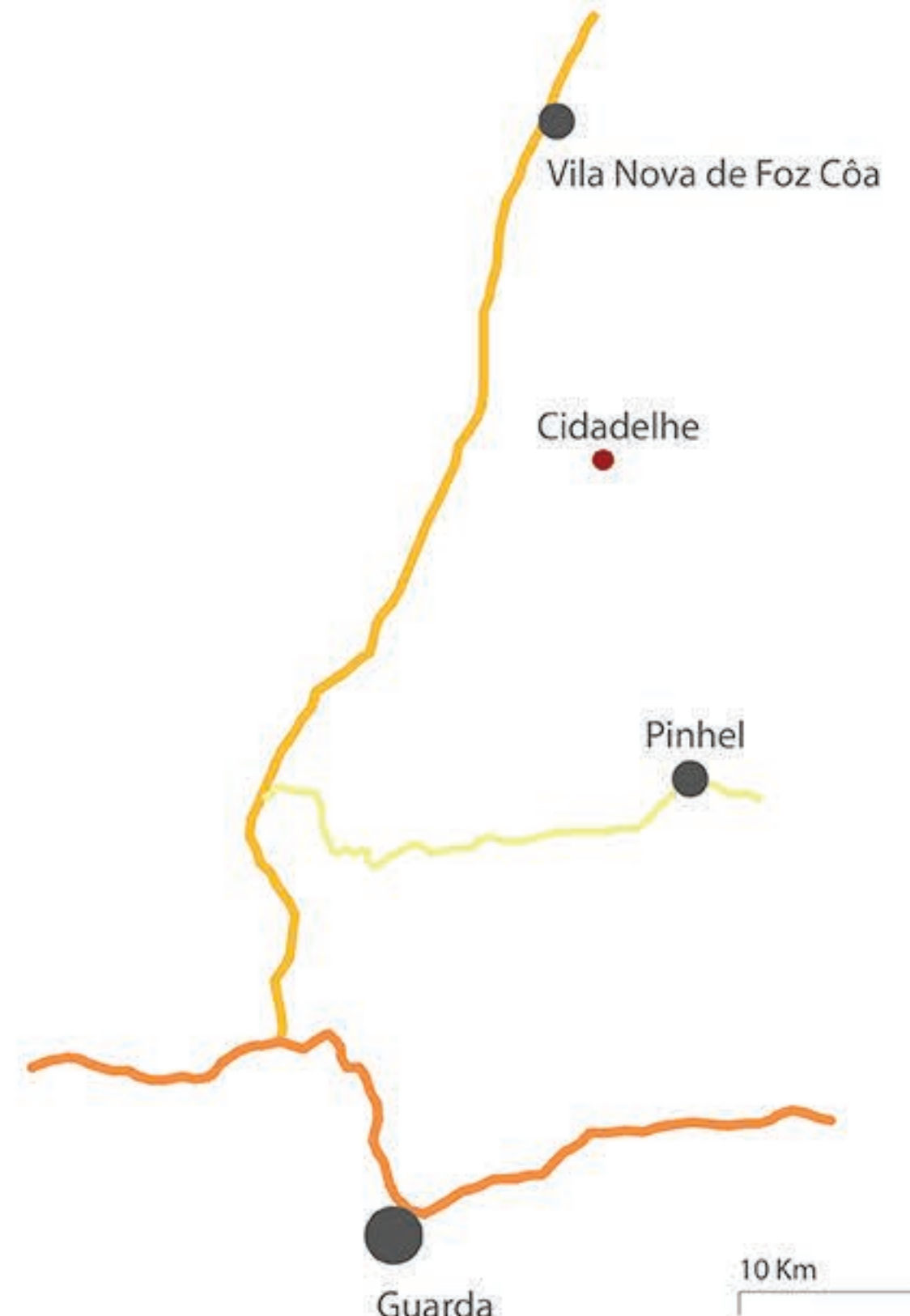





## **LISTA DE PEÇAS DESENHADAS**

- 1 – Painéis 01 e 02 - Diagnóstico
- 2 – Painel 03 – Contexto Territorial
- 3 – Painel 04 – Contexto Urbano
- 4 – Painel 05 – Zona de Intervenção
- 5 – Painel 06 e 07 – Escala 1:100
- 6 – Painel 08 e 09 – Escala 1:100
- 7 – Painel 10 e 11 – Escala 1:100
- 8 – Painel 12 – Cortes e Alçados - Escala 1:100
- 9 – Painel 13 – Alojamento – Escalas 1:50 e 1:20
- 10 – Painel 14 – Serviços – Escala 1:50
- 11 – Painel 15 – Serviços – Escala 1:20
- 12 – Painel 16 – Serviços – Escala 1:20





 **51.2 %**  
Edifícios em mau estado ou em ruína

 **15.7 %**  
do concelho corresponde a Culturas  
Permanentes (COS 2007)



Cidadelhe de Baixo



Cidadelhe de Cima

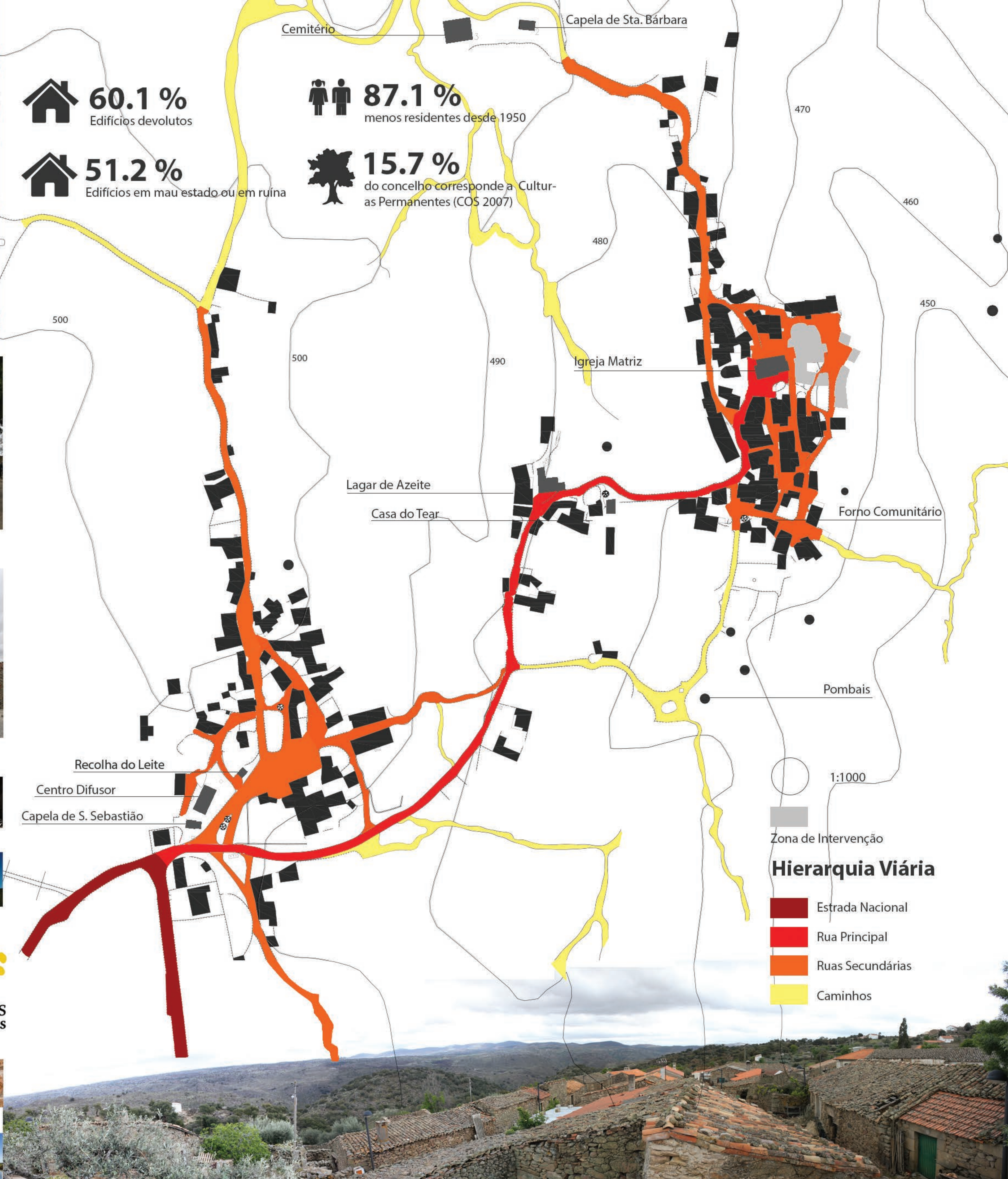
Porta sul do **Parque Arqueológico do Vale do Côa**, Património Mundial pela UNESCO - uma paisagem de características únicas

**Recursos Endógenos:** Produção de laticínios, azeite, amendoas e vinho.

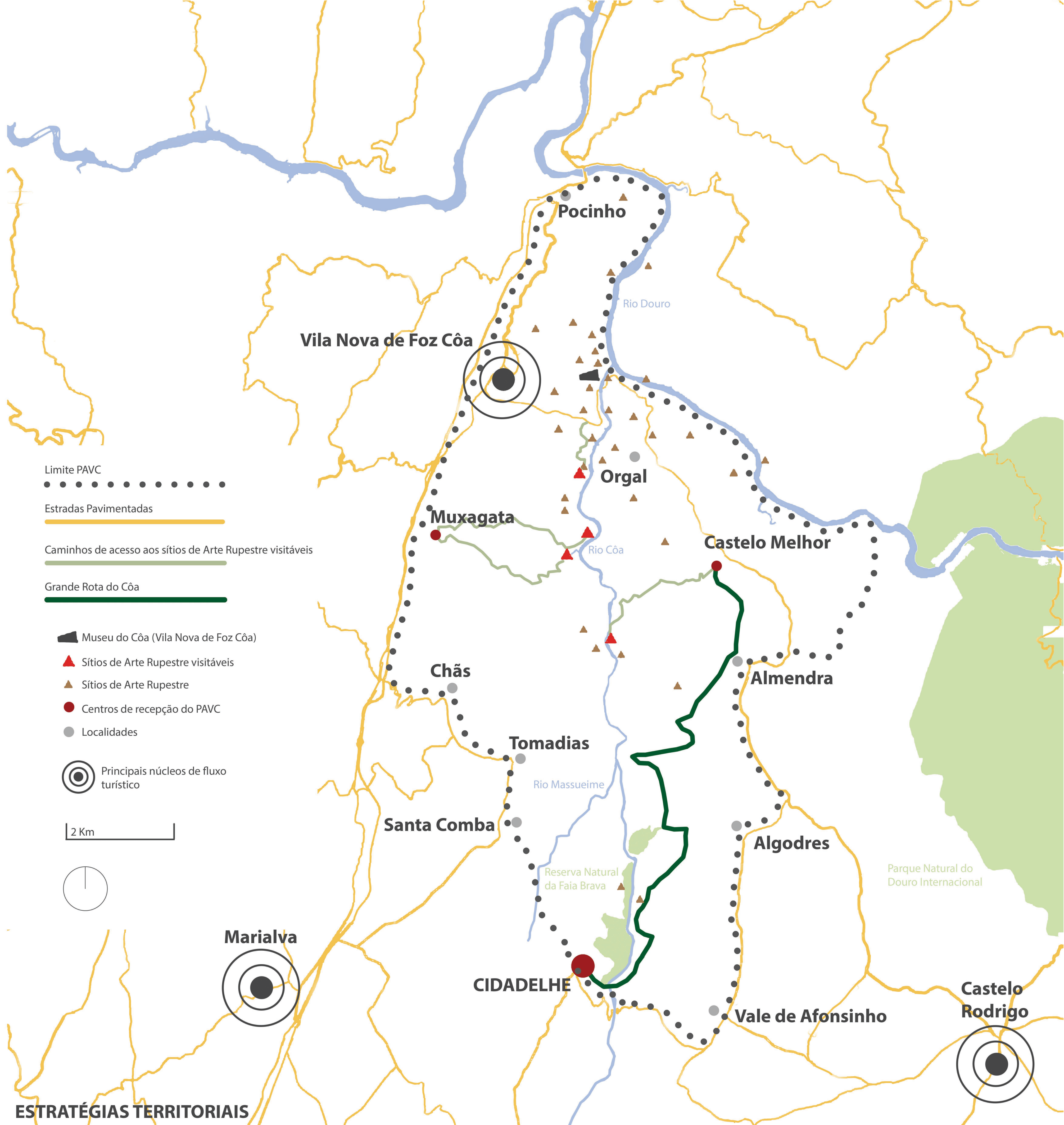
Proximidade com **Redes de Aldeias**. Ao se afirmar como ponto de interesse, Cidadelhe tira partido desta proximidade.

Realização de atividades associadas à **Grande Rota do Côa** e à **Reserva Natural da Faia Brava**

Devido à localização geográfica, possibilidade de exploração de **Energias Renováveis**: eólica e solar.

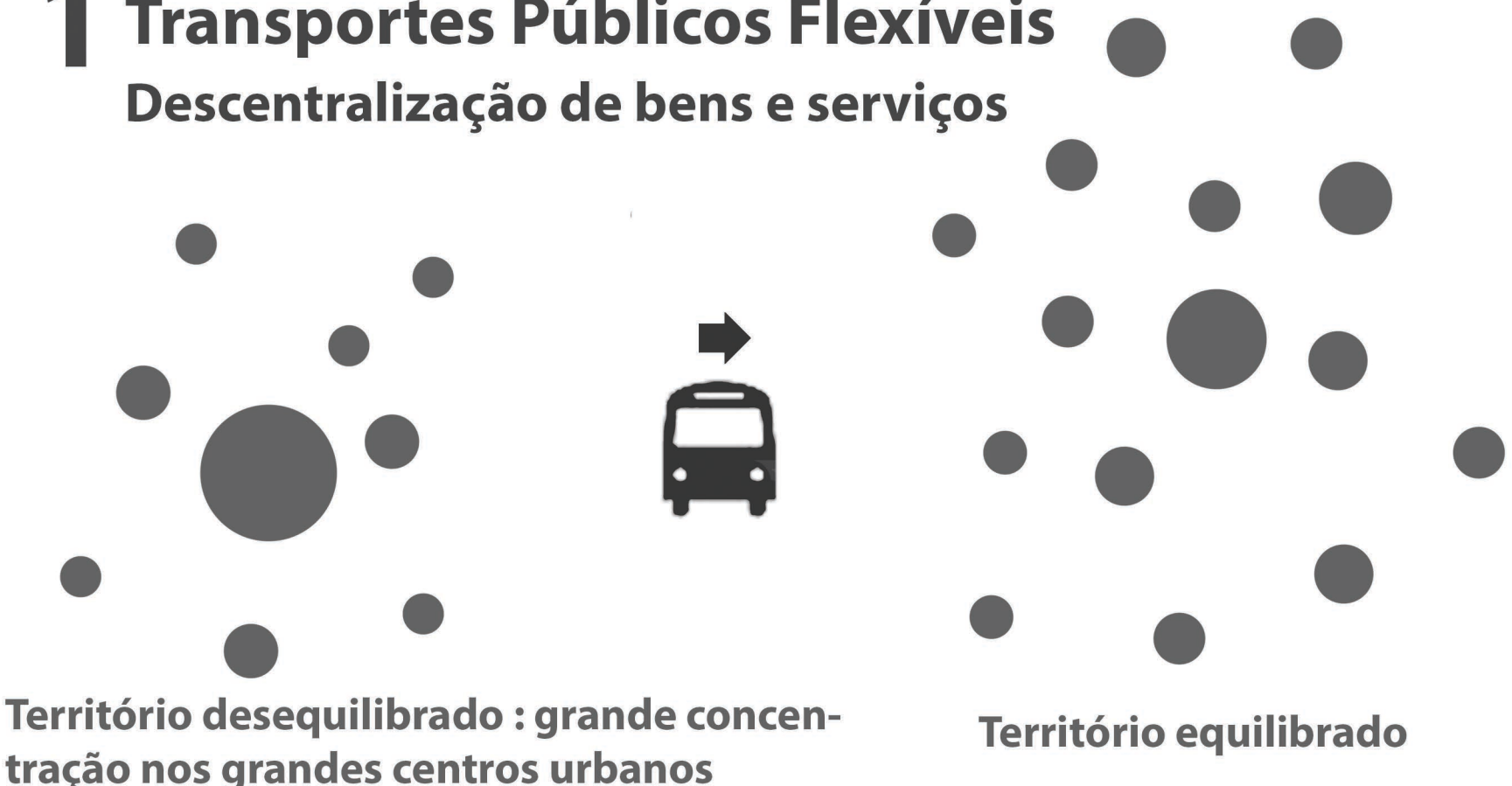




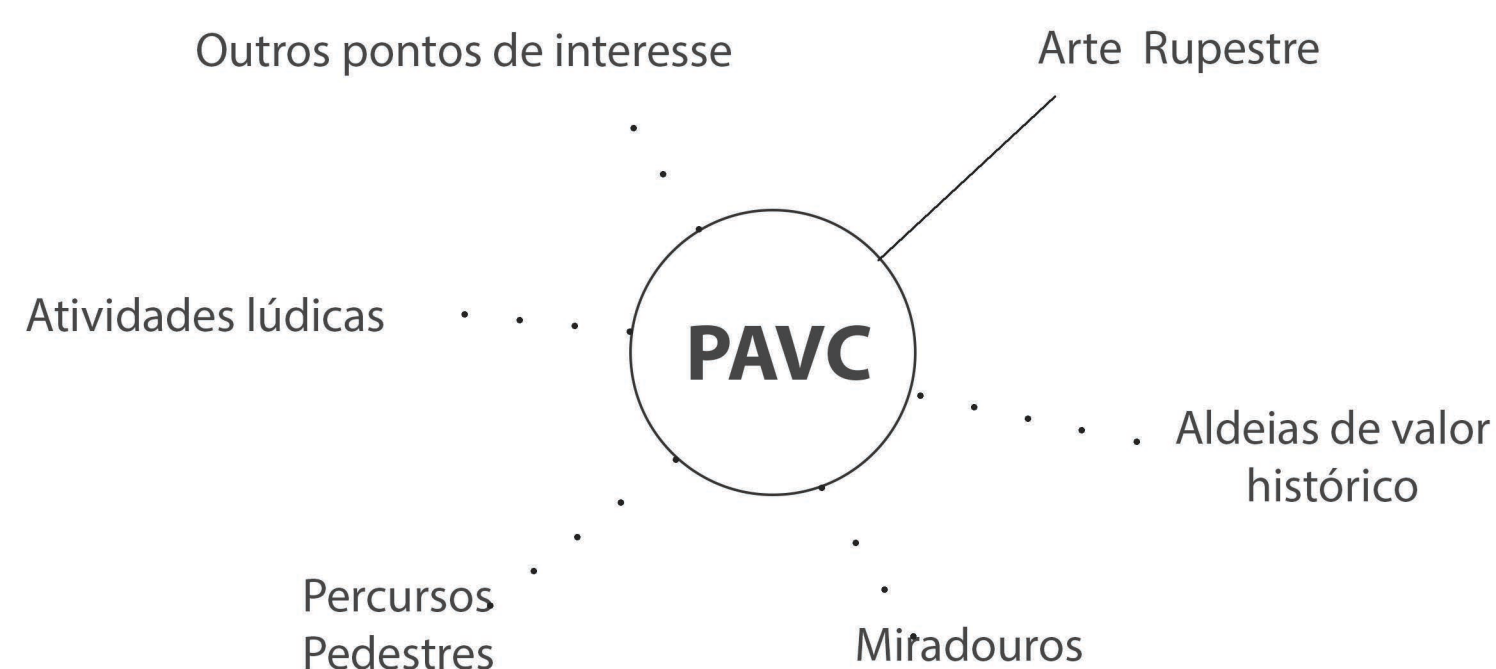


## ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS

### 1 Transportes Públicos Flexíveis Descentralização de bens e serviços



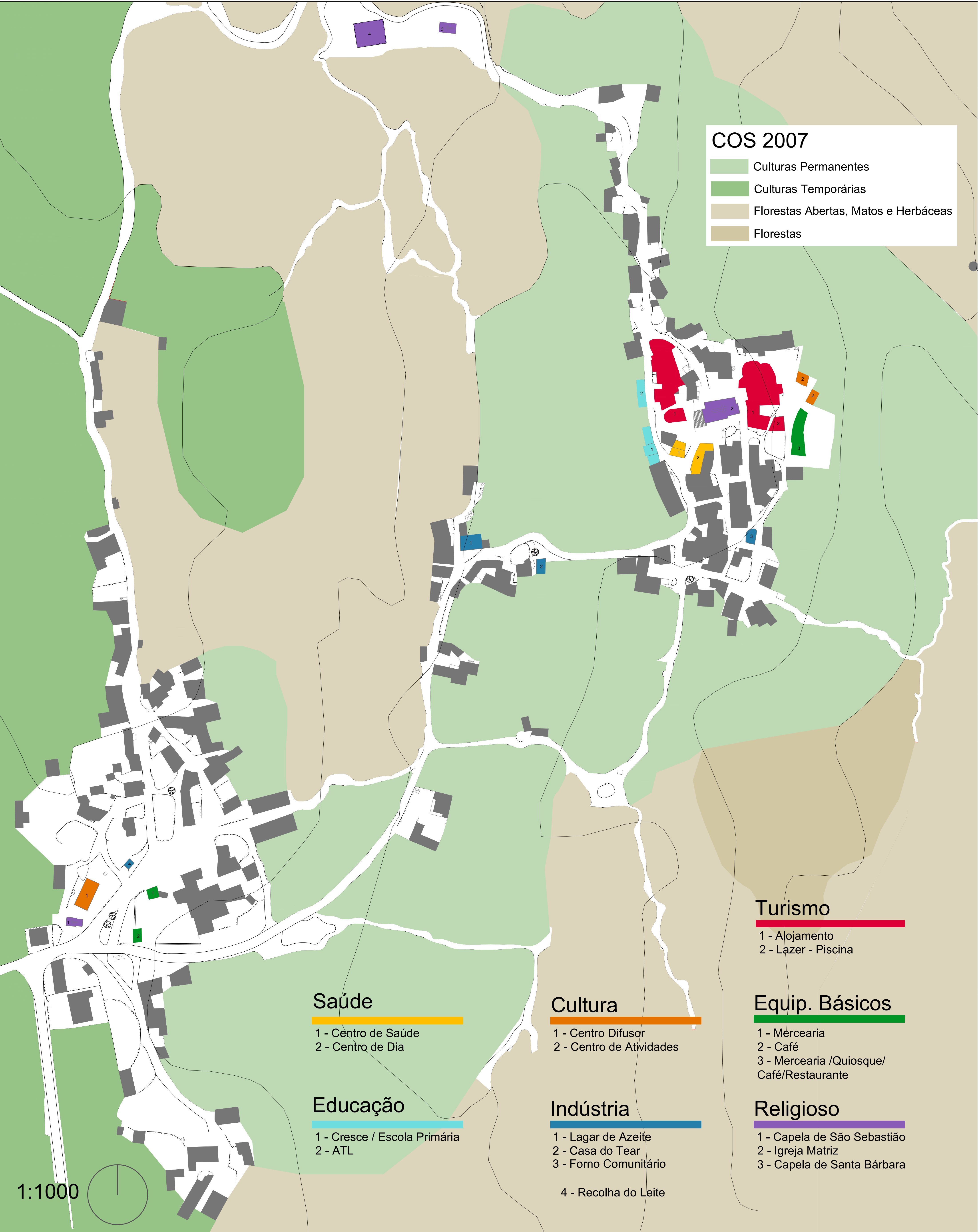
### 2 Consolidação da rede turística na região do PAVC



# CIDADELHE - Turismo de Natureza

Projeto para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura | FAUTL  
Eduarda Filipa Fernandes Paulo | Março 2013

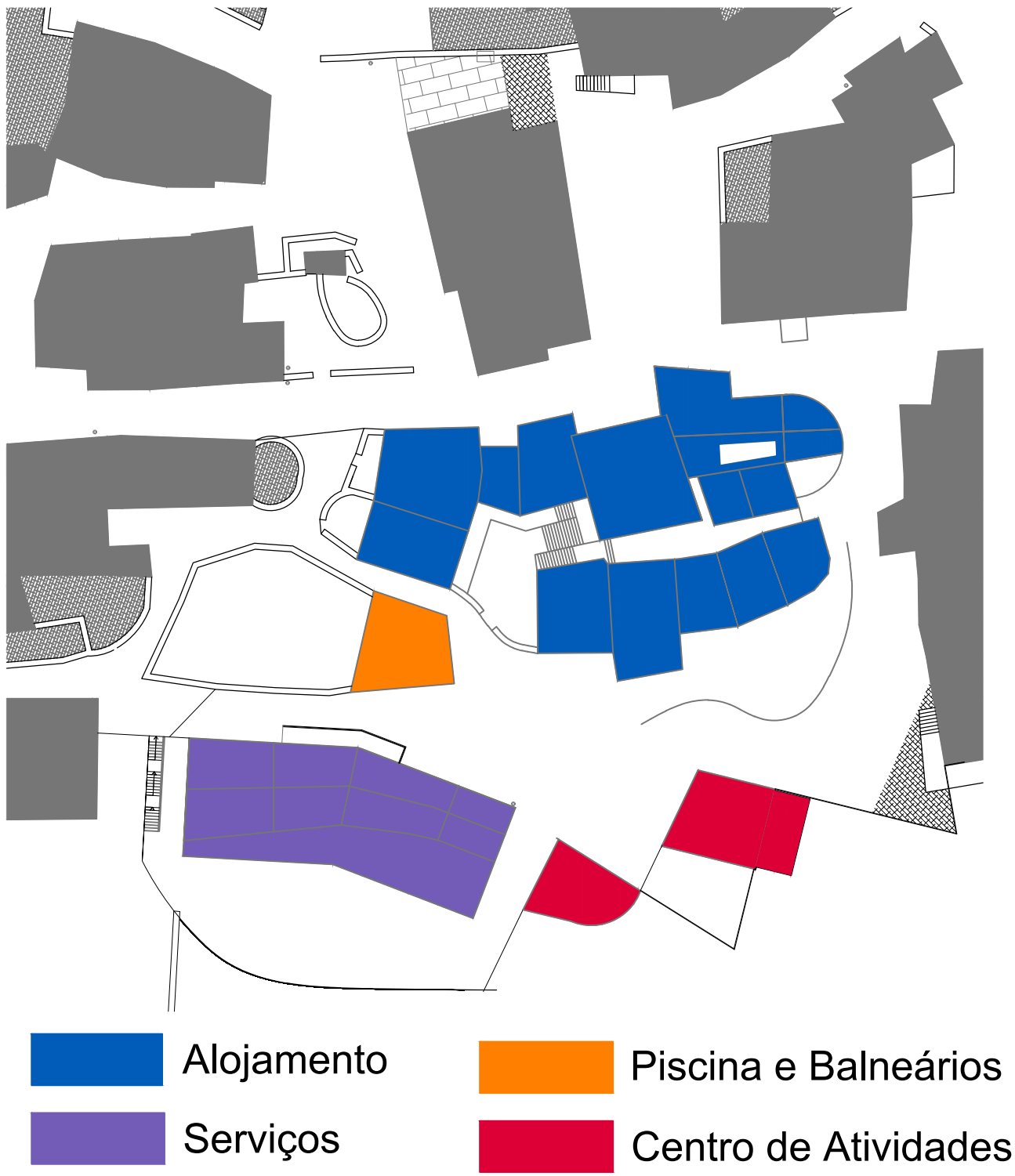




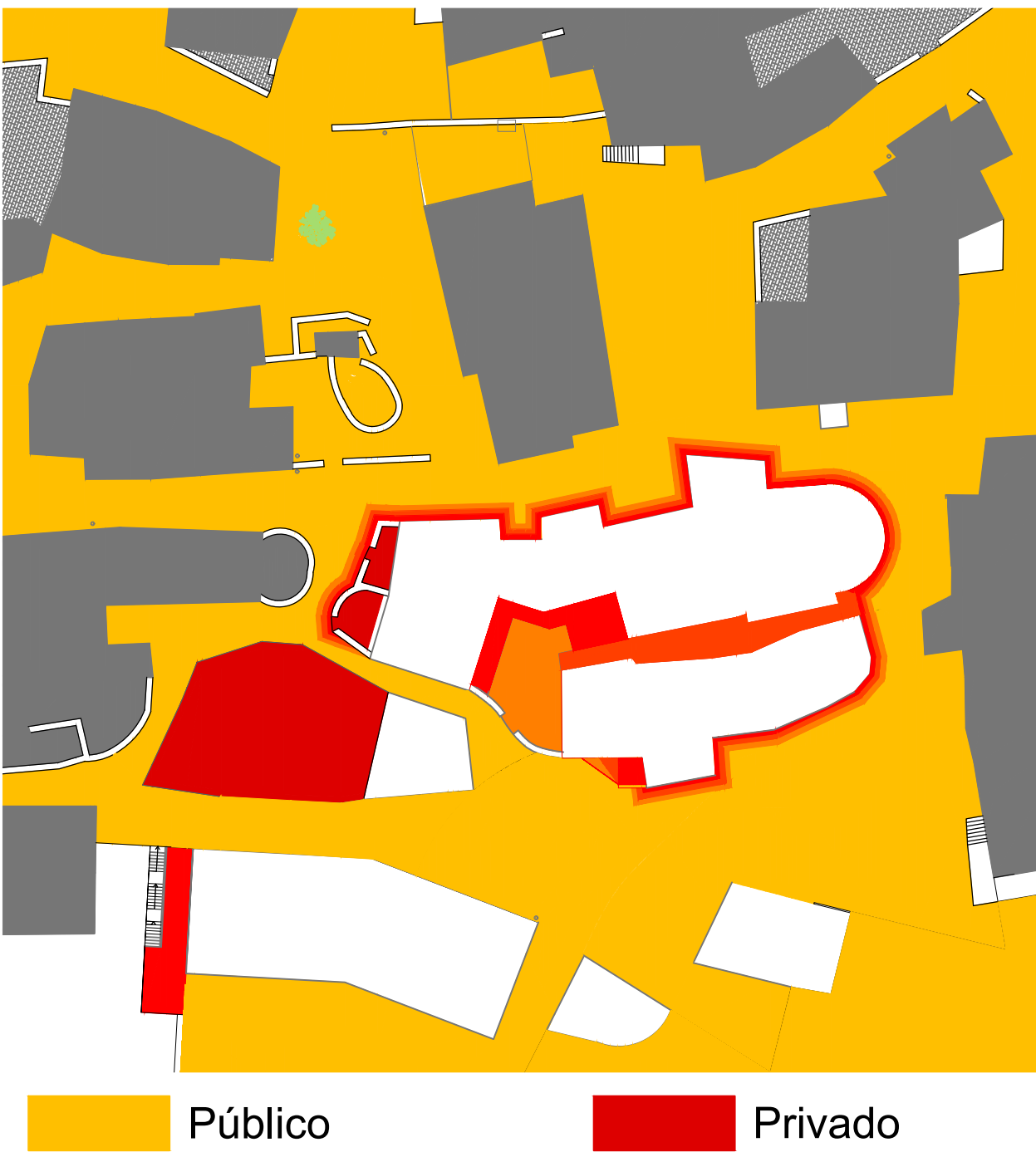




Programa



Espaço Público/Privado



Público Privado

Integração Urbana



Espaços de Confluência

CIDADELHE - Turismo de Natureza

Projeto para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura | FAUTL  
Eduarda Filipa Fernandes Paulo | Março 2013





Planta de Cobertura

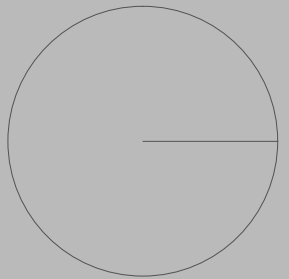


Alçado Nasc. - Alojamento

# CIDADELHE - Turismo de Natureza

Projeto para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura | FA-UTL  
Eduarda Filipa Fernandes Paulo | Março 2013

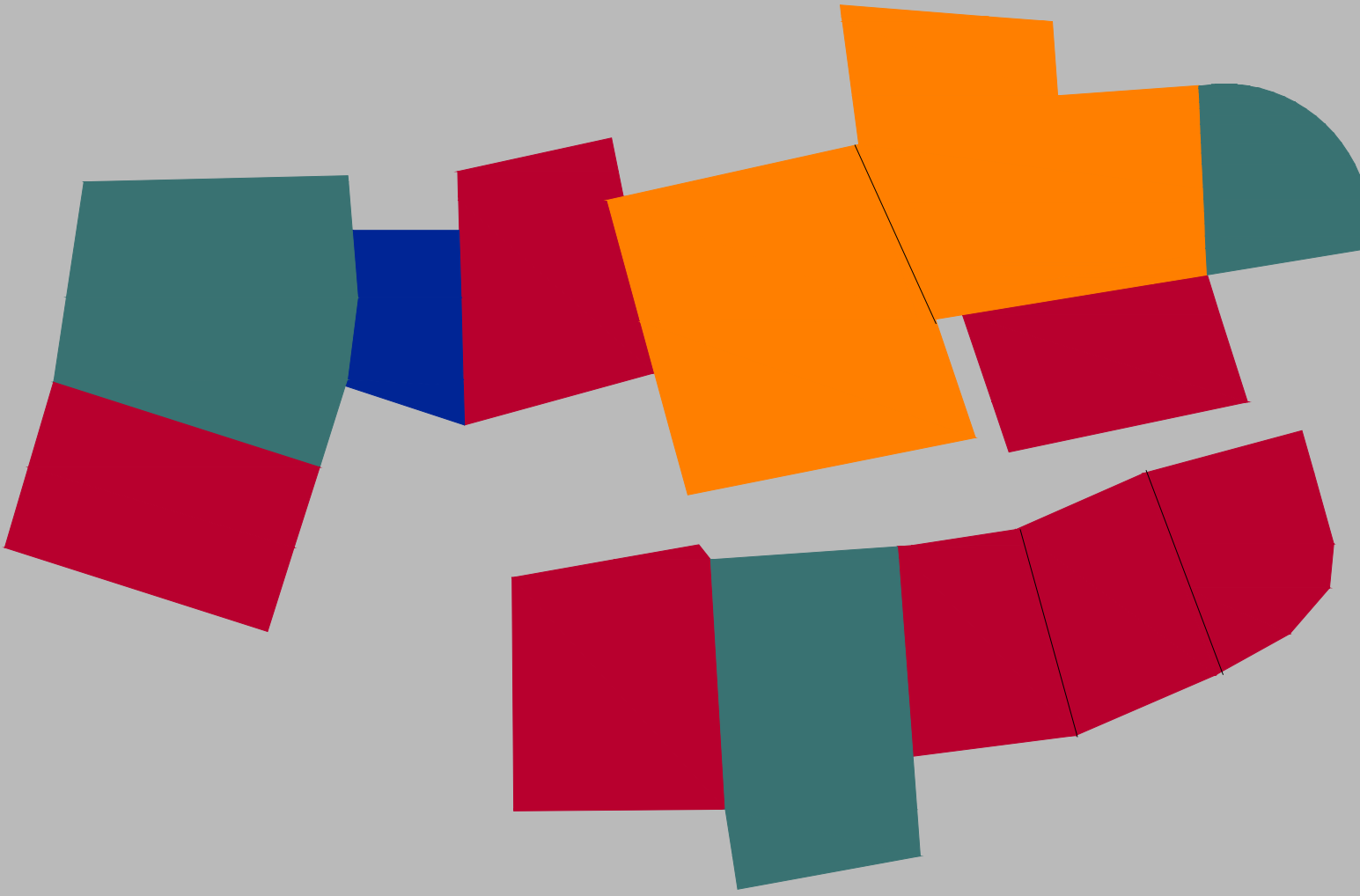
1:100



5 m

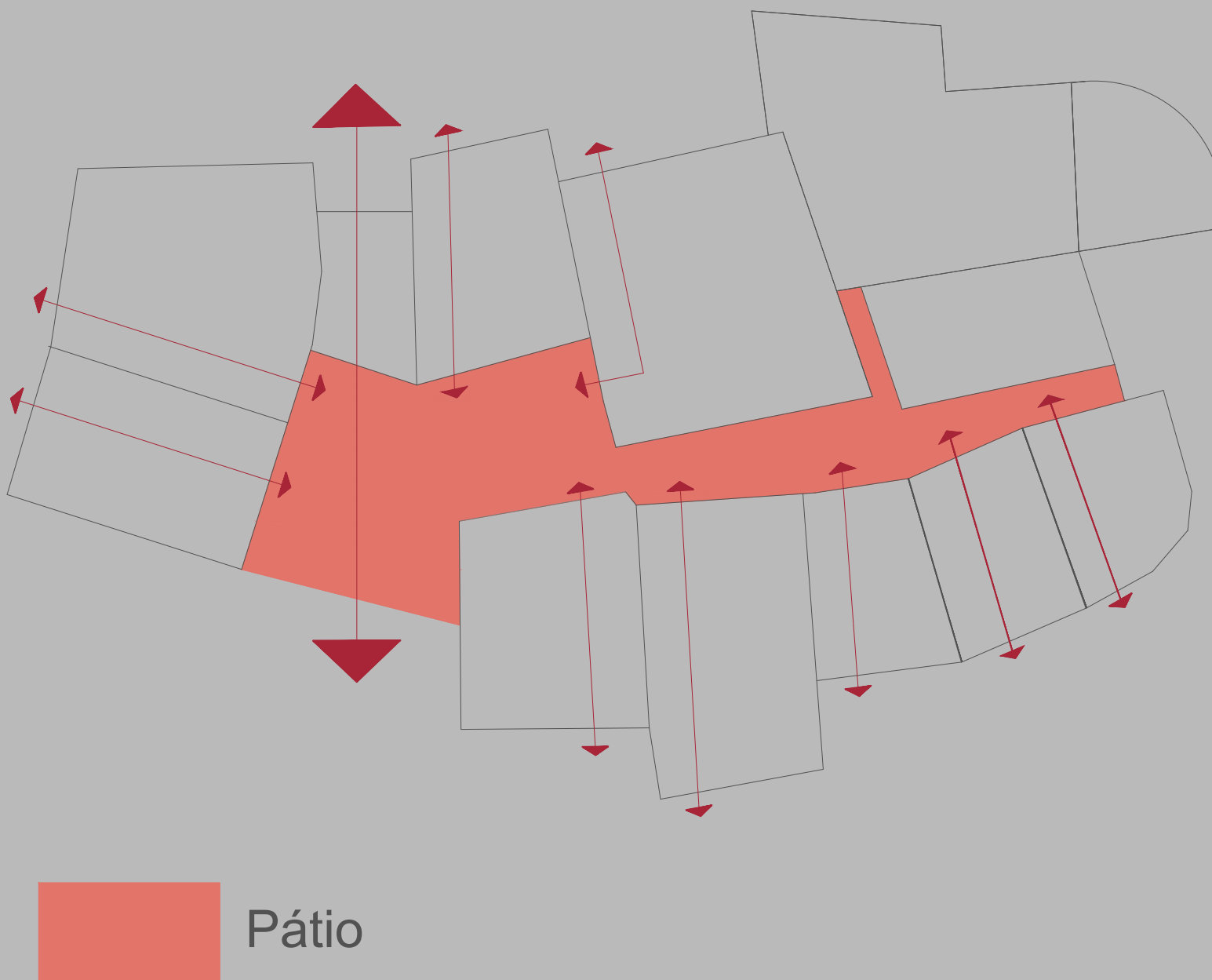
## ALOJAMENTO

### Tipologias



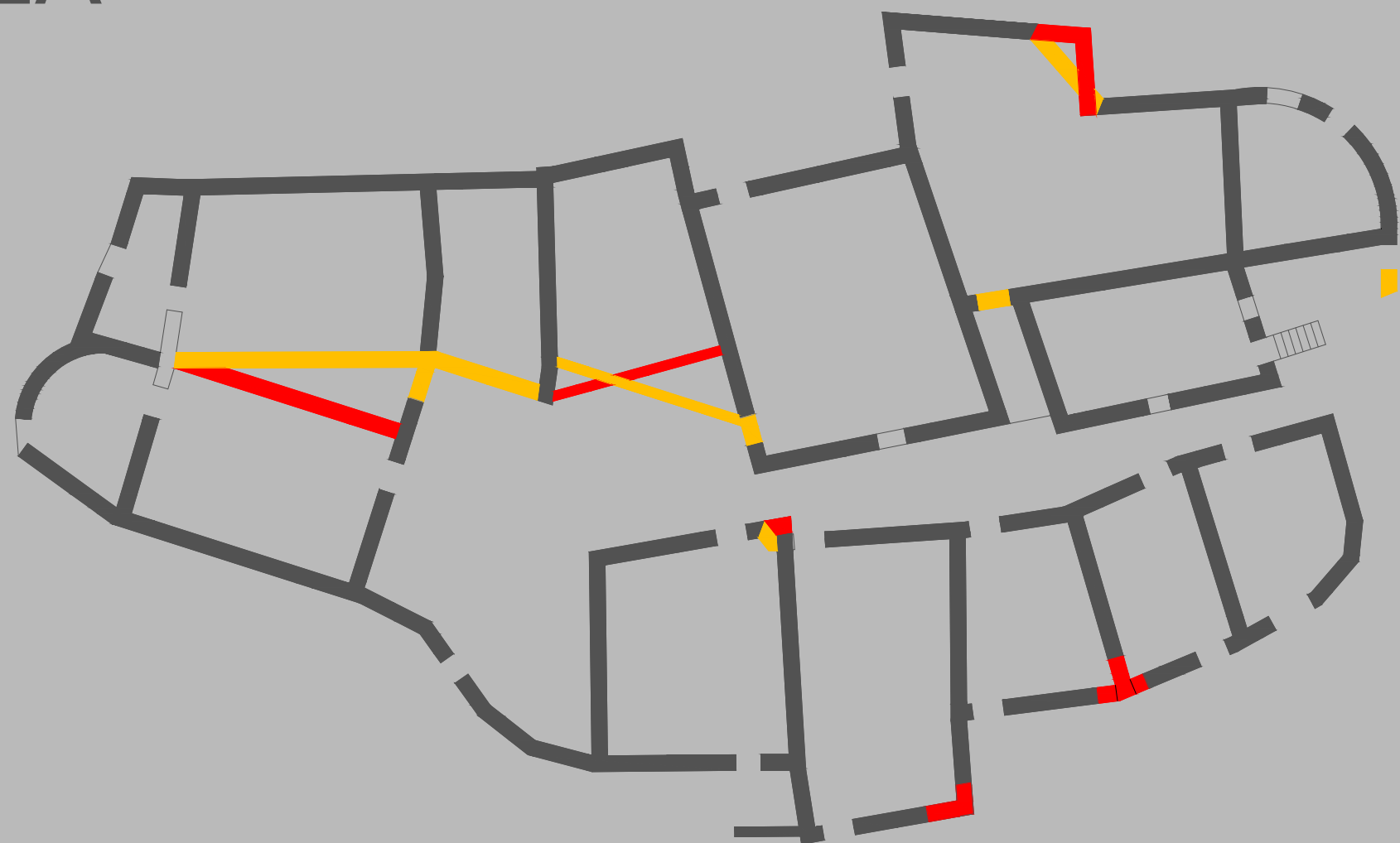
- T0
- T1
- T2
- Recepção

### Principais Ligações



Pátio

### EA

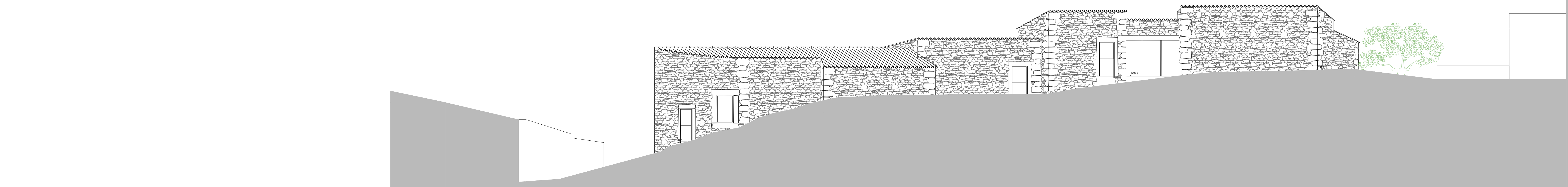


06/07





Cota 468.7

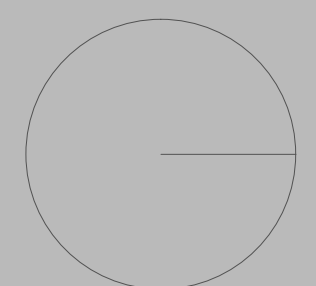


# CIDADELHE - Turismo de Natureza

Projeto para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura | FAUTL  
Eduarda Filipa Fernandes Paulo | Março 2013

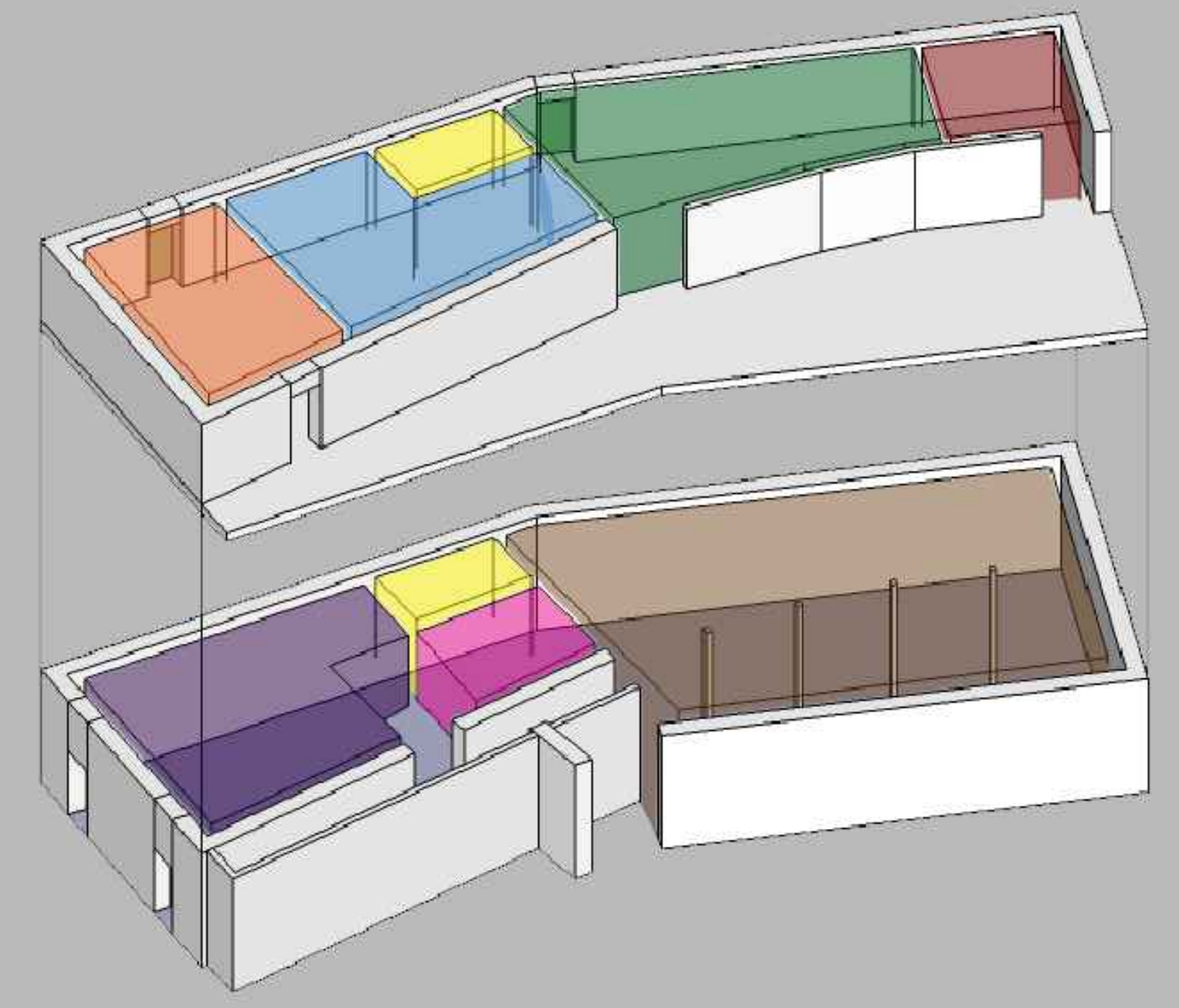
Alçado Poente - Alojamento

1:100



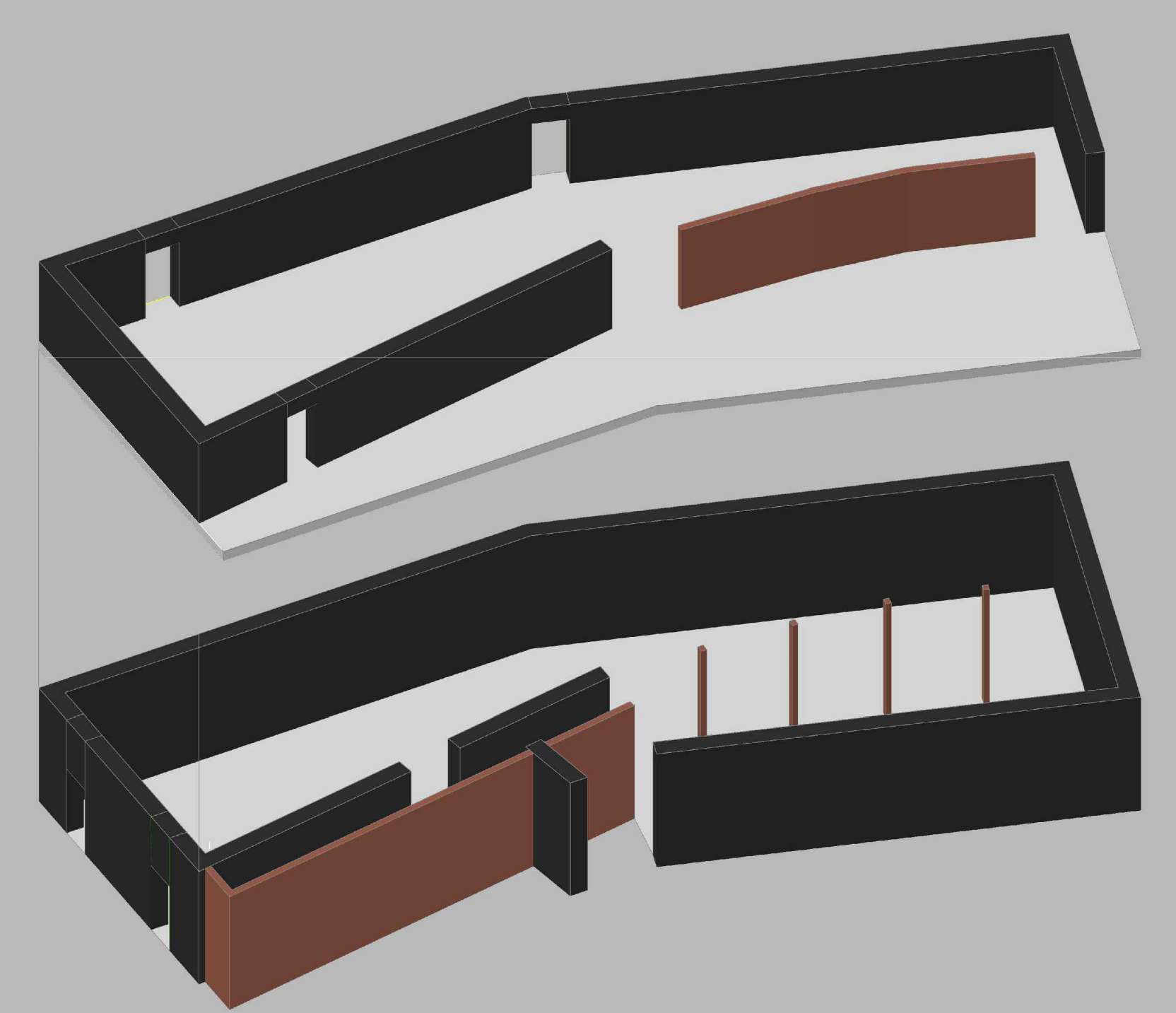
## Serviços

## Programa



- | Piso 0          | Piso -1           |
|-----------------|-------------------|
| Mercearia       | Cozinha           |
| Quiosque        | Acesso Vertical   |
| Acesso Vertical | IS                |
| Café            | Sala de Refeições |
| IS              |                   |

## Sistema Estrutural



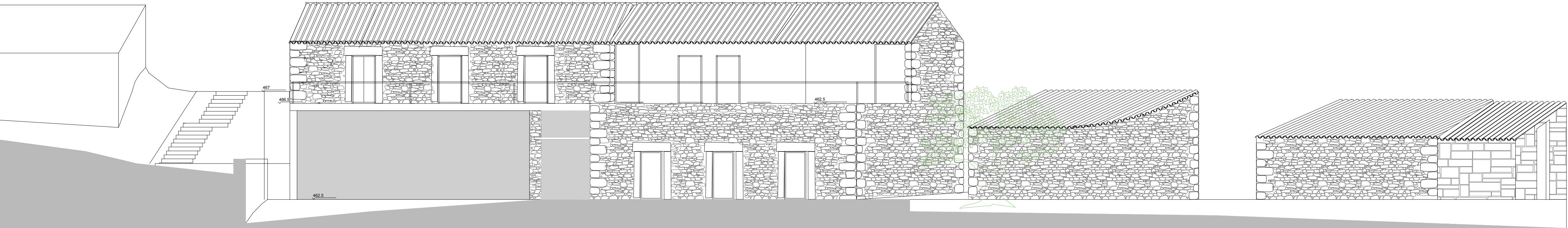
- |                              |                               |
|------------------------------|-------------------------------|
| Estrutura Principal em Pedra | Estrutura Secundária Metálica |
|------------------------------|-------------------------------|

08/09

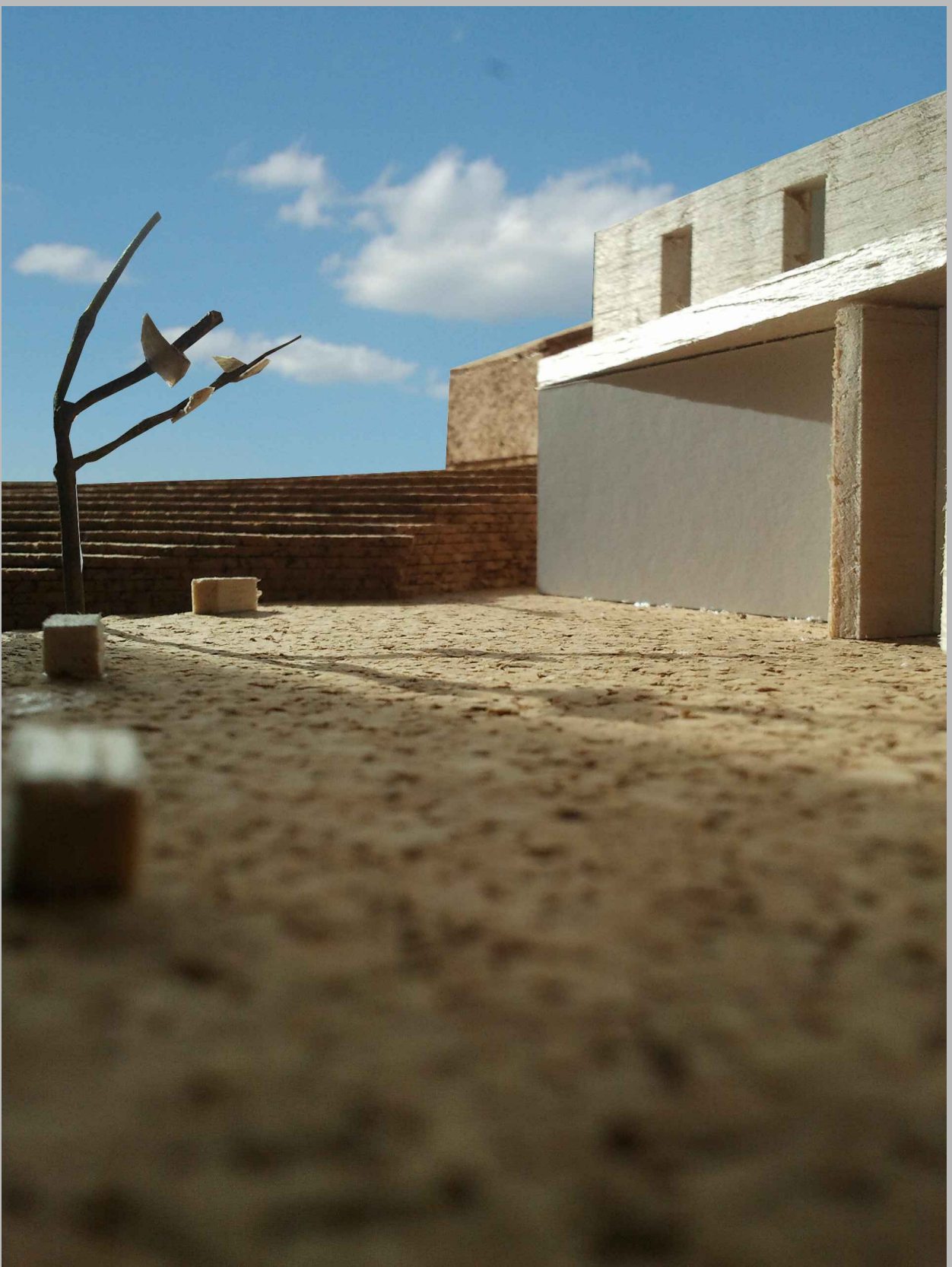
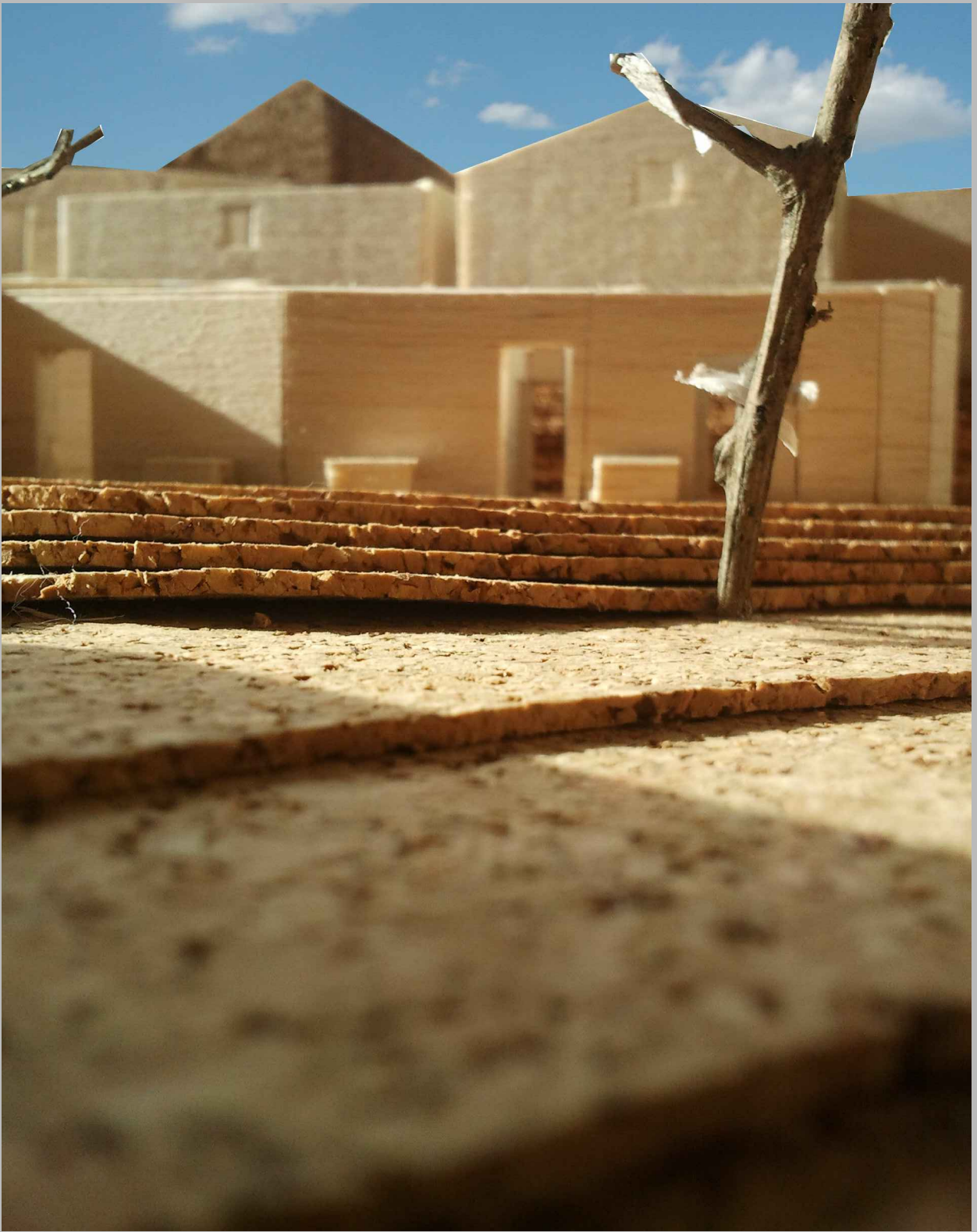




Cota 464.5



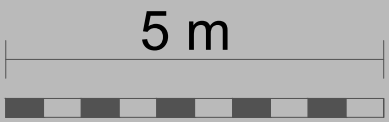
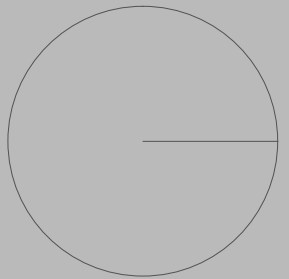
Alçado Nascente - Serviços



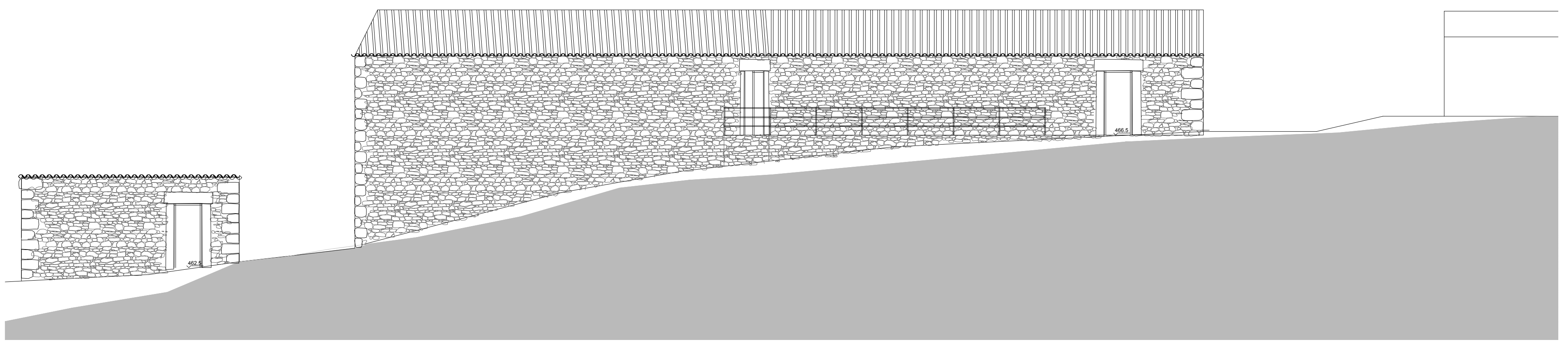
# CIDADELHE - Turismo de Natureza

Projeto para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura | FAUTL  
Eduarda Filipa Fernandes Paulo | Março 2013

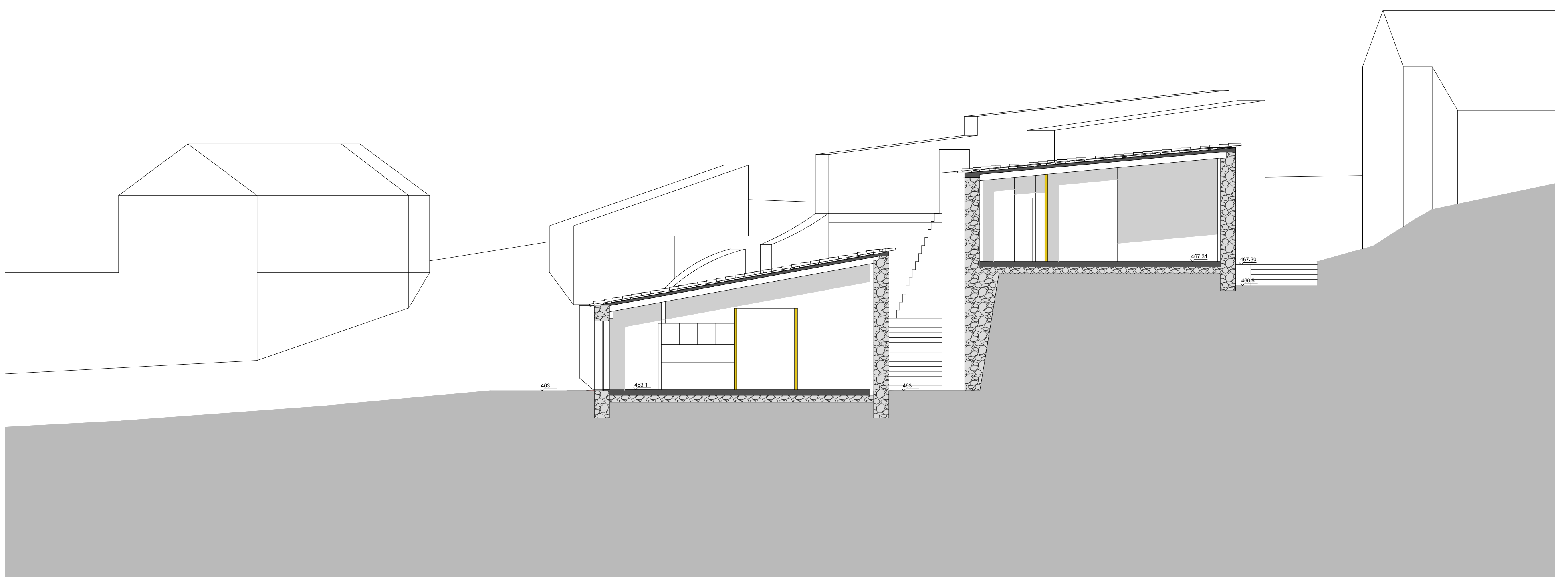
1:100



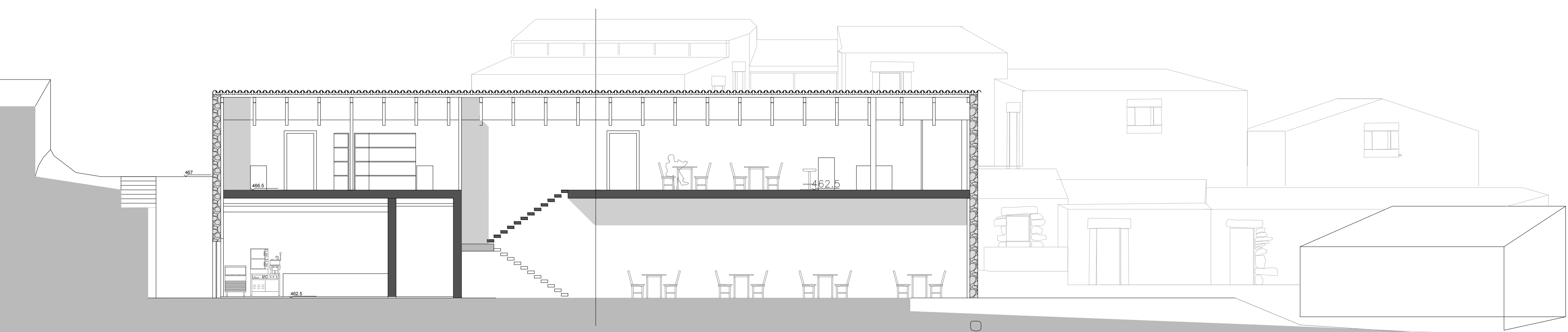




Alçado Poente - Serviços



Corte AA



Corte BB

# CIDADELHE - Turismo de Natureza

Projeto para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura | FAUTL  
Eduarda Filipa Fernandes Paulo | Março 2013

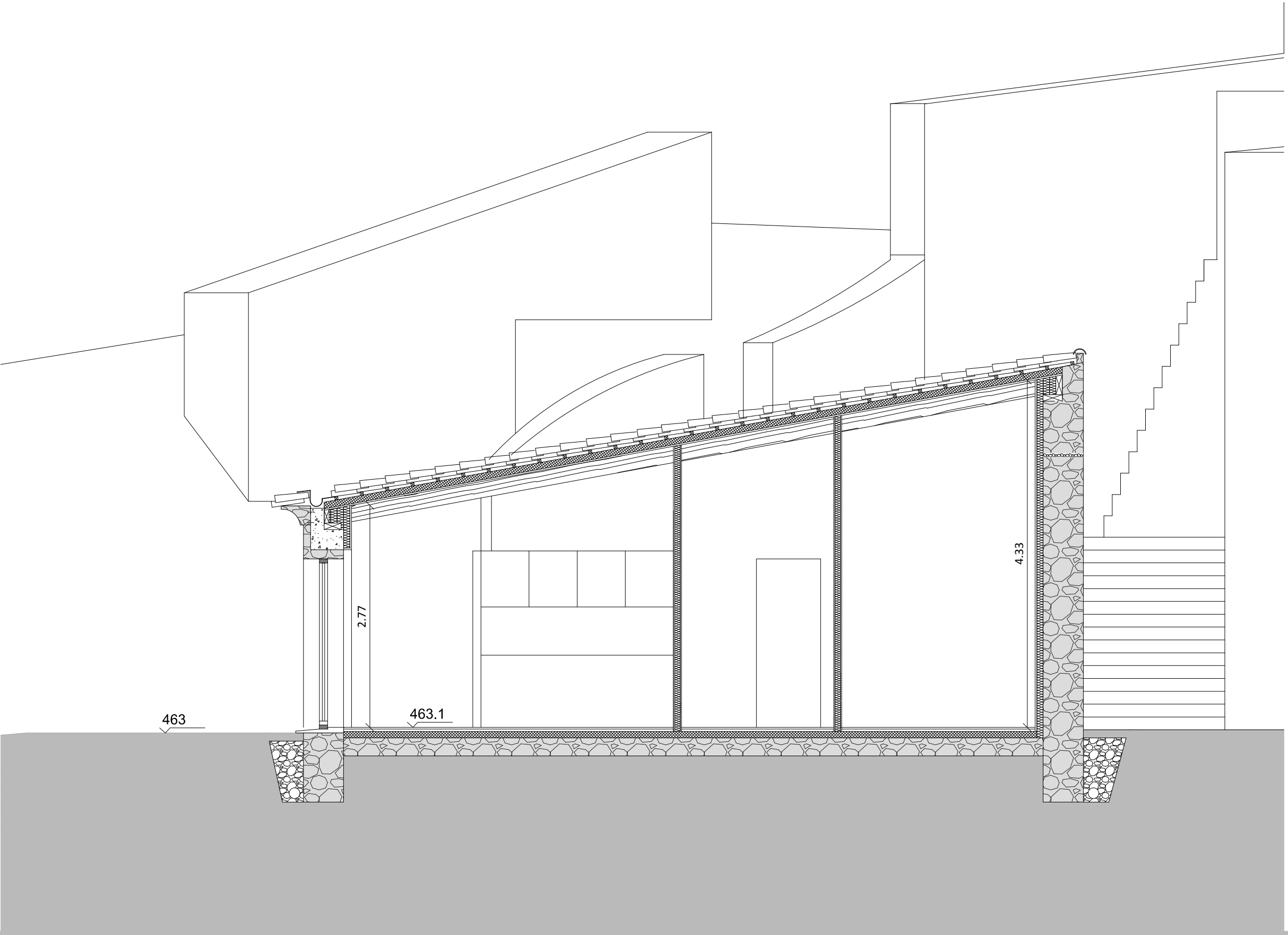
12

1:100 5 m

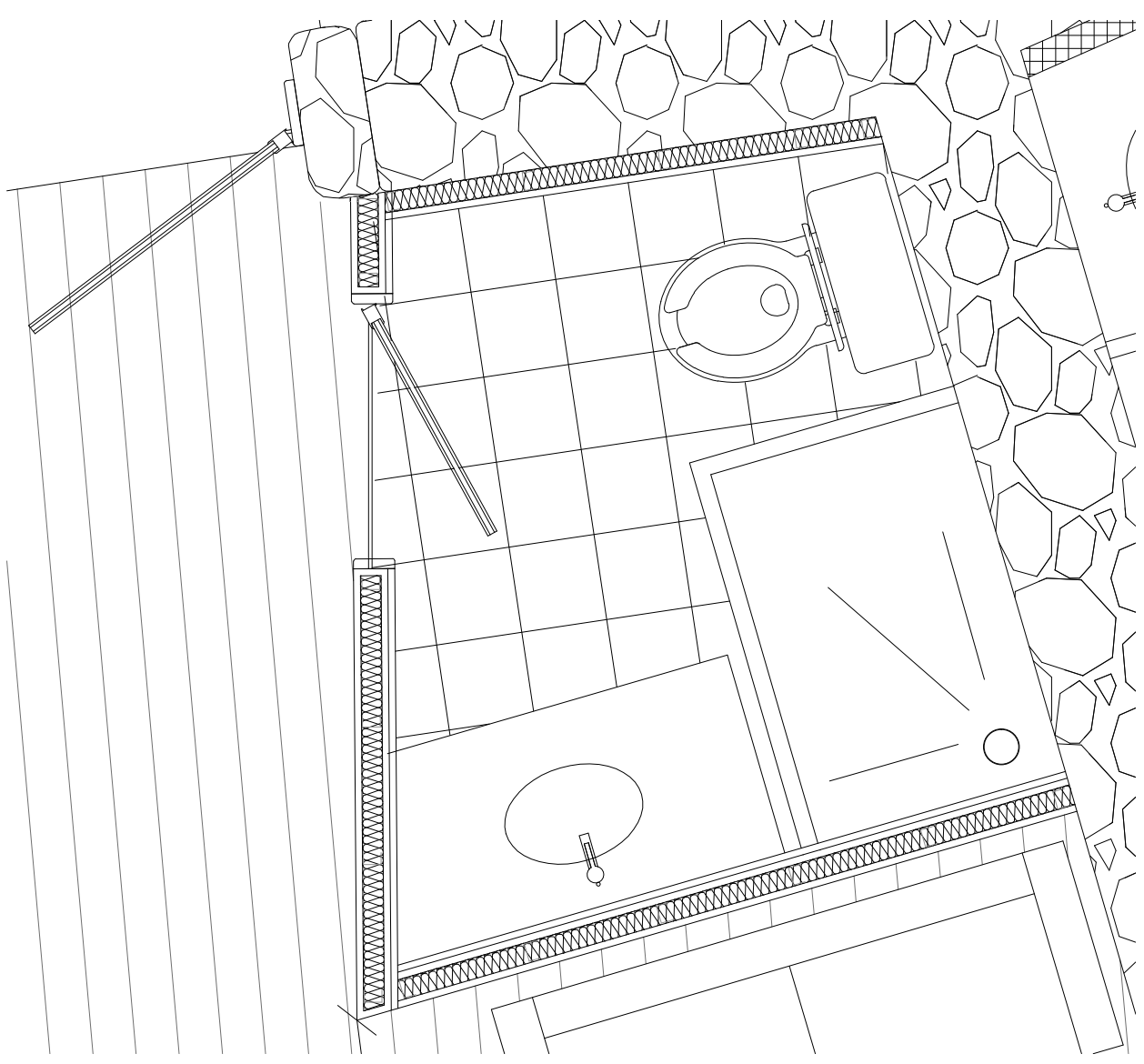
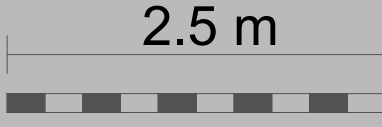




Cota 464.5 | 1:50



Corte AA | 1:50



1:20



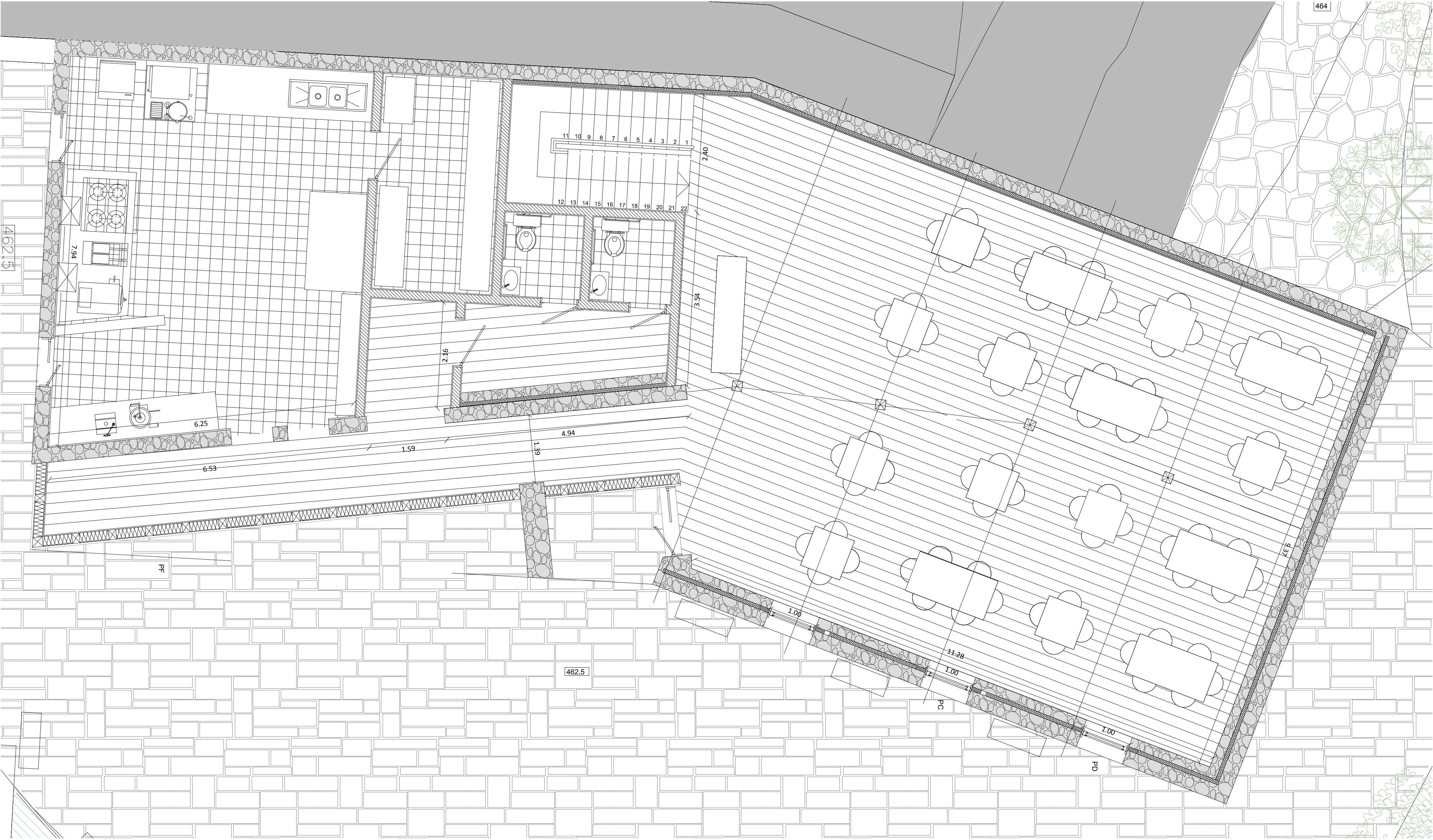
# CIDADELHE - Turismo de Natureza

Projeto para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura | FAUTL  
Eduarda Filipa Fernandes Paulo | Março 2013

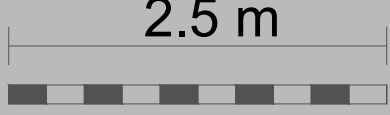




Serviços | 1:50



Serviços | 1:50



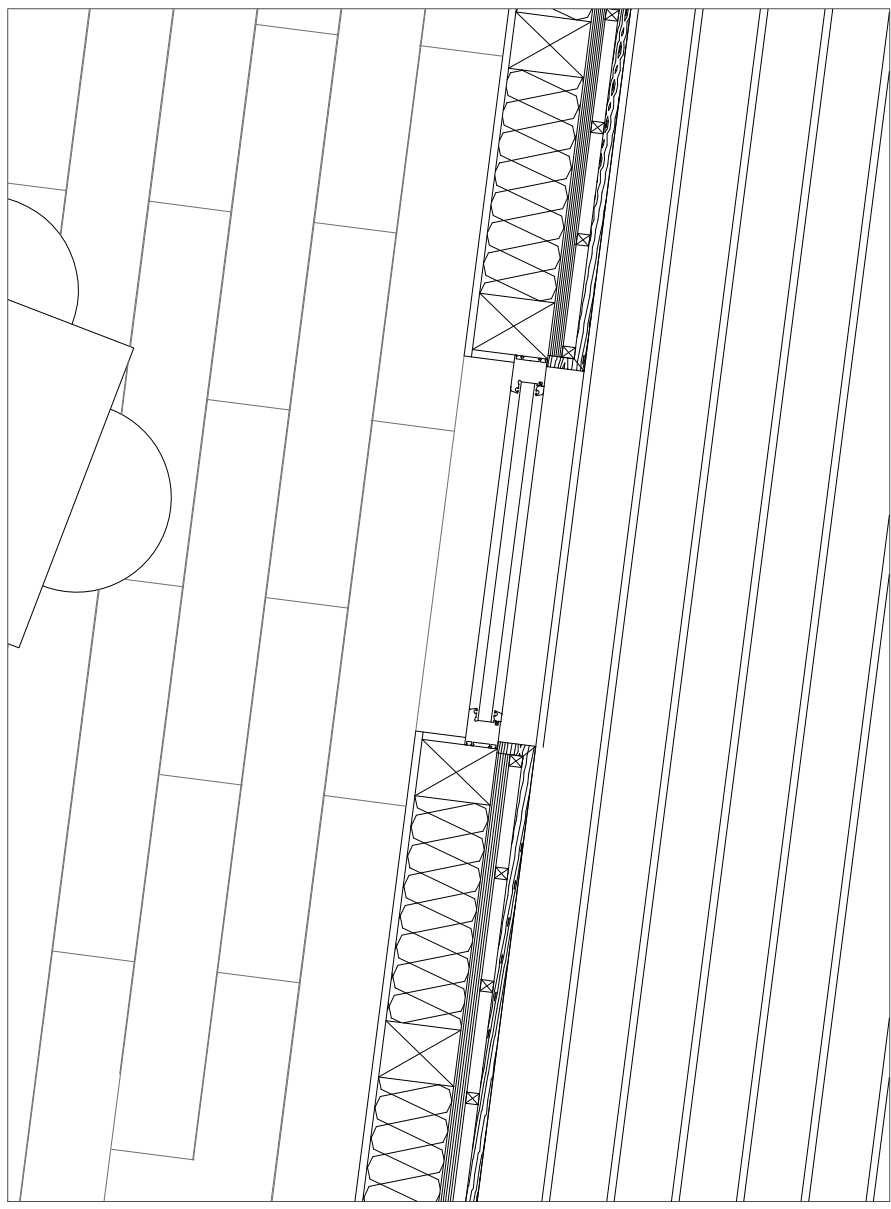
# CIDADELHE - Turismo de Natureza

Projeto para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura | FAUTL  
Eduarda Filipa Fernandes Paulo | Março 2013

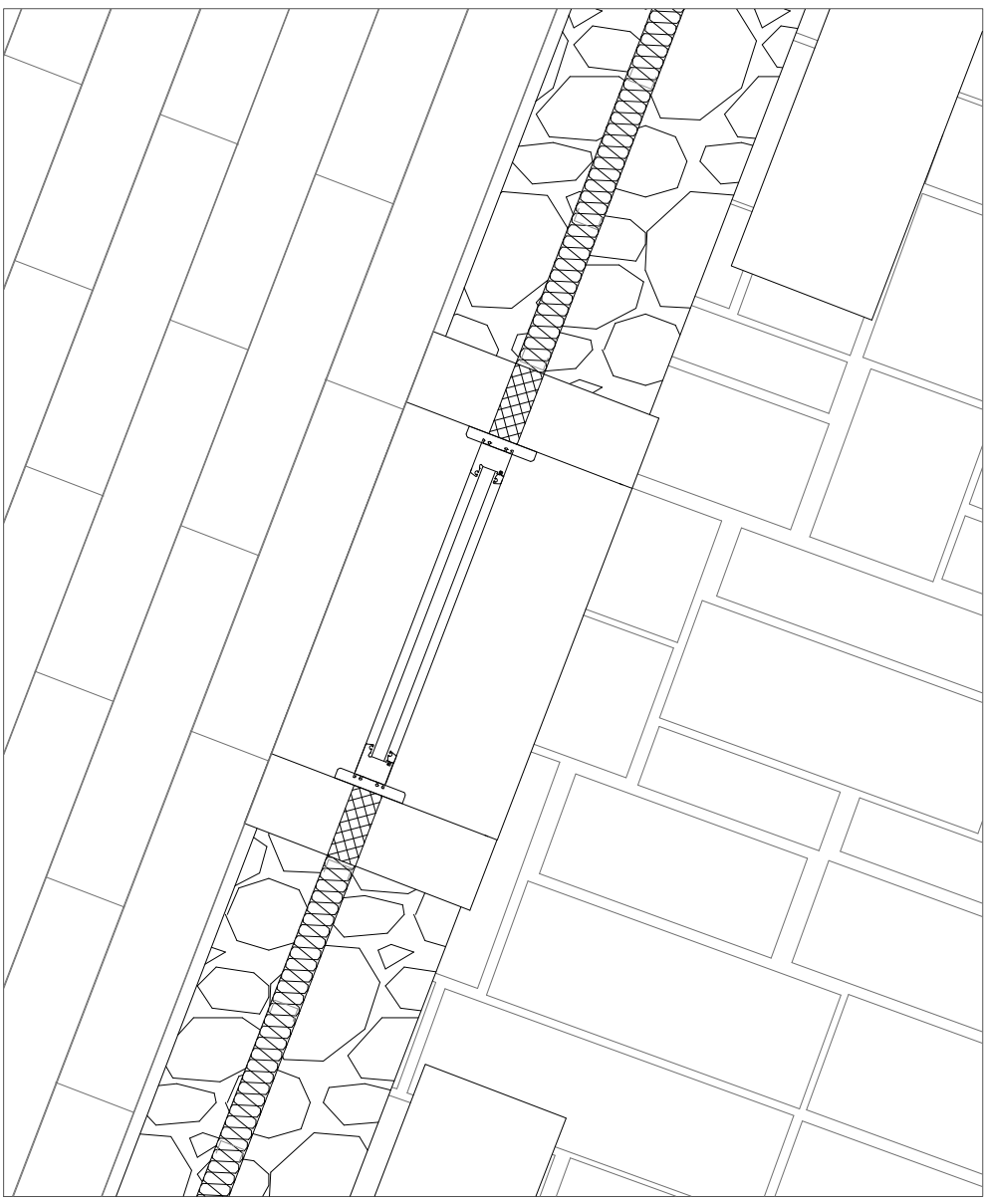




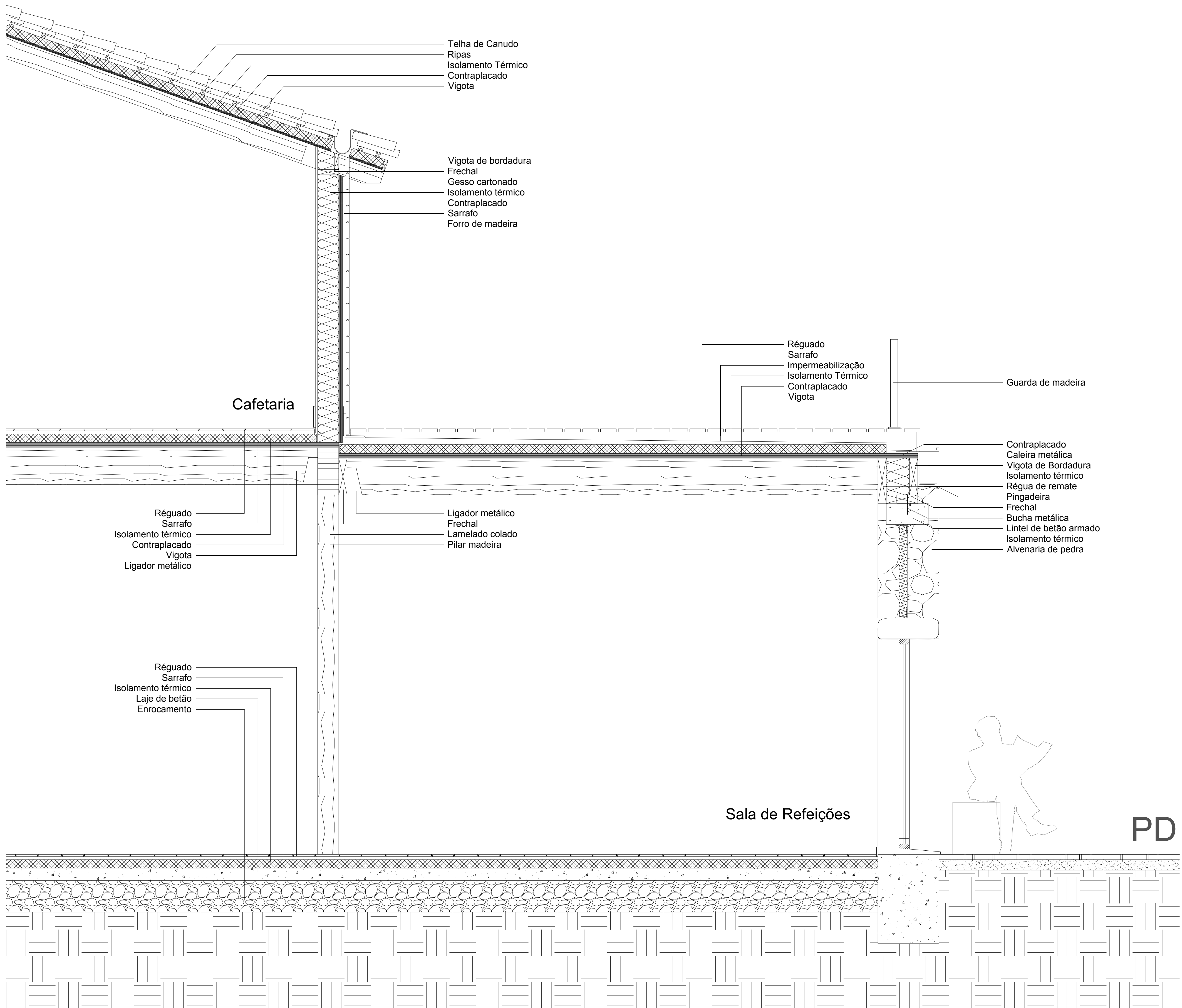
PA



PB

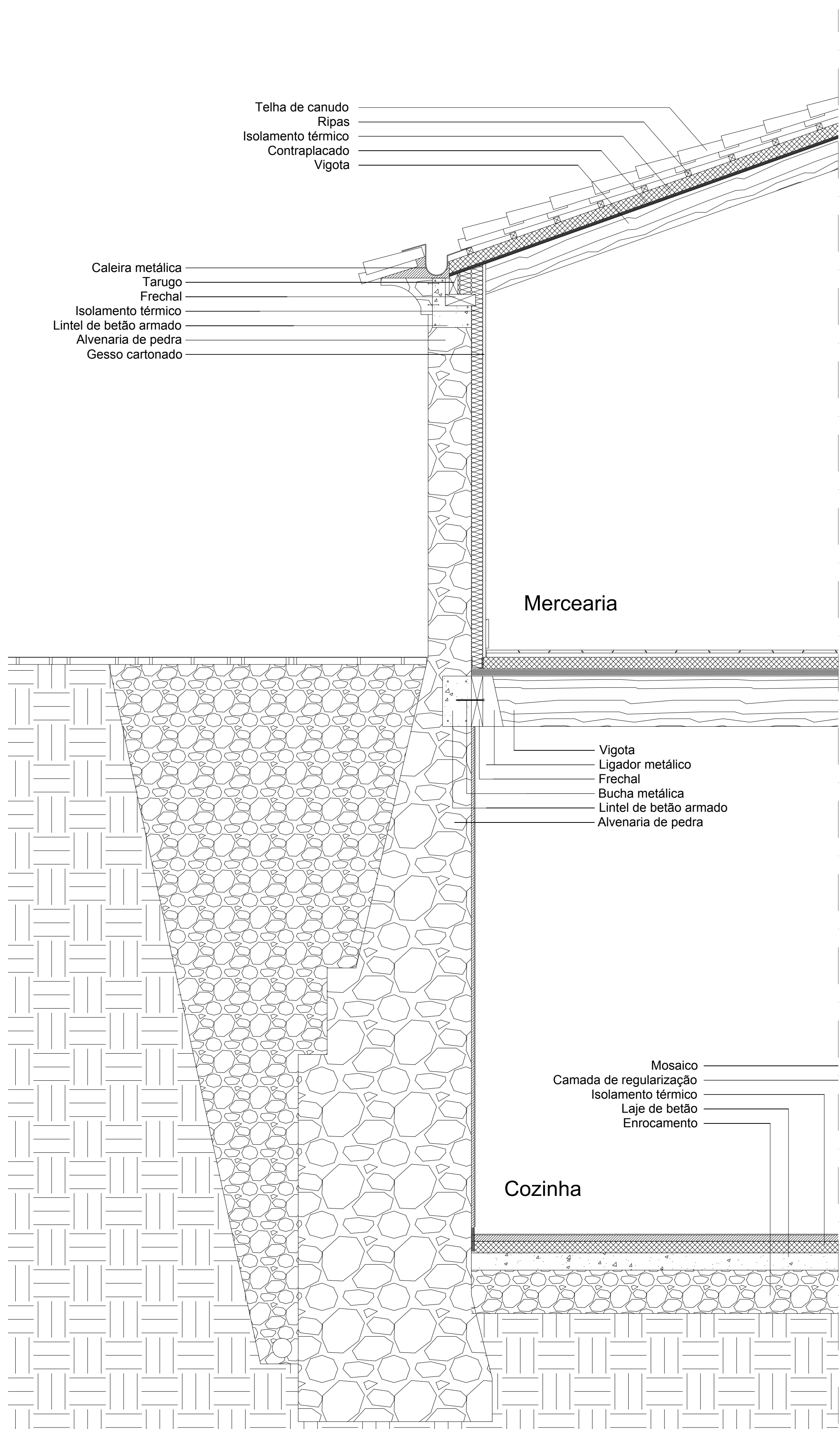


PC

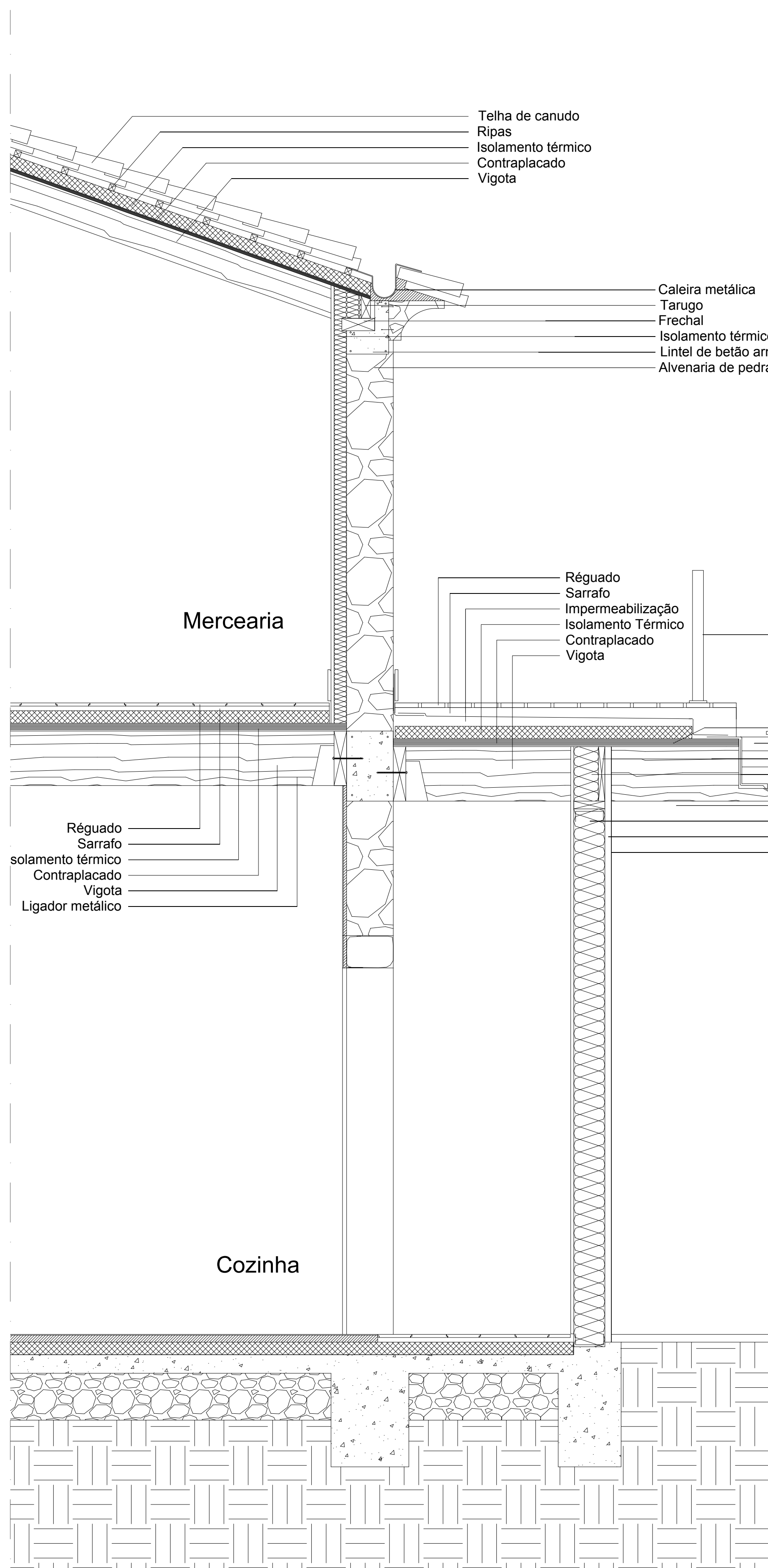


1:20



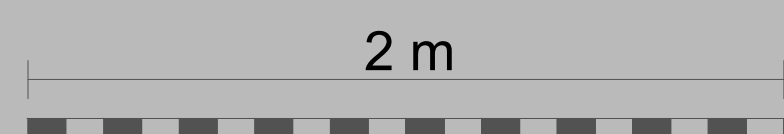


PE



PF

1:20



# CIDADELHE - Turismo de Natureza

Projeto para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura | FAUTL  
Eduarda Filipa Fernandes Paulo | Março 2013

16